



**CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS,  
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2013**

**(PROJETO DE LEI Nº 24/2012 -CN)**

**PARECER DA COMISSÃO  
VOLUME V**

Presidente: Deputado PAULO PIMENTA (PT/RS)  
Relator-Geral: Senador ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)

20/12/2012



**RELATÓRIO DA RECEITA**  
**PL nº 24/2012-CN**

“Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013”

**DEPUTADO CLÁUDIO PUTY**  
Relator da Receita

**DEPUTADO PAULO PIMENTA**  
Presidente da CMO



## ÍNDICE

<b>1</b>	<b>RELATÓRIO .....</b>	<b>3</b>
1.1	Histórico .....	3
1.2	Resumo da Avaliação da Receita para 2013 .....	4
1.3	Cenário Macroeconômico e Finanças Públicas .....	5
1.4	Reestimativas de Receita do Congresso Nacional Comparadas com as Receitas Realizadas. ....	11
1.5	Receitas Primárias 2008-2012.....	14
1.6	Receitas Primárias Estimadas para 2013 na Proposta.....	16
1.6.1	<i>Receitas Administradas pela RFB, 2013 .....</i>	<i>18</i>
1.6.2	<i>Receita do INSS, 2013 .....</i>	<i>21</i>
1.6.3	<i>Receitas Não-Administradas, 2013 .....</i>	<i>21</i>
1.6.4	<i>Avaliação das Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta para 2013.....</i>	<i>22</i>
1.7	Receitas Financeiras na Proposta para 2013 .....	22
1.8	Receita do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais.....	25
1.9	Reestimativa das Receitas Primárias para 2013. Resultados .....	26
1.9.1	<i>Reestimativa das Receitas Administradas pela RFB para 2013. Resultados .....</i>	<i>31</i>
1.9.2	<i>Reestimativa da Arrecadação Líquida do RGPS para 2013. Metodologia e Resultados .....</i>	<i>33</i>
1.9.3	<i>Reestimativa de Receitas Não Administradas para 2013. Resultado .....</i>	<i>34</i>
1.10	Estimativa de Receitas Administradas pela RFB. Metodologia.....	36
1.11	Ajustes Técnicos para Adequação das Fontes de Recursos e Outros Decorrentes deste Relatório .....	37
1.12	Emendas à Receita e de Renúncia de Receita Apresentadas .....	38
1.13	Anexos.....	39
<b>2</b>	<b>VOTO .....</b>	<b>40</b>
<b>3</b>	<b>ANEXO I.....</b>	<b>41</b>



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

**PARECER** da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), sobre o **Relatório da Receita** de que trata o § 1º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006 - CN, relativo ao Projeto de Lei nº 24, de 2012 – CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013”.

**RELATOR : Deputado CLÁUDIO PUTY**

## 1 RELATÓRIO

### 1.1 Histórico

1. Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto do corrente ano, o Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN (Mensagem nº 91, de 2012-CN, e nº 387, de 2012-CN, na origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.
2. Por indicação das lideranças partidárias e designação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), **Deputado Paulo Pimenta**, foi-nos atribuída a honrosa tarefa de avaliar e relatar a receita para o exercício de 2013.
3. Conforme é de conhecimento dos integrantes desta Comissão, a avaliação das estimativas de receitas é realizada ao amparo do que estabelece o art. 166, § 3º, III, “a”, da Constituição Federal e em obediência ao disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
4. Por sua vez, a Resolução nº 1, de 2006-CN, que trata da tramitação das matérias na CMO, em seu art. 30, § 1º, determina que, na apreciação do projeto de lei orçamentária, a avaliação da receita seja feita em separado



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012-CN

das demais funções desse Colegiado, sendo o Relatório da Receita objeto de apreciação e votação antes da apresentação do Relatório Preliminar do Relator-Geral do Orçamento. Eventuais reestimativas de receitas são elaboradas nessa etapa, admitindo-se sua revisão no caso de alteração posterior do cenário macroeconômico ou da legislação tributária. Informações complementares relativas às projeções oficiais das principais variáveis estavam disponíveis em 15 de setembro e serão atualizadas até 21 de novembro, como determina a LDO.

5. Nosso Relatório foi elaborado com o auxílio do Comitê de Avaliação da Receita, de que trata o art. 23 daquela Resolução. Agradeço aos **Senadores Clésio Andrade, Flexa Ribeiro e Sérgio Petecão** e aos **Deputados Duarte Nogueira, Giacobbo, Luiz Carlos Setim, Osmar Serraglio, Paulo Foletto e Renato Molling**, que o integram.
6. O conteúdo deste Relatório observa o estabelecido no art. 34 da mesma Resolução. Procurou-se neste documento, a partir do exame da conjuntura, da evolução recente da arrecadação e de hipóteses de comportamento das principais variáveis macroeconômicas, avaliar a metodologia e as estimativas de receitas contidas no Projeto de Lei Orçamentária para 2013.
7. As emendas à Receita, apenas de renúncia de arrecadação, somaram 2 unidades e foram apresentadas entre 06 e 20 de setembro, sendo também objeto de apreciação neste Relatório.

### 1.2 Resumo da Avaliação da Receita para 2013

8. A conclusão deste Relatório é que a receita primária constante do Projeto de Lei Orçamentária para 2013 está abaixo do que pode ser arrecadado, tendo em vista: (a) o crescimento da economia e o aumento da lucratividade das empresas (b) a insuficiente ponderação dos esforços de cobrança do Executivo; (c) insuficiência na previsão das receitas do Regime Geral da Previdência Social (RGPS); (d) não inclusão da previsão de receitas com a concessão de direitos de exploração de petróleo; (e) não inclusão da previsão de receitas de compensações financeiras cobradas sobre a



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

exploração de recursos minerais; (f) não inclusão da previsão de receitas de concessões de terminais aeroportuários; (g) subestimativa do ingresso de dividendos; e (h) não inclusão dentre as receitas da RFB de contribuição por ela administrada a partir de 2012.

9. As receitas primárias foram reestimadas neste Relatório em R\$ 1.253,37 bilhões, o que resulta em acréscimo de R\$ 23,85 bilhões, ou quase 1,9% da estimativa de R\$ 1.229,51 bilhões da Proposta para 2013.

10. A Tabela I, a seguir, mostra os itens de receita que foram reestimados e os correspondentes aumentos de receitas bruta e líquida.

TABELA I				
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, 2013				
REESTIMATIVA DAS RECEITAS PRIMÁRIAS. RESUMO DAS VARIAÇÕES				
(R\$ Milhões)				
Discriminação		Variações da Receita		
		Bruta	Transferências	Líquida da União
A.	Receitas Administradas pela RFB (exceto RGPS)	13.435,81	-	13.435,81
A.1	IOF	2.733,16	-	2.733,16
A.2	COFINS	3.000,00	-	3.000,00
A.3	PIS/PASEP	368,02	-	368,02
A.4	CSLL	4.150,00	-	4.150,00
A.5	Outras Administradas pela SRF	3.184,64	-	3.184,64
B.	Receitas do Regime Geral da Previdência Social (RGPS)	2.690,81	-	2.690,81
C.	Receitas Não Administradas	7.726,65	-	5.878,65
C.1	Concessões	3.299,00	-	3.299,00
C.2	Dividendos	2.327,65	-	2.327,65
C.3	Royalties/Comp. Financeiras	2.100,00	1.848,00	252,00
D.	Total (A+B+C)	23.853,27	-	22.005,27

Elaboração: Consultorias de Orçamento.

### 1.3 Cenário Macroeconômico e Finanças Públicas

11. O Anexo I, deste Relatório, apresenta Tabela de parâmetros macroeconômicos observados e a previsão dessas variáveis.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

12. As projeções de receitas fundam-se, regra geral, na arrecadação realizada até junho de 2012 e a estimada para o segundo semestre do exercício, tendo-se em conta nos cálculos as hipóteses de comportamento dos parâmetros relevantes até o final deste exercício e em 2013. Essa correlação é particularmente válida para as receitas administradas pela RFB.
13. Tais indicadores são não apenas os índices geral de preços e de preços ao consumidor, mas também de preços específicos de produtos ou mercadorias, o crescimento da economia, a variação da massa salarial, o câmbio e a taxa de juros, para citar os mais importantes.
14. Da Tabela, os indicadores referentes à 3ª Avaliação correspondem à reprogramação, que foi a última projeção de receitas para 2012 elaborada pelo Poder Executivo até o encaminhamento ao Congresso do Projeto de Lei Orçamentária. As estimativas dos indicadores econômico-fiscais usadas pelo Poder Executivo na previsão de receitas para 2013 foram predominantemente as que constaram de grade de parâmetros de 27 de agosto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. De acordo com a LDO para 2013, Anexo III, XXI, em 21 de novembro deverá haver comunicação do Poder Executivo sobre eventual adoção de novas hipóteses de comportamento futuro para os principais parâmetros macroeconômicos, sem que isso comprometa o Relator da Receita, ou o Comitê, com a realização de eventuais reestimativas.
15. O Projeto de Lei Orçamentária para 2013 constrói suas projeções fiscais tendo como pano de fundo a retomada sustentada da atividade econômica e do investimento. Em 2012, a variação esperada do produto interno, de 3%, refletiria o impacto do conturbado quadro internacional. A capacidade produtiva disponível, resultado da expansão dos investimentos nos últimos anos, e a demanda interna ainda robusta – com ampliação do mercado consumidor do País, renda real e crédito –, permitirão que se eleve a taxa de crescimento real do PIB em 2013 para 4,5%, mais próxima da taxa pré-crise internacional. Estimou a Proposta que o PIB nominal de 2012



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012-CN

atingisse R\$ 4.483,2 bilhões e cerca de R\$ 4.973,6 milhões em 2013, com um aumento nominal de 10,9%.

16. As medidas tomadas para elevar a competitividade do setor produtivo combinar-se-iam com a política monetária mais flexível, adotada pelo Governo até outubro de 2012, para criar ambiente propício ao consumo, principalmente de bens nacionais e as demais condições necessárias para que o País retome o crescimento sustentado sem gerar pressões inflacionárias. Espera-se ainda a estabilidade da taxa básica de juros a partir do segundo semestre de 2012, que permaneceria em patamar baixo - 8,0% a.a. até dezembro de 2013 - que tinha sido alcançado até o encaminhamento da proposta orçamentária.
17. O arrefecimento da economia brasileira, com a persistência da crise externa, foi perceptível, e as expectativas de crescimento para 2012 passaram a ser revistas para menor no decorrer do exercício. Inicialmente, na LDO para 2012, eram esperados 5%, assim permanecendo na Proposta. O Congresso admitiu baixar a taxa para 4,5% na Lei Orçamentária, com base no cenário que prevaleceu no Parecer da Receita, diante da evolução muito tímida da atividade e antevendo novos percalços adiante. O Poder Executivo acolheu esse prognóstico no Decreto de Programação, e só na 3ª Avaliação, em final de julho, reconheceu maior deterioração, passando a projetar crescimento de 3%, mesmo que os analistas do mercado já esperassem menos.
18. O Ministro da Fazenda já avalia que o País só crescerá 2% em 2012. A declaração foi feita em 13 de setembro, antes mesmo de anunciar a 4ª Avaliação orçamentária e depois de o IBGE divulgar que o país cresceu apenas 1,18% cumulativamente nos últimos 4 trimestres encerrados em junho, apenas 0,41% no 2º trimestre, em relação ao primeiro, 0,49% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, e 0,62%, semestre contra semestre. Essas taxas garantiriam uma expansão modesta no ano se a economia prosseguisse nesse ritmo. Ocorre, de outro lado, que o prognóstico de crescimento médio da ordem de 2% em 2012 é encorajador,





## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

pois implica a perspectiva de avanços acentuados nos dois próximos trimestres a partir de julho, que alguns indicadores recentes suportam.

19. Não obstante, os analistas do mercado financeiro ouvidos pela sondagem Focus, diminuíram a estimativa de crescimento de 2012 para cerca de 1,6% desde o início de setembro, e para 4% em 2013, desde o início de agosto. O Banco Central previa 2,5% de crescimento em 2012 antes da divulgação do IBGE, e 1,6% no Relatório de Inflação de setembro. O Fundo Monetário Internacional, no Panorama da Economia Mundial de 9 de outubro, previu que o Brasil crescerá 1,5% em 2012 e os mesmos 4% em 2013.
20. Por conta do baixo crescimento até agora, as contas públicas em 2012 não estão evoluindo satisfatoriamente, particularmente os resultados primários.
21. A dívida pública líquida, retomada sua trajetória de queda em 2010, chegou, com a ajuda da desvalorização cambial recente, a 35,1% do PIB em agosto de 2012. A proposta contempla a hipótese de queda a 34,3% do PIB ao fim deste ano. Para 2013 a proposta orçamentária prevê que chegue a 32% do PIB. Para a melhora da relação dívida/PIB em 2013 contribuem crescimento real de 4,5%; câmbio, com a cotação média do dólar 2% mais elevada; e a meta de superávit do setor público consolidado, que corresponde a pouco mais de 3,1% do PIB. Os analistas consultados semanalmente pelo Banco Central preveem queda para 34% em 2013, pois trabalham com expectativa de menores superávit primário e crescimento, tanto em 2012 quanto em 2013.
22. O superávit primário consolidado até agosto de 2012 foi de apenas 2,56% do PIB, percentual menor que em 2011 e de 2002 até 2008, para esse mês, e em queda em relação a julho. O mercado duvida que as metas cheias sejam cumpridas, esperando, desde meados de setembro, 2,8% do PIB em 2012 e 2013. Quanto à União, o superávit acumulado, também em queda em relação a julho, ficou até agosto em 1,84% do PIB, menos R\$ 15,4 bilhões que até o mesmo mês do ano passado. Ainda assim, não deve ser descartado o atingimento da meta, uma vez que ingressos extraordinários ainda possam se materializar até dezembro.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

23. O resultado primário de Estados e municípios está aquém das expectativas: dos R\$ 42,8 bilhões que lhes caberia economizar, acumularam apenas R\$ 20,9 bilhões até agosto, e em 12 meses encerrados no mês, 0,65% do PIB (na meta, sua participação é de 0,95% do PIB).<sup>1</sup>
24. Depois de ter voltado a um dígito para dinamizar a economia (9,75% a.a. em março de 2012), a taxa básica continuou caindo. A meta de 7,25% para a taxa Selic desde 10 de outubro é a menor historicamente observada. Sua manutenção até dezembro de 2013 seria compatível com a sinalização do Banco Central de que a taxa de juros básica deve ficar estável por um período “suficientemente prolongado” e portanto com o maior ritmo de crescimento da atividade econômica, gerando porém algum conflito com as expectativas do governo quanto a preços em 2012 e 2013. A perspectiva dos analistas consultados pelo Banco Central quanto à Selic, depois dessa redução recente, é a de que se mantenha nesse patamar até setembro de 2013 e aumente para 7,5% e 8% em outubro e novembro.
25. Por outro lado, esses mesmos analistas vislumbram maior inflação em 2012 e 2013, de 5,4% a.a nos dois exercícios, medida pelo IPCA. O Projeto de Lei Orçamentária previu, respectivamente, 4,7% e 4,5%, ponta a ponta, nos dois anos. O IPCA acumulado em 12 meses até setembro foi de quase 5,3%.
26. A estabilização da taxa básica de juros até dezembro de 2013 permitiria, segundo os cálculos do Poder Executivo, que os juros pagos pelo setor público, de 5,7% do PIB em 2011 e 5,1% do PIB no ano até agosto de 2012, continuem em queda, atingindo 4,6% e 3,9% do PIB, em 2012 e 2013, respectivamente, contribuindo, dessa forma, para um déficit nominal estimado em 1,5% do PIB para 2012 e em apenas em 0,8% do PIB para 2013, o menor nível já observado desde 2002. Em agosto, o déficit nominal acumulava 2,5% do PIB. O mercado prognostica déficits nominais de 2% do PIB e 1,6% do PIB em, respectivamente, 2012 e 2013.

---

<sup>1</sup> Os governos regionais, no entanto, têm, desde 2009, ficado aquém da meta que lhes é implicitamente atribuída nas LDO recentes (0,95% do PIB). De 2002 a 2008 esse percentual foi sempre superado.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012-CN

27. Relativamente ao petróleo, após os preços elevados atingidos em 2008, (até US\$ 145,00 o barril, US\$ 133,00 para o Brent), as cotações caíram significativamente. Com a estabilização da economia mundial, voltaram a subir. A Proposta emprega cotação média do barril do tipo Brent, que foi de de US\$ 113,87 para 2012 (na 3ª Avaliação) e de US\$ 114,59 para 2013. Na média foi até agosto de US\$ 112,10, contra US\$ 112,26 em todo o ano de 2011. As cotações oscilam muito, e mostram leve tendência de alta neste segundo semestre a partir de junho, com a persistência da incerteza nos países produtores Irã, Síria, Iêmen e Sudão, e apesar das más previsões para o crescimento europeu e do aumento da produção americana.
28. O câmbio para 2013, conforme os prognósticos mais recentes do mercado, tanto em fim de período, como na média, será *grosso modo* coincidente com o previsto no Projeto de Lei Orçamentária. Em fim de período, o Executivo estima para 2013 a cotação do dólar em R\$ 2,03, enquanto o mercado, em R\$ 2,00, parecendo acreditar num piso informal do Banco Central para a moeda norte-americana. Em relação ao Orçamento, a evolução no primeiro semestre deste ano, a par do aumento dos volumes importados, tem permitido desempenho melhor que o previsto para os impostos e contribuições cobrados na importação. Para 2012, a proposta estima o dólar, na média, em R\$ 1,95, o mesmo que o mercado.
29. Quanto à massa salarial, continua sendo registrado expressivo crescimento. A massa salarial nominal se expandiu notavelmente em anos de elevado crescimento da economia: 16,4% em 2008 e quase 15% em 2010. Ocorre que mesmo em anos de baixas taxas de crescimento, houve melhoria considerável no rendimento do trabalho: 8,6% em 2009 e 16,2% em 2011. No terreno das previsões, o Projeto de Lei Orçamentária contempla expansão da massa de 12,51% em 2012, a partir do primeiro semestre já realizado e do vigoroso impulso dado pelo aumento real do salário mínimo neste ano, porém timidamente projetada para 2013 avanço de apenas 10,87%, que dependerá da expansão do emprego formal, já que as remunerações evoluiriam mais lentamente por conta do menor reajuste real do piso salarial.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

30. Parâmetros específicos afetarão itens relevantes da Receita Administrada em 2013, como a queda das vendas de produtos do fumo e aumento expressivo de vendas de veículos. A variação do volume de importações,, sobe rapidamente em relação ao aumento previsto para 2012.

### **1.4 Reestimativas de Receita do Congresso Nacional Comparadas com as Receitas Realizadas.**

31. As estimativas de receita constantes das propostas de Orçamento encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo foram sempre, até a crise de 2008/2009, inferiores aos valores efetivamente realizados. Desde 2009 o arrecadado tem ficado abaixo da estimativa da Proposta.<sup>2</sup>

32. Esse comportamento vem se repetindo desde então, exceto em 2011, como mostra a Tabela II.

---

<sup>2</sup> Em 2010, a receita realizada, não considerando o ingresso extraordinário de R\$ 78,4 bilhões, produto da venda de 5 bilhões de barris de petróleo pela União à Petrobras, ficou abaixo da Proposta em R\$ 7,4 bilhões.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012-CN

TABELA II																
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL																
Receitas Primárias, 2011-2012																
Discriminação	2011								2012							
	Proposta		Lei		Diferença		Realizado		Proposta		Lei		Acréscimo Congresso		Avaliação 4º Bimestre (Dec 7.814)	
	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
RECEITA TOTAL	967.626,1	24,86	990.474,8	25,22	22.848,7	0,36	991.037,9	23,92	1.097.340,8	24,18	1.127.322,7	25,00	29.981,8	0,81	1.090.755,1	24,38
Receita Administrada pela RFB	631.991,0	16,24	641.957,5	16,35	9.966,4	0,11	628.621,1	15,17	707.644,8	15,60	724.424,4	16,06	16.779,6	0,47	664.888,8	14,86
Imposto de Importação	23.130,9	0,59	23.130,9	0,59	-	(0,01)	26.680,7	0,64	30.590,6	0,67	33.967,9	0,75	3.377,2	0,08	32.184,4	0,72
IPI	50.736,3	1,30	49.241,4	1,25	(1.494,9)	(0,05)	41.471,4	1,00	49.257,2	1,09	51.452,7	1,14	2.195,5	0,06	45.750,2	1,02
Imposto de Renda	242.902,1	6,24	242.902,1	6,19	-	(0,05)	235.525,9	5,68	270.741,1	5,97	275.021,5	6,10	4.280,4	0,13	250.705,6	5,60
IOF	28.939,3	0,74	31.950,7	0,81	3.011,3	0,07	31.943,4	0,77	37.997,6	0,84	39.183,0	0,87	1.185,5	0,03	31.633,7	0,71
COFINS	157.117,7	4,04	157.967,7	4,02	850,0	(0,01)	160.988,4	3,89	174.057,1	3,84	177.617,9	3,94	3.560,8	0,10	177.786,4	3,97
PIS/PASEP	41.094,7	1,06	41.094,7	1,05	-	(0,01)	42.102,1	1,02	45.999,1	1,01	47.703,6	1,06	1.704,5	0,04	47.105,7	1,05
CSLL	54.461,3	1,40	62.061,3	1,58	7.600,0	0,18	58.961,6	1,42	63.424,2	1,40	63.374,2	1,41	(50,0)	0,01	59.181,1	1,32
CPMF	-	-	-	-	-	-	76,3	0,00	-	-	-	-	-	-	(288,6)	(0,01)
CIDE-Combustíveis	8.636,1	0,22	8.636,1	0,22	-	(0,00)	8.963,5	0,22	9.835,7	0,22	9.835,7	0,22	-	0,00	2.869,8	0,06
Outras Administradas pela SRF	24.972,4	0,64	24.972,4	0,64	-	(0,01)	21.907,8	0,53	25.742,2	0,57	26.267,8	0,58	525,6	0,02	17.960,5	0,40
Contribuição dos Servidores ao PSSS	9.736,6	0,25	9.736,6	0,25	-	(0,00)	9.291,6	0,22	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	-	0,00	10.296,31	0,23
Arrecadação Líquida do INSS <sup>(1)</sup>	233.853,4	6,01	240.055,4	6,11	6.202,0	0,11	245.891,9	5,94	266.296,4	5,87	274.068,9	6,08	7.772,5	0,21	277.007,0	6,19
Receitas Não Administradas	92.045,0	2,36	95.725,3	2,44	3.680,3	0,07	107.233,2	2,59	110.103,3	2,43	115.533,1	2,56	5.429,7	0,14	138.562,9	3,10
Concessões	1.283,6	0,03	2.383,6	0,06	1.100,0	0,03	3.938,3	0,10	1.753,5	0,04	2.253,5	0,05	500,0	0,01	4.653,5	0,10
Dividendos	17.563,9	0,45	17.563,9	0,45	-	(0,00)	19.962,4	0,48	20.427,0	0,45	20.427,0	0,45	-	0,00	29.012,4	0,65
Salário-Educação	11.904,2	0,31	11.904,2	0,30	-	(0,00)	13.115,5	0,32	14.318,7	0,32	15.553,5	0,34	1.234,7	0,03	15.618,7	0,35
Royalties/Comp. Financeiras	24.844,2	0,64	27.365,5	0,70	2.521,2	0,06	29.585,6	0,71	32.562,9	0,72	32.562,9	0,72	-	0,00	39.218,6	0,88
Demais Receitas	21.326,7	0,55	21.377,7	0,54	51,0	(0,00)	23.213,5	0,56	23.628,9	0,52	25.551,6	0,57	1.922,7	0,05	28.690,0	0,64
Receita Própria (fts 50, 81 & 82)	12.283,4	0,32	12.291,4	0,31	8,0	(0,00)	14.650,6	0,35	14.455,0	0,32	16.227,3	0,36	1.772,3	0,04	18.412,5	0,41
FGTS	2.839,0	0,07	2.839,0	0,07	-	(0,00)	2.767,5	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	-	0,00	2.957,2	0,07
Operações com Ativos	-	-	3.000,0	0,08	3.000,0	0,08	-	-	3.000,0	0,07	3.000,0	0,07	-	0,00	-	-
TRANSFER ESTADOS MUNICÍPIOS	164.873,5	4,24	165.331,7	4,21	458,2	(0,03)	163.040,6	3,94	185.665,9	4,09	189.540,5	4,20	3.874,6	0,11	174.547,5	3,90
FPE/FPMP/PLEE	135.819,0	3,49	134.996,8	3,44	(822,2)	(0,05)	130.171,8	3,14	148.180,7	3,27	151.314,4	3,35	3.133,7	0,09	135.298,4	3,02
Fundos Regionais	3.591,4	0,09	3.598,0	0,09	6,7	(0,00)	3.786,2	0,09	5.166,2	0,11	5.166,2	0,11	-	0,00	3.626,9	0,08
Salário Educação	7.142,5	0,18	7.142,5	0,18	(0,0)	(0,00)	7.770,7	0,19	8.591,2	0,19	9.332,1	0,21	740,8	0,02	9.423,2	0,21
Compensações Financeiras	16.019,9	0,41	17.293,7	0,44	1.273,7	0,03	18.594,3	0,45	20.777,3	0,46	20.777,3	0,46	-	0,00	24.427,5	0,55
Cide-combustíveis	1.968,3	0,05	1.968,3	0,05	0,0	(0,00)	2.109,7	0,05	2.268,0	0,05	2.268,0	0,05	-	0,00	1.115,8	0,02
Demais	332,4	0,01	332,4	0,01	0,0	(0,00)	607,8	0,01	682,4	0,02	682,4	0,02	-	0,00	655,7	0,01
RECEITA LÍQUIDA	802.752,5	20,62	825.143,0	21,01	22.390,5	0,39	827.997,3	19,99	911.674,9	20,09	937.782,2	20,79	26.107,3	0,70	916.207,6	20,47
<b>Memorando:</b>																
Produto Interno Bruto (R\$ Bilhões)		3.892,5		3.927,1			4.143,0		4.537,5		4.510,1				4.474,8	

Fonte: SOF; RFB; IBGE; Banco Central do Brasil. Elaboração das Consultorias.

<sup>(1)</sup> Incluí na 4ª Avaliação de 2012 a compensação pelo Tesouro ao INSS pelas desonerações da folha de salários da contribuição previdenciária, parcialmente substituída por contribuição sobre o faturamento dos setores beneficiados.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012-CN

33. A 4ª Avaliação de 2012, elaborada pelo Poder Executivo, mostra que a arrecadação seria inferior em R\$ 6,6 bilhões à da Proposta, antes de computar a frustração de setembro. No entanto, se considerada apenas a Receita Administrada pela Receita Federal do Brasil, a diferença reconhecida em agosto é de R\$ 42,8 bilhões. A previsão das demais receitas vem sendo aumentada no decorrer das avaliações, compensando essa frustração. Caso a 4ª Avaliação estivesse correta, o realizado em 2012 ficaria em R\$ 38,4 bilhões abaixo da Lei em 2012, e em R\$ 59,5 as receitas administradas.
34. O Congresso teve êxito em sucessivas reavaliações. Em 2005, as receitas efetivamente arrecadadas superaram a estimativa da Lei em R\$ 8,3 bilhões. Em 2006 as receitas realizadas praticamente empataram com as estimadas na Lei do Orçamento. O mesmo aconteceu em 2007; em particular, as receitas administradas arrecadadas excederam a Lei em R\$ 5,8 bilhões. Em 2008, exercício de excepcional desempenho da economia e da arrecadação, a receita foi maior do que a da Lei em R\$ 29,9 bilhões, quase inteiramente por conta das receitas administradas (exceto INSS), onde o excesso foi R\$ 22,5 bilhões.
35. Em 2009, devido ao fato de a crise econômica não ter sido devidamente prognosticada na Lei, a receita frustrou-se em R\$ 64,7 bilhões, a administrada em R\$ 66,4 bilhões, e em R\$ 41,4 bilhões, se descontadas as transferências a Estados e Municípios. Em 2010, novamente ignorando as receitas dos barris de petróleo, as receitas em relação à Lei se frustraram em R\$ 27,6 bilhões. Em 2011, a previsão da Lei foi superada em pouco menos de R\$ 600 milhões. Nesse mesmo ano, no entanto, as receitas administradas pela RFB se frustraram em R\$ 13,3 bilhões, tendo cabido à arrecadação líquida da Previdência e ao restante das receitas a compensação, relativamente bem dividida entre seus grandes grupos.



## **1.5 Receitas Primárias 2008-2012.**

- 36.A Tabela III mostra a evolução das Receitas realizadas de 2009 a 2011 e esperadas para 2012 e 2013, nos diversos itens que as compõem.
- 37.A estimativa do Poder Executivo para a receita primária total para 2012, constante da Proposta para 2013, tomando por base dados observados até junho e estimados para o restante do exercício, é de R\$ 1.229,5 bilhões e ficaria R\$ 102,2 bilhões acima da previsão do Orçamento deste exercício, e R\$ 138,7 bilhões acima da previsão contida na 4ª Avaliação Orçamentária.
- 38.Tomada a receita líquida das transferências a estados e municípios, a diferença entre essa previsão e o Orçamento deste exercício é de R\$ 21,6 bilhões. Dessa frustração decorre em parte o estabelecimento de limites à execução orçamentária em 2012, conhecido como contingenciamento.
- 39.A 3ª Avaliação ainda não havia considerado os maus resultados da arrecadação da Receita Federal do Brasil ocorridos em julho e agosto, nem a presumível perda, mais recentemente admitida, que terá lugar nos meses seguintes do ano.
- 40.Havia, até a 3ª Avaliação, previsão de arrecadação extraordinária pela RFB de R\$ 12 bilhões no segundo semestre de 2012, e que agora na 4ª Avaliação, para os quatro últimos meses do ano, passaram a R\$ 8 bilhões.
- 41.O desempenho da economia em 2012 tem influenciado negativamente as receitas federais. Os sucessivos recordes de arrecadação anunciados no passado pela RFB tiveram seu lugar tomado pela queda real (IPCA) de receitas em relação ao mesmo mês do exercício anterior, como ocorreu em junho, julho e agosto.





**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012-CN

TABELA III																
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL																
Receitas Primárias, 2009-2013																
Discriminação	2009		2010 sem Petrobras		2011				Previsão 2012						2013	
	Realizado				Lei		Realizado		Lei		Reprogramação (3ª Avaliação)		4ª Avaliação Orçamentária		Proposta Orçamentária	
	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
RECEITA TOTAL	740.627,8	22,86	846.247,3	22,45	990.474,8	25,22	991.037,9	23,92	1.127.322,7	25,00	1.090.324,2	24,32	1.090.755,1	24,38	1.229.512,7	24,72
Receita Administrada pela RFB	456.084,5	14,08	531.107,4	14,09	641.957,5	16,35	628.621,1	15,17	724.424,4	16,06	676.628,7	15,09	664.888,8	14,86	762.872,8	15,34
Imposto de Importação	15.967,9	0,49	21.093,3	0,56	23.130,9	0,59	26.680,7	0,64	33.967,9	0,75	32.917,1	0,73	32.184,4	0,72	33.719,0	0,68
IPI	28.086,4	0,87	37.553,8	1,00	49.241,4	1,25	41.471,4	1,00	51.452,7	1,14	47.675,9	1,06	45.750,2	1,02	61.858,5	1,24
Imposto de Renda	178.741,0	5,52	194.573,8	5,16	242.902,1	6,19	235.525,9	5,68	275.021,5	6,10	252.848,5	5,64	250.705,6	5,60	282.000,1	5,67
IOF	19.293,4	0,60	26.576,1	0,70	31.950,7	0,81	31.943,4	0,77	39.183,0	0,87	32.557,4	0,73	31.633,7	0,71	34.342,6	0,69
COFINS	118.957,1	3,67	141.232,3	3,75	157.967,7	4,02	160.988,4	3,89	177.617,9	3,94	178.744,8	3,99	177.786,4	3,97	201.275,7	4,05
PIS/PASEP	31.723,2	0,98	40.794,4	1,08	41.094,7	1,05	42.102,1	1,02	47.703,6	1,06	47.407,3	1,06	47.105,7	1,05	53.348,7	1,07
CSLL	45.050,1	1,39	46.370,3	1,23	62.061,3	1,58	58.961,6	1,42	63.374,2	1,41	60.564,0	1,35	59.181,1	1,32	68.770,1	1,38
CPMF	91,5	0,00	23,6	0,00	-	-	76,3	0,00	-	-	84,6	0,00	(288,6)	(0,01)	-	-
CIDE-Combustíveis	4.914,5	0,15	7.759,1	0,21	8.636,1	0,22	8.963,5	0,22	9.835,7	0,22	2.879,4	0,06	2.869,8	0,06	-	-
Outras Administradas pela SRF <sup>(1)</sup>	13.259,4	0,41	15.130,6	0,40	24.972,4	0,64	21.907,8	0,53	26.267,8	0,58	20.949,8	0,47	17.960,5	0,40	27.558,2	0,55
Contribuição dos Servidores ao PSSS	7.558,6	0,23	8.573,9	0,23	9.736,6	0,25	9.291,6	0,22	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	10.296,3	0,23	11.544,7	0,23
Arrecadação Líquida do INSS <sup>(2)</sup>	182.008,4	5,62	211.968,4	5,62	240.055,4	6,11	245.891,9	5,94	274.068,9	6,08	272.300,0	6,07	277.007,0	6,19	314.075,3	6,31
Receitas Não Administradas	94.976,3	2,93	94.597,6	2,51	95.725,3	2,44	107.233,2	2,59	115.533,1	2,56	131.099,1	2,92	138.562,9	3,10	137.019,9	2,75
Concessões	3.091,4	0,10	1.158,4	0,03	2.383,6	0,06	3.938,3	0,10	2.253,5	0,05	4.653,5	0,10	4.653,5	0,10	3.323,0	0,07
Dividendos	26.683,0	0,82	22.414,5	0,59	17.563,9	0,45	19.962,4	0,48	20.427,0	0,45	26.512,4	0,59	29.012,4	0,65	26.311,8	0,53
Salário-Educação	9.588,9	0,30	11.049,2	0,29	11.904,2	0,30	13.115,5	0,32	15.553,5	0,34	15.618,7	0,35	15.618,7	0,35	16.324,3	0,33
Royalties/Comp. Financeiras	19.412,0	0,60	24.420,7	0,65	27.365,5	0,70	29.585,6	0,71	32.562,9	0,72	36.218,6	0,81	39.218,6	0,88	45.105,3	0,91
Demais Receitas <sup>(3)</sup>	22.560,2	0,70	20.343,5	0,54	21.377,7	0,54	23.213,5	0,56	25.551,6	0,57	26.726,2	0,60	28.690,0	0,64	30.881,1	0,62
Receita Própria (fts 50, 81 & 82)	11.137,8	0,34	12.687,9	0,34	12.291,4	0,31	14.650,6	0,35	16.227,3	0,36	18.412,5	0,41	18.412,5	0,41	12.022,1	0,24
FGTS	2.502,9	0,08	2.523,5	0,07	2.839,0	0,07	2.767,5	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	3.052,3	0,06
Operações com Ativos	-	-	-	-	3.000,0	0,08	-	-	3.000,0	0,07	-	-	-	-	4.000,0	0,08
TRANSFER ESTADOS MUNICÍPIOS	119.900,0	3,70	133.176,9	3,53	165.331,7	4,21	163.040,6	3,94	189.540,5	4,20	176.267,7	3,93	174.547,5	3,90	203.031,2	4,08
FPE/FPM/PI-EE	97.560,6	3,01	105.744,4	2,80	134.996,8	3,44	130.171,8	3,14	151.314,4	3,35	138.403,1	3,09	135.298,4	3,02	160.401,4	3,23
Fundos Regionais	3.053,9	0,09	3.068,5	0,08	3.598,0	0,09	3.786,2	0,09	5.166,2	0,11	3.745,4	0,08	3.626,9	0,08	3.734,9	0,08
Salário Educação	5.740,1	0,18	6.553,7	0,17	7.142,5	0,18	7.770,7	0,19	9.332,1	0,21	9.423,2	0,21	9.423,2	0,21	9.794,6	0,20
Compensações Financeiras	12.213,1	0,38	15.480,9	0,41	17.293,7	0,44	18.594,3	0,45	20.777,3	0,46	22.927,5	0,51	24.427,5	0,55	28.322,2	0,57
Cide-combustíveis	962,4	0,03	1.775,7	0,05	1.968,3	0,05	2.109,7	0,05	2.268,0	0,05	1.115,8	0,02	1.115,8	0,02	-	-
Demais	369,9	0,01	553,7	0,01	332,4	0,01	607,8	0,01	682,4	0,02	652,7	0,01	655,7	0,01	778,2	0,02
RECEITA LÍQUIDA	620.727,8	19,16	713.070,4	18,91	825.143,0	21,01	827.997,3	19,99	937.782,2	20,79	914.056,5	20,39	916.207,6	20,47	1.026.481,5	20,64
Memorando:																
Produto Interno Bruto (R\$ Bilhões)		3.239,4		3.770,1		3.927,1		4.143,0		4.510,1		4.483,2		4.474,8		4.973,6

Fonte: SOF; RFB; IBGE; Banco Central do Brasil; Avaliações citadas. Elaboração das Consultorias.

<sup>(1)</sup> Deveria incluir na Proposta a cota-parte do adicional ao frete para a renovação da Marinha Mercante, por força da Lei 12.599/12, de 23 de março

<sup>(2)</sup> Inclui a compensação pelo Tesouro ao INSS pelas desonerações da folha de salários da contribuição previdenciária, parcialmente substituída por contribuição sobre o faturamento dos setores beneficiados.





## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012-CN

42. As estimativas da arrecadação anual da Receita Federal do Brasil, excetuada a contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, diminuem a cada avaliação bimestral. Na 4ª Avaliação bimestral, com a mudança da expectativa de crescimento em 2012, foram incorporados à estimativa das receitas para os meses à frente os efeitos das alterações das hipóteses do comportamento da economia, como também a frustração já observada até agosto, e registrou-se queda de R\$ 11,74 bilhões em relação à Avaliação anterior.
43. A arrecadação líquida do RGPS, de outro lado, mesmo revista, pode superar a estimativa mais recente da 4ª Avaliação, diante do desempenho até agosto e do crescimento ininterrupto do emprego formal e dos salários.
44. As Receitas Não Administradas não decepcionam com relação à Lei Orçamentária de 2012, até mesmo porque o esforço de arrecadação de tais receitas tem sido empreendido para compensar a frustração das demais. O aumento dessas receitas da 3ª para a 4ª Avaliação se deveu essencialmente ao melhor desempenho esperado no exercício para dividendos, refletindo o ingresso de R\$ 3 bilhões ocorrido em agosto. Todos os itens de Receitas Não Administradas têm variação positiva no decorrer das sucessivas avaliações orçamentárias (exceto a contribuição complementar para o FGTS), e superam os valores da Lei, diferentemente do que ocorre com as Receitas Administradas.

### **1.6 Receitas Primárias Estimadas para 2013 na Proposta**

45. A Tabela III mostra, também, a estimativa da Proposta para a receita de 2013, avaliada em R\$ 1.229,51 bilhões, representando avanço nominal de 11%, correspondente a R\$ 138,76 bilhões sobre o valor da 4ª Avaliação para 2012, e de 24% sobre o montante realizado em 2011. Os comentários a seguir, baseados na proporção entre valores de receitas e o Produto



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012-CN

Interno Bruto nominal foram precedidos de nova estimativa do Produto para 2013, a partir da revisão do PIB de 2012 trazida na 4ª Avaliação.<sup>3</sup>

46. As Receitas Primárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que subiram para o equivalente a 23,92% do PIB em 2011, avançam ainda mais em 2012, para 24,38% do PIB, de acordo com a 4ª Avaliação, e continuam crescendo, com menor intensidade, chegando em 2013 a 24,72% do PIB, segundo os valores da Proposta.
47. Das receitas totais, R\$ 762,9 bilhões são Receitas Administradas pela RFB, exceto as do RGPS (62% do total); R\$ 314,1 bilhões de arrecadação do RGPS (25,5%); e R\$ 152,5 bilhões das chamadas “não administradas” (12,4%), estas últimas um extenso rol de itens, alguns cuja participação no total é expressiva e tem aumentado rapidamente nos últimos exercícios (compensações financeiras, dividendos, contribuição para o salário educação e contribuição dos servidores para o seu plano de seguridade - CPSS). Dentre as receitas administradas pela RFB deveria se incluir a Cota-parte do Adicional ao Frete de Renovação da Marinha Mercante, por força da Lei nº 12.599/12, de 23 de março.
48. Em relação a 2012, a arrecadação das receitas administradas pela RFB de 2013 cresce na Proposta mais rapidamente do que as receitas totais e mais que compensam a perda nas receitas não administradas. Essas últimas encolhem em relação ao PIB. Espera-se, já com a 4ª Avaliação, aumento, de 2012 para 2013, da ordem de R\$ 98 bilhões, nas Receitas Administradas pela RFB, excluído o INSS. A receita previdenciária contribuiria com crescimento de R\$ 37,1 bilhões. Por sua vez as receitas não administradas caem pouco menos de R\$ 300 milhões, apesar da presença na Proposta de arrecadação da venda de ativos inservíveis do governo (“operações com ativos”), estimada em R\$ 4 bilhões.

---

<sup>3</sup> Posteriormente ao encaminhamento da proposta orçamentária, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Ministério do Planejamento, encaminhou ao Congresso Nacional a 4ª Avaliação Orçamentária, com a nova projeção de receitas para todo o ano. Pouco mais tarde, a RFB, do Ministério da Fazenda, apresentou o resultado da arrecadação até agosto de 2012.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012-CN

49. A queda das demais receitas, de 2012 para 2013, corresponde a menos de 0,3 p.p. do PIB. Em relação ao PIB todos os itens constantes da 4ª Avaliação caem, exceto *royalties* e compensações financeiras. A proposta estima aumento dessas receitas em R\$ 5,9 bilhões. Os dividendos, componente da receita cada vez mais robusto nos últimos exercícios, cairão em 2013 R\$ 2,7 bilhões segundo a Proposta, levando-se em conta a previsão constante da 4ª Avaliação. Diminuem em R\$ 6,4 bilhões as receitas próprias de órgãos federais, denotadas fontes 50, 81 e 82, sendo parte da explicação a reclassificação de itens no conjunto dos ingressos.

### 1.6.1 Receitas Administradas pela RFB, 2013

50. A arrecadação das receitas administradas pela RFB, incluindo a previdenciária, aumenta no equivalente a apenas 0,6% do PIB em relação a 2012. Entre 2011 e 2012 a previsão é de queda, o que se poderia explicar pelas peculiaridades do corrente ano (desonerações fiscais, queda da atividade econômica, diminuição dos lucros ..). O aumento na comparação com 2009 é de 1,95% do PIB, do qual a 1/3 por conta da arrecadação previdenciária.

51. Os grupos de tributos administrados pela RFB crescem nominalmente de 2012 para a Proposta de 2013, mas o Imposto de Importação e o IOF recuam em relação ao PIB, além da CIDE-combustíveis, que não será cobrada no ano que vem. O crescimento esperado na arrecadação para 2013 desses tributos guarda forte correspondência com a evolução da base econômica.

52. Trata-se de previsões contendo receitas extraordinárias que, na avaliação do Poder Executivo, podem chegar a R\$ 25,3 bilhões em 2013 (dos quais R\$ 300 bilhões da Previdência). Essas receitas foram menores nos exercícios encerrados de 2010 e 2011. As extraordinárias em 2013 estão



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012-CN

predominantemente alocadas na Cofins, mas também repercutem (R\$ 9,8 bilhões) em tributos partilhados com Estados e Municípios.

53. Os maiores crescimentos em relação à 4ª Avaliação de 2012 ocorrem nos impostos de renda, com crescimento nominal de 12%, ou R\$ 31,3 bilhões a mais. Estão previstos, em relação a 2012, particularmente, o aumento de 15,7% do imposto de renda da pessoa jurídica, em R\$ 15,9 bilhões, refletindo a expectativa de novos recursos declarados sob forma de ajuste em 2013 e a recomposição dos lucros das empresas; o aumento do imposto de renda na fonte sobre o trabalho, 11,3%, ou R\$ 7,3 bilhões, e o aumento do imposto de renda da pessoa física, de 15,4%, ou R\$ 3,7 bilhões.
54. Espera-se também, na Proposta, o aumento da CSLL em 6,3%, ou R\$ 4,3 bilhões; e Cofins, com 13,2%, ou R\$ 23,5 bilhões a mais. Espera-se também o aumento do PIS/Pasep em 13,3%, ou R\$ 6,2 bilhões; e do IPI, com 35,3%, ou R\$ 16,1 bilhões a mais, que reflete a recomposição da alíquota do IPI sobre automóveis, caminhões e produtos da linha branca, aumento do consumo de produtos industrializados e a incidência sobre volumes importados em expansão.
55. A carga tributária bruta, medida pelas receitas administradas pela RFB, incluindo a arrecadação líquida do RGPS, de 19,7% do PIB em 2009-2010, cresceu para 21,1% do PIB em 2011, e está estimada nos mesmos 21,1% na 4ª Avaliação de 2012. Continuará crescendo, segundo a Proposta, atingindo 21,7% do PIB em 2013, não obstante os estímulos tributários remanescentes e os concedidos antes do encaminhamento da Proposta.
56. A Tabela IV, a seguir, mostra com detalhes a variação da Receita Administrada pela RFB, exceto a do INSS, para 2013, conforme contida na Proposta.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
 Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012-CN

TABELA IV  
 RECEITA ADMINISTRADA PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EXCETO INSS, 2009-2013 <sup>(1)</sup>

Item	2009		2010		2011				2012				2013			
	Realizado		Realizado		Lei Orçamentária		Realizado		Lei		Reprogramação (3ª Avaliação)		4ª Avaliação		Proposta	
	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	
Imposto de Importação	0,49	21.093,3	0,56	23.130,9	0,59	26.680,7	0,64	33.967,9	0,75	32.917,1	0,73	32.184,4	0,72	33.719,0	0,68	
IPI	0,87	37.553,8	1,00	49.241,4	1,25	41.471,4	1,00	51.452,7	1,14	47.675,9	1,06	45.750,2	1,02	61.858,5	1,24	
IPI - Fumo	0,10	3.705,4	0,10	3.874,8	0,10	3.745,7	0,09	5.347,3	0,12	5.038,3	0,11	4.363,8	0,10	5.175,1	0,10	
IPI - Bebidas	0,07	2.430,1	0,06	2.844,5	0,07	2.990,7	0,07	3.075,8	0,07	3.882,3	0,09	3.748,2	0,08	5.339,2	0,11	
IPI - Automóveis	0,06	5.786,3	0,15	6.988,4	0,18	7.146,8	0,17	8.094,5	0,18	5.441,7	0,12	4.738,1	0,11	7.796,6	0,16	
IPI - Importação	0,26	11.258,9	0,30	11.858,1	0,30	13.716,6	0,33	17.787,1	0,39	18.033,9	0,40	17.352,7	0,39	19.041,1	0,38	
IPI - Outros	0,37	14.373,1	0,38	23.675,8	0,60	13.871,6	0,33	17.148,1	0,38	15.279,6	0,34	15.547,3	0,35	24.506,5	0,49	
Imposto de Renda	5,52	194.573,8	5,16	242.902,1	6,19	235.525,9	5,68	275.021,5	6,10	252.848,5	5,64	250.705,6	5,60	282.000,1	5,67	
IR - Pessoa Física	0,46	17.309,4	0,46	20.745,8	0,53	21.855,1	0,53	25.643,8	0,57	23.710,3	0,53	23.730,0	0,53	27.394,2	0,55	
IR - Pessoa Jurídica	2,50	84.775,7	2,25	105.893,1	2,70	98.432,6	2,38	115.965,1	2,57	105.236,7	2,35	103.715,2	2,32	119.658,8	2,41	
IR - Fonte	2,56	92.488,6	2,45	116.263,3	2,96	115.238,2	2,78	133.412,6	2,96	123.901,4	2,76	123.260,5	2,75	134.947,1	2,71	
IRRF - Trabalho	1,30	49.144,4	1,30	61.321,7	1,56	58.400,4	1,41	64.627,4	1,43	64.641,1	1,44	65.032,6	1,45	72.354,5	1,45	
IRRF - Capital	0,72	25.169,5	0,67	33.454,9	0,85	35.543,2	0,86	43.050,9	0,95	35.978,0	0,80	35.074,4	0,78	37.240,8	0,75	
IRRF - Remessas	0,34	11.593,8	0,31	13.656,1	0,35	13.926,7	0,34	17.192,2	0,38	14.936,9	0,33	14.893,5	0,33	16.167,1	0,33	
IRRF - Outros	0,20	6.580,9	0,17	7.830,5	0,20	7.367,9	0,18	8.542,1	0,19	8.345,4	0,19	8.260,0	0,18	9.184,7	0,18	
IOF	0,60	26.576,1	0,70	31.950,7	0,81	31.943,4	0,77	39.183,0	0,87	32.557,4	0,73	31.633,7	0,71	34.342,6	0,69	
Cofins	3,67	141.232,3	3,75	157.967,7	4,02	160.988,4	3,89	177.617,9	3,94	178.744,8	3,99	177.786,4	3,97	201.275,7	4,05	
PIS/Pasep	0,98	40.794,4	1,08	41.094,7	1,05	42.102,1	1,02	47.703,6	1,06	47.407,3	1,06	47.105,7	1,05	53.348,7	1,07	
CSLL	1,39	46.370,3	1,23	62.061,3	1,58	58.961,6	1,42	63.374,2	1,41	60.564,0	1,35	59.181,1	1,32	68.770,1	1,38	
CPMF	0,00	23,6	0,00	-	-	76,3	0,00	-	-	84,6	0,00	(288,6)	(0,01)	-	-	
CIDE-Combustíveis	0,15	7.759,1	0,21	8.636,1	0,22	8.963,5	0,22	9.835,7	0,22	2.879,4	0,06	2.869,8	0,06	-	-	
Outras Administradas	0,41	15.130,6	0,40	24.972,4	0,64	21.907,8	0,53	26.267,8	0,58	20.949,8	0,47	17.960,5	0,40	27.558,2	0,55	
TOTAL	14,08	531.107,4	14,09	641.957,5	16,35	628.621,1	15,17	724.424,4	16,06	676.628,7	15,09	664.888,8	14,86	762.872,8	15,34	
Memorando:																

Fonte: Receita Federal do Brasil; Orçamentos e Avaliações orçamentárias citadas; Projeto de lei orçamentária de 2013; IBGE. Elaboração das Consultorias.

<sup>(1)</sup> Líquida de incentivos fiscais.



### **1.6.2 Receita do INSS, 2013**

57. Separadamente, a arrecadação líquida do RGPS em 2013 aumentará R\$ 37,1 bilhões, com relação à última avaliação de 2012, e continuará sua trajetória de crescimento como proporção do PIB: de 5,62%, em 2010, para 5,94%, em 2011, 6,19%, em 2012, e 6,31% do PIB em 2013, mesmo com aumento real do salário menor que o deste ano, o que permanece sendo explicado, neste caso, pela persistente formalização no mercado de trabalho e aumento real dos rendimentos.

58. As estimativas de receitas do INSS não foram abatidas das desonerações da folha de salário de setores específicos, introduzidas pelas MP 540, 563 e 582, nem pelas leis de conversão das duas primeiras, por força do entendimento que a Previdência não perderá recursos orçamentários. Valores destinados a reembolsá-la pela parcela que não será compensada pela cobrança de contribuição sobre o faturamento dos mesmos setores constam da Proposta como despesa primária. Como essa compensação não corresponde a receita efetivamente ingressada nos cofres públicos, a carga tributária com sua inclusão está superestimada em 0,1% do PIB.

### **1.6.3 Receitas Não-Administradas, 2013**

59. O aumento de R\$ 3,7 bilhões de receitas não administradas, de 2012 para 2013, incluindo a CPSS, corresponderia a queda de R\$ 300 milhões, se não tivesse sido introduzido novo item de “operações com ativos”. Todos os principais itens caem em relação ao PIB, com exceção da CPSS e *royalties*/compensações financeiras. Nominalmente, esta receita patrimonial é a única que apresenta aumento expressivo, de R\$ 5,9 bilhões. Os dividendos, segundo a Proposta, cairão em 2013 R\$ 2,7 bilhões, levando-se em conta a previsão constante da 4ª Avaliação. A reclassificação de receitas, em relação a 2012, explica a variação significativa nos itens “receita própria” e “demais receitas”, em direções opostas, sem que, em proporção do PIB, a soma divirja dos resultados observados em exercícios anteriores já encerrados. As receitas do seguro DPVAT e do adicional sobre



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

tarifa aero-portuária, somando R\$ 4,8 bilhões, passam a ser consideradas “demais receitas”, em lugar de “receitas próprias”

### **1.6.4 Avaliação das Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta para 2013**

60. As regras da Resolução nº 1/2006 estabelecem que constem deste Relatório, em separado, análise e avaliação das receitas próprias das entidades da administração indireta, em especial as pertencentes às agências reguladoras. Essas receitas provêm de um número elevado de itens que têm metodologias variadas de estimação (ver Informação Complementar ao Projeto de Lei Orçamentária que atende ao inciso XI, a-4 do Anexo III da LDO para 2013 - recursos próprios não-financeiros de fontes identificadas como 150 e 250). Em grande parte usam a arrecadação do ano anterior como base de projeção, o crescimento do PIB como indicador de quantidade, e o IGP-di, para preços.

61. Tais receitas são estimadas em R\$ 8,76 bilhões na Proposta para 2013, correspondendo a 0,18% do PIB. Os maiores arrecadadores de recursos dessas fontes próprias são o Ministério da Defesa (R\$ 3,2 bilhões), o da Educação (R\$ 1,8 bilhão) e o de Ciência, Tecnologia e Inovação (R\$ 950 milhões).

### **1.7 Receitas Financeiras na Proposta para 2013**

62. As Receitas Financeiras no Projeto de Orçamento para 2013 somam R\$ 910,7 bilhões, das quais cerca de 80,6% são derivadas da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional (incluindo TDA), como mostra a Tabela V, a seguir.

63. As Receitas Financeiras representam quase 43% do valor total de R\$ 2.140,3 bilhões das Receitas contidas na Proposta, percentual em queda no decorrer dos exercícios recentes, diante da rolagem mais espaçada da dívida pública mobiliária federal.



## **CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

64. A parcela referente ao refinanciamento da dívida mobiliária federal consta, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma destacada. O montante dessa fonte varia em função do prazo de maturação da dívida mobiliária, sendo tanto menor quanto mais longo for esse prazo, e também em função da composição da dívida.
65. Os dois itens que refletem o relacionamento do Tesouro com o Banco Central (Remuneração das Disponibilidades do Tesouro junto ao Banco Central e Resultado do Banco Central) rendem R\$ 67,6 bilhões, representando 7,4% das Receitas Financeiras.
66. Receitas de amortizações de empréstimos a Estados e Municípios montam a R\$ 24,4 bilhões e representam 2,7% do total dos ingressos financeiros.





**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

TABELA V		
RECEITAS FINANCEIRAS NO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2013		
Receitas por Natureza	R\$ Milhões	Part %
Títulos de Resp. do Tesouro Nacional - Refinanciamento Dívida Pública Federal	610.065,7	67,0
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	123.658,8	13,6
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	40.270,7	4,4
Juros de Empréstimos	34.604,9	3,8
Resultado do Banco Central - Demais Operações	27.378,0	3,0
Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios	24.424,3	2,7
Contrib. Patronal para Reg. Próprio de Previd. - CPSS - Oper. Intra-orçamentária	17.813,6	2,0
Remuneração de Depósitos Bancários	8.108,5	0,9
Remuneração sobre Repasse para Progr. de Desenvolvimento Econômico	5.768,8	0,6
Amortização de Empréstimos Diversos	5.111,8	0,6
Amortização de Empréstimos - Em Contrato	2.857,9	0,3
Remuneração de Depósitos Especiais	1.675,4	0,2
Amortizações de Empréstimos - Programa de Operações Oficiais de Crédito	1.321,7	0,1
Amortização de Financiamentos de Bens	1.095,1	0,1
Alienação de Estoques Estratégicos - PGPM	900,0	0,1
Alienação de Estoques Reguladores - Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM	846,0	0,1
Operações de Crédito Externas- Contratuais	788,3	0,1
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados	603,2	0,1
Títulos da Dívida Agrária - TDA	594,4	0,1
Outros Serviços Financeiros	569,3	0,1
Juros de Títulos de Renda	418,5	0,0
Outras Operações de Crédito Externas	417,5	0,0
Receita de Variação Cambial	383,5	0,0
Amortização de Empréstimos - Refinanc. de Dívidas de Médio e Longo Prazos	284,4	0,0
Amortização de Financiamentos de Projetos	191,1	0,0
Remuneração de Saldos de Recursos Não Desembolsados	165,6	0,0
Contrib. Patronal - CPSS Oriunda de Sentenças Judiciais	130,4	0,0
Serviços de Compensação de Variações Salariais	158,0	0,0
Alienação de Estoques Destinados a Venda em Balcão - PGPM	54,0	0,0
Contrib. Patronal para Reg. Próprio de Previd. - Servidor Ativo Civil	38,7	0,0
Amortização de Financiamento do Fundo de Fin. ao Estudante do Ensino Superior -FIES	25,1	0,0
Amortização de Empréstimos - BEA/BIB	13,0	0,0
Operações de Crédito Internas- Contratuais	6,0	0,0
Multa e Juros da Contribuição Patronal - CPSS	0,5	0,0
Receita da Dívida Ativa de Amortização de Empréstimos e Financiamentos	0,4	0,0
Serviços Financeiros de Compensação de Variações Salariais	0,1	0,0
<b>Total das Receitas Financeiras</b>	<b>910.743,1</b>	<b>100,0</b>
<b>Memorando</b>		
<b>Total das Receitas Primárias</b>	<b>1.229.512,7</b>	<b>57,4</b>
<b>Total das Receitas na Proposta para 2013</b>	<b>2.140.255,8</b>	<b>42,6</b>

Fonte: PL 24/12-CN. Elaboração das Consultorias.



## 1.8 Receita do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais

67. As fontes de financiamento do orçamento de investimento das empresas estatais federais para 2013 somam R\$ 110,61 bilhões, como mostra a Tabela VI.

68. Esse valor reflete um aumento de 3,3% sobre a previsão da Lei Orçamentária de 2012, acrescida de créditos, que deverá atingir R\$ 107,03 bilhões. Em 2011, o valor realizado alcançou R\$ 82,47 bilhões.

TABELA VI				
Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais Federais , 2010-2013 (R\$ Milhões)				
Discriminação	Realizado		2012	2013
	2010	2011	Lei + Créditos	Proposta
Recursos Próprios	61.635	73.527	87.843	77.409
Geração própria	61.635	73.527	87.843	77.409
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	3.833	1.985	11.469	16.009
Tesouro - Direto	86	202	1.260	2.390
Saldo de Exercícios Anteriores	265	124	377	1.108
Controladora	3.479	1.658	9.832	12.512
Outras Estatais	3	0	0	0
Operações de Crédito de Longo Prazo	2.817	4.830	5.067	8.961
Internas	2.817	3.295	2.992	3.020
Externas	0	1.535	2.075	5.941
Outros Recursos de Longo Prazo	15.691	2.126	2.652	8.233
Controladora	1.397	1.333	1.647	1.214
Outras Fontes (*)	14.294	687	1.005	7.019
<b>Total</b>	<b>83.976</b>	<b>82.468</b>	<b>107.030</b>	<b>110.612</b>

Fontes: PL nº 24/12-CN; Portarias DEST nº 1, de 30/1/2012 e 21, de 27/9/2012; e documento acessado em 17/10:  
[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/dest/serie\\_historica\\_120223.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/dest/serie_historica_120223.pdf). Elaboração das Consultorias.

69. As fontes de financiamento das estatais são majoritariamente constituídas por recursos próprios das empresas: em 2013, 70% das fontes totais. O setor produtivo responde pela previsão de uso de 85% desses recursos. O



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

Grupo Petrobrás, no Brasil e no exterior, é responsável pela maior parcela individual da receita, com 81% do total, seguido do Grupo Eletrobrás.

### **1.9 Reestimativa das Receitas Primárias para 2013. Resultados**

70. Do ponto de vista legal, as estimativas de receitas no Projeto de Lei Orçamentária para 2013 atendem ao que dispõem a Constituição Federal e a legislação pertinente, em particular a Lei de Responsabilidade Fiscal e a LDO em vigor.<sup>4</sup> Elas refletem as legislações vigentes (tributária e outras) e guardam compatibilidade, na classificação e na metodologia de estimação, com a legislação de finanças públicas.

71. Com base nas premissas que adotou quanto aos cenários macroeconômicos interno e externo, esperados para o restante de 2012 e para 2013, e nas políticas estabelecidas para o cumprimento das metas de superávit primário e de inflação, fixadas em lei para 2012 e para 2013, o Poder Executivo elaborou as estimativas de receitas apresentadas em sua Proposta para 2013.

72. Em nossos estudos, acolhemos todos os parâmetros econômico-fiscais da Proposta para 2013, com exceção do crescimento real do Produto Interno Bruto em 2012, para fins de avaliar a carga de receitas em 2013, e o crescimento da massa salarial, nos termos em que se verá adiante. A expansão prevista na Proposta, de 4,5% do PIB em 2013, embora otimista, não diverge significativamente do prognóstico mediano do mercado. Reflete a determinação do governo de perseguir a meta de crescimento com as medidas de estímulo ao investimento e à produção que têm sido adotadas e as que estão em gestação.

73. Os indicadores de atividade, particularmente da indústria, têm melhorado recentemente, e o consenso dos analistas é de que um novo ciclo de prosperidade está à frente, a despeito das incertezas do cenário externo. A

---

<sup>4</sup> A Resolução nº 01/2006-CN pede que no Relatório da Receita se verifique o “atendimento às normas constitucionais e legais pertinentes à Receita, especialmente quanto à compatibilidade do projeto com a lei do Plano Plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a Lei Complementar nº 101, de 2000”.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

perspectiva de aceleração da atividade econômica nos dois últimos trimestres deste ano permite que se prognostique um efeito estatístico positivo em 2013. O consumo das famílias, principal item da demanda agregada, mostrou crescimento em 2011 e no primeiro trimestre de 2012, em decorrência do aumento da renda real disponível, do crescimento da massa salarial real e da expansão do volume de crédito, e a expectativa é de que continue em alta até meados de 2013.

74. Para manter e incentivar o investimento privado, o Governo tem lançado mão de desonerações tributárias para a produção de bens de capital e da linha de crédito, com menor taxa de juros para máquinas e equipamentos, do Programa de Sustentação do Investimento - PSI do BNDES, a par de medidas para estimular a competitividade da manufatura nacional. Ao mesmo tempo, a execução das obras do PAC está mais rápida. No campo dos investimentos públicos e induzidos pelo setor público estão compreendidos os preparativos para a Copa das Confederações (já em 2013), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), como a construção e/ou a reforma de estádios de futebol e de aeroportos e a implantação de projetos de mobilidade urbana.
75. A avaliação das receitas constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2013 depende das hipóteses de comportamento de variáveis econômicas-chave. É sabida a cautela do Executivo em suas previsões e a larga experiência de seu corpo técnico.
76. Ocorrem, entretanto, dois fenômenos que pretendemos ressaltar.
77. De um lado, os dados de arrecadação, mais especificamente das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil, demonstram enorme elasticidade em relação ao crescimento econômico.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

78. Nota-se a resposta mais intensa da arrecadação à variação do ritmo de crescimento do PIB. Triplicando a taxa de crescimento do PIB, nossa expectativa é de que a receita se recupere rapidamente e seu desempenho se compare aos melhores da série histórica da arrecadação recente. Esse é o principal aspecto da dinâmica das receitas federais que buscamos refletir nesta reavaliação,
79. De outro lado, existe o consenso entre os analistas de que o Executivo acaba superestimando as renúncias de receita, por responsabilidade fiscal. Isso dificilmente se consegue questionar previamente, nem demonstrar *a posteriori*, a não ser pelos resultados da arrecadação. O Governo prossegue com uma política tributária ativa por meio de desonerações, e algumas dessas medidas foram anunciadas depois do encaminhamento da Proposta ao Congresso. Muitas delas, mesmo antes da edição do ato correspondente, haviam sido consideradas nas previsões da Receita. O efeito das desonerações que não constaram do Projeto de Lei foram consideradas neste Relatório. Refiro-me aos incentivos e benefícios trazidos pelas MP 582, de 20 de setembro (dos quais os mais importantes são a depreciação acelerada de bens de capital adquiridos até o final deste ano e as deduções do imposto de renda para o financiamento dos Programas Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD) e 584, de 10 de outubro (para operações de organização ou realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016).
80. Nossas considerações foram levadas às autoridades do Poder Executivo e esse tema foi exaustivamente discutido com a Senhora Ministra do Planejamento e com o Secretário do Tesouro Nacional, dentre outros. Os resultados de nossos encontros não foram apenas os de demonstrar que



## **CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

havia espaço para reestimativa positiva de receitas, como também de identificar em que itens caberia a reavaliação.

81. Os resultados de nossa reestimativa das Receitas Primárias para 2013, que obtiveram a concordância do Poder Executivo, estão reunidos na Tabela VII, a seguir. Essa Tabela mostra reestimativas para itens específicos da Receita Administrada pela RFB, da Arrecadação Líquida do RGPS e da Receita Não Administrada.
82. Neste Relatório, as Receitas Primárias, totais e líquidas de transferências a Estados e Municípios, foram reestimadas para R\$ 1.253,37 milhões e R\$ 1.048,49 milhões, respectivamente, gerando um acréscimo bruto de R\$ 23.853,3 milhões e líquido de R\$ 22 bilhões com relação aos valores da Proposta para 2013.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
 Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012-CN

TABELA VII																
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL																
Receitas Primárias, 2009-2013																
Discriminação	2009		2010 sem Petrobras		2011		Previsão 2012				2013					
			Realizado				Lei [A]		4ª Avaliação [B]		Proposta Orçamentária [C]		Congresso Nacional [D]		Diferença [D - C]	
	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
RECEITA TOTAL	740.627,8	22,86	846.247,3	22,45	991.037,9	23,92	1.127.322,7	25,00	1.090.755,1	24,38	1.229.512,7	24,72	1.253.366,0	25,25	23.853,3	0,53
Receita Administrada pela RFB	456.084,5	14,08	531.107,4	14,09	628.621,1	15,17	724.424,4	16,06	664.888,8	14,86	762.872,8	15,34	776.308,6	15,64	13.435,8	0,30
Imposto de Importação	15.967,9	0,49	21.093,3	0,56	26.680,7	0,64	33.967,9	0,75	32.184,4	0,72	33.719,0	0,68	33.719,0	0,68	0,0	0,00
IPI	28.086,4	0,87	37.553,8	1,00	41.471,4	1,00	51.452,7	1,14	45.750,2	1,02	61.858,5	1,24	61.858,5	1,25	(0,0)	0,00
Imposto de Renda	178.741,0	5,52	194.573,8	5,16	235.525,9	5,68	275.021,5	6,10	250.705,6	5,60	282.000,1	5,67	282.000,1	5,68	(0,0)	0,01
IOF	19.293,4	0,60	26.576,1	0,70	31.943,4	0,77	39.183,0	0,87	31.633,7	0,71	34.342,6	0,69	37.075,8	0,75	2.733,2	0,06
COFINS	118.957,1	3,67	141.232,3	3,75	160.988,4	3,89	177.617,9	3,94	177.786,4	3,97	201.275,7	4,05	204.275,7	4,11	3.000,0	0,07
PIS/PASEP	31.723,2	0,98	40.794,4	1,08	42.102,1	1,02	47.703,6	1,06	47.105,7	1,05	53.348,7	1,07	53.716,7	1,08	368,0	0,01
CSLL	45.050,1	1,39	46.370,3	1,23	58.961,6	1,42	63.374,2	1,41	59.181,1	1,32	68.770,1	1,38	72.920,1	1,47	4.150,0	0,09
CPMF	91,5	0,00	23,6	0,00	76,3	0,00	-	-	(288,6)	(0,01)	-	-	-	-	-	-
CIDE-Combustíveis	4.914,5	0,15	7.759,1	0,21	8.963,5	0,22	9.835,7	0,22	2.869,8	0,06	-	-	-	-	-	-
Outras Administradas pela SRF <sup>(1)</sup>	13.259,4	0,41	15.130,6	0,40	21.907,8	0,53	26.267,8	0,58	17.960,5	0,40	27.558,2	0,55	30.742,8	0,62	3.184,6	0,07
Contribuição dos Servidores ao PSSS	7.558,6	0,23	8.573,9	0,23	9.291,6	0,22	10.296,3	0,23	10.296,31	0,23	11.544,7	0,23	11.544,7	0,23	-	0,00
Arrecadação Líquida do INSS <sup>(2)</sup>	182.008,4	5,62	211.968,4	5,62	245.891,9	5,94	274.068,9	6,08	277.007,0	6,19	314.075,3	6,31	316.766,1	6,38	2.690,8	0,07
Receitas Não Administradas	94.976,3	2,93	94.597,6	2,51	107.233,2	2,59	115.533,1	2,56	138.562,9	3,10	137.019,9	2,75	144.746,6	2,92	7.726,6	0,16
Concessões	3.091,4	0,10	1.158,4	0,03	3.938,3	0,10	2.253,5	0,05	4.653,5	0,10	3.323,0	0,07	6.622,0	0,13	3.299,0	0,07
Dividendos	26.683,0	0,82	22.414,5	0,59	19.962,4	0,48	20.427,0	0,45	29.012,4	0,65	26.311,8	0,53	28.639,4	0,58	2.327,7	0,05
Salário-Educação	9.588,9	0,30	11.049,2	0,29	13.115,5	0,32	15.553,5	0,34	15.618,7	0,35	16.324,3	0,33	16.324,3	0,33	-	0,00
Royalties/Comp. Financeiras	19.412,0	0,60	24.420,7	0,65	29.585,6	0,71	32.562,9	0,72	39.218,6	0,88	45.105,3	0,91	47.205,3	0,95	2.100,0	0,04
Demais Receitas <sup>(1) (3)</sup>	22.560,2	0,70	20.343,5	0,54	23.213,5	0,56	25.551,6	0,57	28.690,0	0,64	30.881,1	0,62	30.881,1	0,62	-	0,00
Receita Própria (Itens 50, 81 & 82) <sup>(3)</sup>	11.137,8	0,34	12.687,9	0,34	14.650,6	0,35	16.227,3	0,36	18.412,5	0,41	12.022,1	0,24	12.022,1	0,24	-	0,00
FGTS	2.502,9	0,08	2.523,5	0,07	2.767,5	0,07	2.957,2	0,07	2.957,2	0,07	3.052,3	0,06	3.052,3	0,06	-	0,00
Operações com Ativos	-	-	-	-	-	-	3.000,0	0,07	-	-	4.000,0	0,08	4.000,0	0,08	-	0,00
TRANSFER ESTADOS MUNICÍPIOS	119.900,0	3,70	133.176,9	3,53	163.040,6	3,94	189.540,5	4,20	174.547,5	3,90	203.031,2	4,08	204.879,2	4,13	1.848,0	0,04
FPE/FPM/PIEE	97.560,6	3,01	105.744,4	2,80	130.171,8	3,14	151.314,4	3,35	135.298,4	3,02	160.401,4	3,23	160.401,4	3,23	-	0,01
Fundos Regionais	3.053,9	0,09	3.068,5	0,08	3.786,2	0,09	5.166,2	0,11	3.626,9	0,08	3.734,9	0,08	3.734,9	0,08	-	0,00
Salário Educação	5.740,1	0,18	6.553,7	0,17	7.770,7	0,19	9.332,1	0,21	9.423,2	0,21	9.794,6	0,20	9.794,6	0,20	-	0,00
Compensações Financeiras	12.213,1	0,38	15.480,9	0,41	18.594,3	0,45	20.777,3	0,46	24.427,5	0,55	28.322,2	0,57	30.170,2	0,61	1.848,0	0,04
Cide-combustíveis	962,4	0,03	1.775,7	0,05	2.109,7	0,05	2.268,0	0,05	1.115,8	0,02	-	-	-	-	-	-
Demais	369,9	0,01	553,7	0,01	607,8	0,01	682,4	0,02	655,7	0,01	778,2	0,02	778,2	0,02	-	0,00
RECEITA LÍQUIDA	620.727,8	19,16	713.070,4	18,91	827.997,3	19,99	937.782,2	20,79	916.207,6	20,47	1.026.481,5	20,64	1.048.486,8	21,12	22.005,3	0,48
Memorando:																
Produto Interno Bruto (R\$ Bilhões)		3.239,4		3.770,1	-	4.143,0	4.510,1	4.474,8		4.973,6		4.964,3				

Fonte: SOF; RFB; IBGE; Banco Central do Brasil; Avaliações e decretos citados. Elaboração dos autores.

<sup>(1)</sup> Deveria incluir na Proposta a cota-parte do adicional ao frete para a renovação da Marinha Mercante, por força da Lei 12.599/12, de 23 de março

<sup>(2)</sup> Inclui a compensação pelo Tesouro ao INSS pelas desonerações da folha de salários da contribuição previdenciária, parcialmente substituída por contribuição sobre o faturamento dos setores bene

<sup>(3)</sup> Na proposta orçamentária para 2013, as receitas do DPVAT e do Adicional sobre Tarifa Aeroportuária deixaram de ser classificadas como receitas próprias e passaram a constar das demais não administradas.



### **1.9.1 Reestimativa das Receitas Administradas pela RFB para 2013. Resultados**

83.A Tabela VIII mostra os resultados das reestimativas das receitas administradas.

84.O imposto sobre operações financeiras (IOF) foi objeto de nossa reestimativa, com aumento de R\$ 2,73 bilhões. O aumento se deu na suposição de que a expansão do crédito superará os efeitos da redução da alíquota do tributo sobre operações de crédito de pessoa física, de 2,5% para 1,5% (Decreto 7.726/12, de 21 de maio), cujo impacto negativo sobre a receita presume-se não se dará nas proporções estimadas pela RFB.

85. O acréscimo de R\$ 3 bilhões na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) se deve à expectativa da recuperação da importância do tributo no rol das receitas federais, cuja arrecadação se manteve abaixo do potencial por conta de volumosas compensações de créditos de outros impostos contra seus débitos e da classificação de suas receitas em programas de parcelamento. Há questões em julgamento no Supremo Tribunal Federal com perspectivas de decisão favorável ao Fisco, como pudemos constatar, que não somente produzirão ingressos relativos a débitos tributários acumulados, como assegurarão a normalização do fluxo mensal de receitas correspondente a essa incidência.

86.No caso do PIS/Pasep, o aumento proposto é de pouco menos de R\$ 370 milhões.





**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
 Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012-CN

TABELA VIII

RECEITA ADMINISTRADA PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EXCETO INSS, 2009-2013 <sup>(1)</sup>

Item	2009	2010	2011		2012								2013					
	Realizado		Realizado		Proposta		Lei		3ª Avaliação		4ª Avaliação		Proposta		Congresso Nacional		Diferença	
	% PIB		R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
Imposto de Importação	0,49	0,56	26.680,7	0,64	30.590,6	0,67	33.967,9	0,75	32.917,1	0,73	32.184,4	0,72	33.719,0	0,68	33.719,0	0,68	-	(0,03)
IPI	0,87	1,00	41.471,4	1,00	49.257,2	1,09	51.452,7	1,14	47.675,9	1,06	45.750,2	1,02	61.858,5	1,24	61.858,5	1,25	(0,0)	0,01
IPI - Fumo	0,10	0,10	3.745,7	0,09	5.105,7	0,11	5.347,3	0,12	5.038,3	0,11	4.363,8	0,10	5.175,1	0,10	5.175,1	0,10	-	0,00
IPI - Bebidas	0,07	0,06	2.990,7	0,07	3.033,0	0,07	3.075,8	0,07	3.882,3	0,09	3.748,2	0,08	5.339,2	0,11	5.339,2	0,11	-	(0,01)
IPI - Automóveis	0,06	0,15	7.146,8	0,17	8.050,6	0,18	8.094,5	0,18	5.441,7	0,12	4.738,1	0,11	7.796,6	0,16	7.796,6	0,16	-	0,04
IPI - Importação	0,26	0,30	13.716,6	0,33	15.802,4	0,35	17.787,1	0,39	18.033,9	0,40	17.352,7	0,39	19.041,1	0,38	19.041,1	0,38	-	(0,04)
IPI - Outros	0,37	0,38	13.871,6	0,33	17.265,6	0,38	17.148,1	0,38	15.279,6	0,34	15.547,3	0,35	24.506,5	0,49	24.506,5	0,49	-	0,02
Imposto de Renda	5,52	5,16	235.525,9	5,68	270.741,1	5,97	275.021,5	6,10	252.848,5	5,64	250.705,6	5,60	282.000,1	5,67	282.000,1	5,68	(0,0)	0,35
IR - Pessoa Física	0,46	0,46	21.855,1	0,53	25.195,5	0,56	25.643,8	0,57	23.710,3	0,53	23.730,0	0,53	27.394,2	0,55	27.394,2	0,55	-	(0,02)
IR - Pessoa Jurídica	2,50	2,25	98.432,6	2,38	116.655,0	2,57	115.965,1	2,57	105.236,7	2,35	103.715,2	2,32	119.658,8	2,41	119.658,8	2,41	-	0,28
IR - Fonte	2,56	2,45	115.238,2	2,78	129.022,8	2,84	133.412,6	2,96	123.901,4	2,76	123.260,5	2,75	134.947,1	2,71	134.947,1	2,72	-	0,09
IRRF - Trabalho	1,30	1,30	58.400,4	1,41	63.360,9	1,40	64.627,4	1,43	64.641,1	1,44	65.032,6	1,45	72.354,5	1,45	72.354,5	1,46	-	(0,05)
IRRF - Capital	0,72	0,67	35.543,2	0,86	43.050,9	0,95	43.050,9	0,95	35.978,0	0,80	35.074,4	0,78	37.240,8	0,75	37.240,8	0,75	-	0,11
IRRF - Remessas	0,34	0,31	13.926,7	0,34	14.032,3	0,31	17.192,2	0,38	14.936,9	0,33	14.893,5	0,33	16.167,1	0,33	16.167,1	0,33	-	0,01
IRRF - Outros	0,20	0,17	7.367,9	0,18	8.578,8	0,19	8.542,1	0,19	8.345,4	0,19	8.260,0	0,18	9.184,7	0,18	9.184,7	0,19	-	0,02
IOF	0,60	0,70	31.943,4	0,77	37.997,6	0,84	39.183,0	0,87	32.557,4	0,73	31.633,7	0,71	34.342,6	0,69	37.075,8	0,75	2.733,2	0,08
Cofins	3,67	3,75	160.988,4	3,89	174.057,1	3,84	177.617,9	3,94	178.744,8	3,99	177.786,4	3,97	201.275,7	4,05	204.275,7	4,11	3.000,0	(0,03)
PIS/Pasep	0,98	1,08	42.102,1	1,02	45.999,1	1,01	47.703,6	1,06	47.407,3	1,06	47.105,7	1,05	53.348,7	1,07	53.716,7	1,08	368,0	0,01
CSLL	1,39	1,23	58.961,6	1,42	63.424,2	1,40	63.374,2	1,41	60.564,0	1,35	59.181,1	1,32	68.770,1	1,38	72.920,1	1,47	4.150,0	0,09
CPMF	0,00	0,00	76,3	0,00	-	-	-	-	84,6	0,00	(288,6)	(0,01)	-	-	-	-	-	-
CIDE-Combustíveis	0,15	0,21	8.963,5	0,22	9.835,7	0,22	9.835,7	0,22	2.879,4	0,06	2.869,8	0,06	-	-	-	-	-	-
Outras Administradas	0,41	0,40	21.907,8	0,53	25.742,2	0,57	26.267,8	0,58	20.949,8	0,47	17.960,5	0,40	27.558,2	0,55	30.742,8	0,62	3.184,6	(0,04)
<b>TOTAL</b>	<b>14,08</b>	<b>14,09</b>	<b>628.621,1</b>	<b>15,17</b>	<b>707.644,8</b>	<b>15,60</b>	<b>724.424,4</b>	<b>16,06</b>	<b>676.628,7</b>	<b>15,09</b>	<b>664.888,8</b>	<b>14,86</b>	<b>762.872,8</b>	<b>15,34</b>	<b>776.308,6</b>	<b>15,64</b>	<b>13.435,8</b>	<b>0,44</b>

Fonte: Receita Federal do Brasil; Orçamentos e Avaliações citados; Projeto de lei orçamentária de 2013; IBGE. Elaboração das Consultorias.

<sup>(1)</sup> Líquida de incentivos fiscais.



87. O acréscimo de R\$ 4,15 bilhões na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) igualmente se apoia na premissa de recuperação rápida das receitas, reagindo ao crescimento do nível de atividade e dos lucros. Em relação ao PIB, a arrecadação do tributo poderá registrar desempenho comparável, por exemplo, ao de 2008, à luz ainda da resposta que se espera do fluxo de receitas a ganho anterior do Fisco em que o STF decidiu que a Contribuição incide sobre lucros, mesmo que na sua formação se incluam receitas de exportação.<sup>5</sup>

88. As demais receitas administradas pela Receita Federal do Brasil na Proposta, ainda que expressivas, não consideravam, por omissão, R\$ 3,2 bilhões, equivalentes à Cota-parte do Adicional ao Frete de Renovação da Marinha Mercante, que estamos acrescentando. Desta forma, atendemos a Lei nº 12.599/12, de 23 de março, que dispôs da seguinte forma:

*“Art. 3º .....*

*§ 1º Compete à Secretaria da Receita Federal do Brasil a administração das atividades relativas a cobrança, fiscalização, arrecadação, rateio, restituição e concessão de incentivos do AFRMM.”*

### **1.9.2 Reestimativa da Arrecadação Líquida do RGPS para 2013. Metodologia e Resultados**

89. A estimativa da Arrecadação Líquida do RGPS foi aumentada em R\$ 2,69 bilhões.
90. A metodologia de projeção subjacente ao Projeto de Lei Orçamentária tem sido incapaz de explicar integralmente o comportamento dessa receita, considerando preponderantemente a evolução prevista para a massa

---

<sup>5</sup> Empresas do setor questionavam a cobrança da CSLL e da extinta CPMF, tomando por base a Emenda Constitucional nº 33, de 2001, que inseriu a seguinte norma no art. 149, § 2º da Constituição: “As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico (...) não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação”. Para a União, cuja interpretação prevaleceu, a Emenda deu imunidade às exportações no caso da contribuição para o PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que pesam diretamente sobre o faturamento.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

salarial. Constatou-se que diferenças entre a receita realizada e a estimativa decorreram, em exercícios anteriores, entre outras razões, da ausência de fatores que incorporem à previsão o incentivo à formalização, os ganhos com o aprimoramento dos controles sobre os contribuintes e com o esforço de arrecadação, bem como da abrangência limitada das avaliações da massa salarial.<sup>6</sup>

### 1.9.3 Reestimativa de Receitas Não Administradas para 2013. Resultado

91. Revimos a previsão de três rubricas de receitas não administradas.

92. A previsão de receitas de **Concessões** foi aumentada em R\$ 3,3 bilhões.

93. Desse montante, R\$ 2 bilhões são a estimativa para a receita de **Bônus de Assinatura de Contratos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural**.<sup>7</sup> Essa receita pode ser reestimada com base em informações extraídas de declarações do Ministro de Estado das Minas e Energia, competente para a iniciativa de licitações relativas à matéria, bem assim das emanadas da Agência Nacional de Petróleo - ANP, que subsidia e dá cumprimento às licitações autorizadas pelo Conselho Nacional de Política

---

<sup>6</sup> As arrecadações dos anos de 2010, 2011 e 2012 evidenciam a imperfeição. Em 2010 e 2011, as arrecadações líquidas do RGPS foram de R\$ 212,0 bilhões e R\$ 245,9 bilhões, respectivamente, enquanto que nos projetos das leis orçamentárias para esses anos, as previsões correspondiam a R\$ 204,3 bilhões e R\$ 233,9 bilhões. Os crescimentos das massas salariais observados e estimados nos projetos foram, respectivamente, de 14,90% e 10,49% em 2010 e de 16,19% e 10,60% em 2011. Para 2012, a diferença entre a estimativa mais atualizada do Poder Executivo e aquela que constou do projeto de lei orçamentária é de R\$ 10,7 bilhões, incluindo na previsão da 4ª Avaliação a desoneração estimada em R\$ 1,8 bilhão. O crescimento da massa salarial observado até julho do ano corrente é de 13,27%, em contraste com a perspectiva de crescimento de 9,79% do Projeto da Lei Orçamentária de 2012.

<sup>7</sup> Os bônus de assinatura são valores devidos pelas concessionárias vencedoras de licitações para exploração e produção de petróleo e gás natural, pagos integralmente no ato da assinatura dos correspondentes contratos, no valor definido no leilão. Bônus de assinatura estão previstos tanto nos contratos de concessão nos termos da Lei do Petróleo (9.478/97), aplicável aos campos localizados nas camadas do pós-sal, quanto nos contratos de partilha de produção regidos pela recente Lei nº 12.351/10, aplicável aos campos pertencentes às camadas do pré-sal.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012-CN

Energética, ambas de fins de setembro e, portanto, não consideradas na proposta encaminhada ao Congresso Nacional em fins de julho.

94. Segundo elas, ficou programada a realização, pela ANP, em maio de 2013, da 11ª Rodada de Licitações, para exploração e produção de campos novos do horizonte do pós-sal, sob o regime de contratos de concessão, quando serão licitados 174 blocos exploratórios, sendo 87 em terra e 87 na plataforma marítima, em uma área total de 123 mil km<sup>2</sup>, já autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética-CNPE, cujas licitações prometem arrecadar receita total superior a R\$ 2 bilhões segundo estimativas de mercado do setor.
95. Ainda, o governo poderá decidir manter o modelo de **concessão aeroportuária** pelo menos para o aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro e Confins na região de Belo Horizonte, o que torna o leilão atraente para os investidores privados e gera receita, e providenciar o certame em curto espaço de tempo. Em comparação com os lances vencedores no leilão dos aeroportos já concedidos (Brasília, Guarulhos e Viracopos), que somaram R\$ 24,5 bilhões, e parcela de R\$ 1,3 bilhão em 2013, pode-se prever R\$ 900 milhões de ingressos no exercício vindouro por conta da concessão desses dois terminais.
96. A **concessão** da banda 4G **de telefonia móvel**, realizada este ano, que deveria render R\$ 2,6 bilhões a cargo das telefônicas já em 2012, segundo informações recentes só significará o ingresso de R\$ 1 bilhão, sobrando R\$ 369 milhões em cada um dos 6 próximos anos (valor atualizado para 2013)
97. Em receitas da **Compensação Financeira com a Exploração de Recursos Minerais**<sup>8</sup> não está prevista a expectativa de pagamento dessa compensação acumulada, devida por uma grande concessionária, em

---

<sup>8</sup> São os valores devidos pelas concessionárias de exploração de recursos minerais (Leis nºs 7.990/89, 8.001/90 e 9.993/2000). Essa receita, repartida entre os entes federativos, na proporção de 12% para a União, 23% para os Estados e 65% para os Municípios, está prevista na proposta orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional, em R\$ 1,85 bilhões em valores brutos, o que proporciona o montante de R\$ 222 milhões líquidos à União.



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

montante bruto estimado em R\$ 4,2 bilhões. Na hipótese mais conservadora, ao menos metade desse valor bruto (R\$ 2,1 bilhões) seria pago já em 2013 por força de decisões judiciais e administrativas, representando receita adicional líquida para a União de R\$ 252 milhões.

98. Considerou-se ainda que **Dividendos e Participações**, à vista do valor do ingresso esperado para 2012 na 4ª Avaliação de 2012, poderiam ter sua previsão aumentada em R\$ 2,33 bilhões, refletindo a tendência de lucro das empresas públicas e outras nas quais a União detém a maioria do capital social com direito a voto, revelada nos exercícios recentes.

### **1.10 Estimativa de Receitas Administradas pela RFB. Metodologia**

99. Segundo a Resolução Nº 1, de 2006 - CN, a metodologia a ser utilizada na análise da estimativa da receita deverá ser aquela prevista na LDO. Só até a LDO de 2009 houve tal previsão, de que as estimativas “se farão com a observância estrita das normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante”. De qualquer maneira, a LRF, matriz desse dispositivo, já cuidara do assunto nos mesmos termos:

*“Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.”*

100. O Comitê de Receitas adotou por muito tempo a mesma metodologia da antiga SRF, atual RFB, para as estimativas das receitas por ela administradas. A observação da arrecadação no ano, até o último mês



## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

disponível, permitia que se ajustasse a base da projeção para o exercício seguinte.

101. Desde o orçamento de 2004, o Comitê incorpora em suas previsões Receitas Atípicas ou Extraordinárias arrecadadas pela RFB. O modelo da RFB passou a prevê-las em 2007, no PL nº 15/2006.
102. A inclusão de Receitas Extraordinárias (ou Atípicas, ou Esforço de Arrecadação) nas estimativas cumpre o papel de compensar o efeito de variáveis que não são levadas em conta na metodologia linear de previsão adotada pelo Executivo, para incorporar melhorias nos procedimentos de arrecadação, mudança na elasticidade das receitas em relação aos indicadores usados e erro na avaliação do efeito das alterações legislativas e de outros indicadores. A receita extraordinária representa um conjunto variável de fatores não captados pelo modelo original da RFB.

### **1.11 Ajustes Técnicos para Adequação das Fontes de Recursos e Outros Decorrentes deste Relatório**

103. Caberá ao Relator-Geral promover:
  - a) os ajustes técnicos necessários à utilização das receitas identificadas neste Relatório, inclusive, se for o caso, disponibilizando fontes financeiras de recursos;
  - b) acréscimos em fontes de recursos do orçamento de investimento em virtude de aprovação de Emendas à despesa nos orçamentos fiscal e da seguridade social; e
  - c) tendo em vista a classificação como “financeira” (F), em lugar de “primária” (P) de receita de “Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Ministério do Exército” (natureza 71211300), a devida correção no Projeto de Lei Orçamentária.



## **1.12 Emendas à Receita e de Renúncia de Receita Apresentadas**

104. Os pareceres às emendas de Renúncia de Receita, em número de duas, estão em anexo. Não foi apresentado outro tipo de emenda à Receita.

105. Nosso parecer foi pela rejeição das Emendas nº 25270001 e 25270002, ambas de Renúncia de Receita, de autoria do nobre Deputado Guilherme Campos. Independentemente de seu mérito, não atenderam ao disposto na Resolução I, no tocante ao disposto no art. 32, II:

*“Art. 32. Poderá ser apresentada emenda de renúncia de receita, decorrente de projeto de lei de iniciativa do Congresso Nacional, em tramitação em qualquer das suas Casas, que satisfaça as seguintes condições:*

*I - .....;*

*II - esteja, até o prazo final para a apresentação de emendas, instruído com a estimativa da renúncia de receita dele decorrente, oriunda do Poder Executivo ou de órgão técnico especializado em matéria orçamentária do Poder Legislativo.*

*Parágrafo único. A emenda de que trata o caput somente será aprovada caso indique os recursos compensatórios necessários, provenientes de anulação de despesas ou de acréscimo de outra receita, observado o disposto no art. 41.”*

106. Emendas de renúncia de receita refletem, regra geral, o interesse em assegurar que projetos de lei de iniciativa parlamentar, ainda em tramitação, não se inviabilizem por falta de adequação orçamentária e financeira. A aprovação de emendas dessa natureza está condicionada à prévia aprovação, quanto ao mérito, pelas Comissões Permanentes. Ainda, para sua aprovação, deve ser demonstrado que a renúncia correspondente ao benefício proposto já foi considerada na Lei Orçamentária. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina essa compensação (art. 14), e cabe ao Congresso providenciá-la, nos termos do inciso II do art. supracitado.





## CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

107. Entretanto, não devemos nos restringir ao exame daquelas proposições de renúncia de receitas que nos foram apresentadas como emendas, se nosso intuito é o de prover o espaço fiscal para que todas as iniciativas parlamentares possam ser debatidas e aprovadas no decorrer do exercício.
108. Nosso entendimento é de que devemos amparar a produção legislativa na área de gastos tributários não apenas no decorrer da aprovação do Relatório da Receita. Cabe-nos assegurar na Lei Orçamentária dotação, sob forma de despesa primária, como tem constado desde o Orçamento de 2010, e que consta do Orçamento de 2012 com a intitulação de “Reserva para Compensação de Projetos de Lei e de Renúncia de Receitas Sujeitos a Deliberação de Órgão Colegiado Permanente do Poder Legislativo, durante o Exame de Compatibilidade Orçamentário-Financeira – Nacional”.
109. Essa é nossa recomendação ao Relator-Geral. A evidência de que existem recursos em valor facilmente identificado na Lei Orçamentária, para custear a aprovação de novos projetos de lei de renúncia de receita, deixará explícito que o impacto orçamentário-financeiro dos projetos em questão foi considerado na sua elaboração.

### 1.13 Anexos

110. Encontram-se, em anexo, Tabelas contendo a evolução dos parâmetros econômicos e o detalhamento e o demonstrativo das receitas reestimadas para 2013, comparando-as com os valores respectivos contidos no Projeto de Lei, classificadas por natureza e fonte, conforme determina o art. 34 da Resolução nº 1, de 2006 – CN.





## **CONGRESSO NACIONAL**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

### **2 VOTO**

111. Ante o exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2013, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações propostas pelo Relator que constam da relação em anexo sob a forma de emendas aprovadas,

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2012.

**Deputado CLÁUDIO PUTY**  
Relator da Receita



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
Parecer da Receita do Orçamento de 2013 - PL nº 24/2012–CN

### 3 ANEXO I

PARÂMETROS E INDICADORES MACROECONÔMICOS, 2009/2013														
Valores Estimados e Realizados <sup>(1)</sup>														
Parâmetros	2009	2010	2011		2012						2013			
	Realizado	Realizado	Lei	Realizado	PLOA 2012	Lei	PLDO 2013	Avaliação 3º Bimestre (Julho)	PLOA 2013	Avaliação 4º Bimestre (Setembro)	Mercado 19/10/2012	PLDO 2013	PLOA 2013	Mercado 19/10/2012
Variação real do PIB (%)	(0,33)	7,53	5,50	2,73	5,00	4,50	4,50	3,00	3,00	2,00	1,54	5,50	4,50	4,00
PIB (R\$ bilhões)	3.239,4	3.770,1	3.927,1	4.143,0	4.537,5	4.510,1	4.539,6	4.483,2	4.483,2	4.474,8	...	5.027,5	4.973,6	...
IPCA acum (%)	4,31	5,91	4,50	6,50	4,80	6,00	4,70	4,70	4,70	4,70	5,44	4,50	4,50	5,42
IGP-DI acum (%)	(1,43)	11,31	4,50	5,01	5,00	6,00	4,90	6,19	6,19	8,17	8,45	4,50	4,90	5,16
INPC acum (%)	4,11	6,47	4,50	6,08	4,50	...	4,50	...	5,00	5,00	5,79	...	4,50	5,31
Massa salarial (%)	8,57	14,90	9,59	16,19	9,79	9,79	12,01	12,51	12,51	12,51	...	10,34	10,87	...
Taxa Selic média (% a.a.)	9,93	9,78	10,71	11,62	12,45	10,50	...	8,86	8,86	8,59	8,47	9,43	8,03	7,44
Taxa Selic-fim de período (% a.a.)	8,65	10,66	10,75	10,90	12,50	...	9,75	8,00	8,00	7,50	7,25	9,00	8,00	8,00
Câmbio médio (R\$/US\$)	2,00	1,76	1,75	1,67	1,64	1,80	1,76	1,95	1,95	1,96	1,95	1,84	2,03	2,01
Câmbio fim de período (R\$/US\$)	1,75	1,69	1,80	1,88	1,69	...	...	...	2,03	2,07	2,01	1,86	2,03	2,01
Petróleo-preço médio (US\$)	61,30	79,47	84,63	112,26	111,64	104,00	...	113,87	113,87	113,87	...	...	114,59	...
Bebidas: quantidade	5,84	10,73	3,86	0,61	(2,41)	...	...	...	1,50	(0,05)	...	...	6,40	...
Fumo: quantidade	(7,42)	(1,18)	(6,43)	(1,52)	(6,50)	...	...	...	(0,52)	(9,47)	...	...	(3,78)	...
Veículos: quantidade	9,99	5,88	4,28	(0,91)	5,00	...	...	...	0,29	3,59	...	...	7,05	...
Importações <sup>(2)</sup> em US\$ (%)	(21,68)	40,95	1,02	21,51	13,58	...	...	...	2,20	0,81	...	...	3,26	...

Fonte: Relatórios de Avaliação; Relatórios de cumprimento de metas quadrimestrais; PLDO 2013; PLOA 2012; PLOA 2013; SOF/MPOG; STN/MF.

<sup>(1)</sup> '%' representa variação em relação ao ano anterior, a menos que indicado de outra forma.

<sup>(2)</sup> Exclui petróleo e derivados combustíveis.



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

## ANEXO II

### DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS REESTIMADAS POR NATUREZA DA RECEITA E FONTES DE RECURSOS

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>11110101 - RECEITA DO PRINCIPAL DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO</b>	<b>33.582.016.703</b>		<b>33.582.016.703</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	27.537.253.696		27.537.253.696
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.044.763.007		6.044.763.007
<b>11110102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO</b>	<b>4.402.108</b>	-	<b>4.402.108</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.609.728	-	3.609.728
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	792.380	-	792.380
<b>11110201 - RECEITA DO PRINCIPAL DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO</b>	<b>47.630.462</b>	-	<b>47.630.462</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	39.056.979	-	39.056.979
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	8.573.483	-	8.573.483
<b>11110202 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO</b>	<b>532.006</b>	-	<b>532.006</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	436.245	-	436.245
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	95.761	-	95.761
<b>11120101 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS</b>	<b>497.387.656</b>	-	<b>497.387.656</b>
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	497.387.656	-	497.387.656
<b>11120102 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS</b>	<b>137.070.330</b>	-	<b>137.070.330</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	56.198.835	-	56.198.835
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	68.535.165	-	68.535.165
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	12.336.330	-	12.336.330
<b>11120410 - PESSOAS FÍSICAS</b>	<b>25.399.386.819</b>		<b>25.399.386.819</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.693.141.851		10.693.141.851
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	12.191.705.674		12.191.705.674
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.514.539.294		2.514.539.294
<b>11120411 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOAS FÍSICAS</b>	<b>31.910.432</b>	-	<b>31.910.432</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.434.291	-	13.434.291
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	15.317.008	-	15.317.008
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.159.133	-	3.159.133
<b>11120421 - PESSOA JURÍDICA - LÍQUIDA DE INCENTIVOS</b>	<b>116.516.065.718</b>		<b>116.516.065.718</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	49.053.263.664		49.053.263.664
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	55.927.711.549		55.927.711.549
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11.535.090.505		11.535.090.505
<b>11120422 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>392.884.193</b>	-	<b>392.884.193</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	165.404.246	-	165.404.246
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	188.584.410	-	188.584.410
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	38.895.537	-	38.895.537
<b>11120431 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO</b>	<b>72.354.457.842</b>		<b>72.354.457.842</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	30.461.226.752		30.461.226.752
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	34.730.139.765		34.730.139.765
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.163.091.325		7.163.091.325
<b>11120432 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DE CAPITAL</b>	<b>37.240.796.991</b>		<b>37.240.796.991</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	15.678.375.530		15.678.375.530
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	17.875.582.559		17.875.582.559
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.686.838.902		3.686.838.902
<b>11120433 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE REMESSA DE RECURSOS AO EXTERIOR</b>	<b>16.167.099.049</b>		<b>16.167.099.049</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.806.348.699		6.806.348.699
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	7.760.207.544		7.760.207.544
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.600.542.806		1.600.542.806
<b>11120434 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS</b>	<b>8.448.568.825</b>		<b>8.448.568.825</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.556.847.478		3.556.847.478
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4.055.313.033		4.055.313.033
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	836.408.314		836.408.314
<b>11120435 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE</b>	<b>79.401.505</b>	-	<b>79.401.505</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	33.428.034	-	33.428.034
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	38.112.724	-	38.112.724
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.860.747	-	7.860.747
<b>11130101 - PRODUTOS DO FUMO</b>	<b>5.175.127.552</b>		<b>5.175.127.552</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.754.368.241		1.754.368.241
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.001.573.979		3.001.573.979
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	419.185.332		419.185.332



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>11130102 - BEBIDAS</b>	<b>5.339.168.839</b>		<b>5.339.168.839</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.809.978.235		1.809.978.235
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.096.717.928		3.096.717.928
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	432.472.676		432.472.676
<b>11130103 - AUTOMÓVEIS</b>	<b>7.796.603.612</b>		<b>7.796.603.612</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.643.048.622		2.643.048.622
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4.522.030.098		4.522.030.098
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	631.524.892		631.524.892
<b>11130104 - VINCULADOS À IMPORTAÇÃO</b>	<b>19.041.061.695</b>	-	<b>19.041.061.695</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.454.919.913	-	6.454.919.913
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	11.043.815.783	-	11.043.815.783
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.542.325.999	-	1.542.325.999
<b>11130109 - OUTROS PRODUTOS</b>	<b>23.756.045.729</b>		<b>23.756.045.729</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.053.299.502		8.053.299.502
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	13.778.506.523		13.778.506.523
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.924.239.704		1.924.239.704
<b>11130110 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS</b>	<b>144.505.550</b>	-	<b>144.505.550</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	48.987.380	-	48.987.380
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	83.813.222	-	83.813.222
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11.704.948	-	11.704.948
<b>11130301 - IMPOSTO SOBRE COMERCIALIZAÇÃO DO OURO</b>	<b>7.703.482</b>	-	<b>7.703.482</b>
119 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO	7.703.482	-	7.703.482
<b>11130309 - IMPOSTO SOBRE AS DEMAIS OPERAÇÕES</b>	<b>34.214.530.432</b>	<b>2.733.156.325</b>	<b>36.947.686.757</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	28.055.914.954	2.241.188.187	30.297.103.141
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.158.615.478	491.968.138	6.650.583.616
<b>11130310 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS, CÂMBIO E SEGURO OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALO</b>	<b>10.213.001</b>	-	<b>10.213.001</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.374.663	-	8.374.663
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.838.338	-	1.838.338
<b>11210201 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO</b>	<b>1.821.302.503</b>	-	<b>1.821.302.503</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.821.302.503	-	1.821.302.503
<b>11210202 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO</b>	<b>3.664.750.926</b>	-	<b>3.664.750.926</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	3.664.750.926	-	3.664.750.926
<b>11210300 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS</b>	<b>24.892.313</b>	-	<b>24.892.313</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	24.892.313	-	24.892.313
<b>11210401 - TAXA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - SEGURANÇA PRIVADA</b>	<b>49.200.719</b>	-	<b>49.200.719</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	49.200.719	-	49.200.719
<b>11210402 - TAXA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - SISTEMA NACIONAL DE ARMAS</b>	<b>9.020.733</b>	-	<b>9.020.733</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	9.020.733	-	9.020.733
<b>11210500 - TAXAS DE MIGRAÇÃO</b>	<b>467.674.688</b>	-	<b>467.674.688</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	467.674.688	-	467.674.688
<b>11211000 - TAXA DE LICENCIAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE MATERIAIS NUCLEARES E RADIOATIVOS E SUAS INSTALAÇÕES - TLC</b>	<b>8.208.954</b>	-	<b>8.208.954</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	8.208.954	-	8.208.954
<b>11211100 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - TAFIC</b>	<b>44.912.708</b>	-	<b>44.912.708</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	44.912.708	-	44.912.708
<b>11211300 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS CONTROLOS PELO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO</b>	<b>21.891.202</b>	-	<b>21.891.202</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	21.891.202	-	21.891.202
<b>11211400 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>232.920.879</b>	-	<b>232.920.879</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	232.920.879	-	232.920.879
<b>11211500 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DE CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA</b>	<b>141.737.157</b>	-	<b>141.737.157</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	141.737.157	-	141.737.157
<b>11211600 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>495.355.028</b>	-	<b>495.355.028</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	495.355.028	-	495.355.028



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>11211700 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA</b>	<b>331.035.372</b>	-	<b>331.035.372</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	331.035.372	-	331.035.372
<b>11212001 - TAXA POR PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	<b>81.255.895</b>	-	<b>81.255.895</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	81.255.895	-	81.255.895
<b>11212002 - TAXA POR REGISTRO DE PRODUTO</b>	<b>2.555.181</b>	-	<b>2.555.181</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.555.181	-	2.555.181
<b>11212003 - TAXA POR ALTERAÇÃO DE DADOS DE PRODUTO</b>	<b>8.181.304</b>	-	<b>8.181.304</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	8.181.304	-	8.181.304
<b>11212004 - TAXA POR REGISTRO DE OPERADORA</b>	<b>100.390</b>	-	<b>100.390</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	100.390	-	100.390
<b>11212005 - TAXA POR ALTERAÇÃO DE DADOS DE OPERADORA</b>	<b>580.037</b>	-	<b>580.037</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	580.037	-	580.037
<b>11212006 - TAXA POR PEDIDO DE REAJUSTE DE CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA</b>	<b>678.130</b>	-	<b>678.130</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	678.130	-	678.130
<b>11212100 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>232.886.246</b>	-	<b>232.886.246</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	232.886.246	-	232.886.246
<b>11212200 - TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>485.761.023</b>	-	<b>485.761.023</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	485.761.023	-	485.761.023
<b>11212400 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRÊMIOS E SORTEIOS</b>	<b>5.409.220</b>	-	<b>5.409.220</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.409.220	-	5.409.220
<b>11220100 - EMOLUMENTOS CONSULARES</b>	<b>216.293.388</b>	-	<b>216.293.388</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	216.293.388	-	216.293.388
<b>11220200 - TAXA DE PEDIDO DE VISTO EM CONTRATO DE TRABALHO DE ESTRANGEIRO</b>	<b>1.707.401</b>	-	<b>1.707.401</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	1.707.401	-	1.707.401
<b>11220300 - TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA</b>	<b>25.649.627</b>	-	<b>25.649.627</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	25.649.627	-	25.649.627
<b>11220400 - TAXA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR</b>	<b>22.539.000</b>	-	<b>22.539.000</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	22.539.000	-	22.539.000
<b>11220700 - EMOLUMENTOS E CUSTAS DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL</b>	<b>21.625.304</b>	-	<b>21.625.304</b>
127 - CUSTAS JUDICIAIS	21.625.304	-	21.625.304
<b>11220800 - EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS</b>	<b>509.041.197</b>	-	<b>509.041.197</b>
127 - CUSTAS JUDICIAIS	509.041.197	-	509.041.197
<b>11221100 - TAXA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR - SISCOMEX</b>	<b>709.260.022</b>	-	<b>709.260.022</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	709.260.022	-	709.260.022
<b>11221201 - EMOLUMENTOS E CUSTAS DE APRECIÇÃO DE ATOS E CONTRATOS</b>	<b>42.372.702</b>	-	<b>42.372.702</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	42.372.702	-	42.372.702
<b>11221500 - TAXA MILITAR</b>	<b>3.262.234</b>	-	<b>3.262.234</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	3.262.234	-	3.262.234
<b>11221900 - TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS</b>	<b>4.591.338</b>	-	<b>4.591.338</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	4.591.338	-	4.591.338
<b>11222100 - TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS</b>	<b>8.499.221</b>	-	<b>8.499.221</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	8.499.221	-	8.499.221
<b>11222200 - TAXA DE SERVIÇOS AQUÍCOLAS</b>	<b>18.136.397</b>	-	<b>18.136.397</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	18.136.397	-	18.136.397
<b>11229900 - OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>9.109.614</b>	-	<b>9.109.614</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.109.614	-	9.109.614





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>12100101 - RECEITA DO PRINCIPAL DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>196.301.525.596</b>	<b>3.000.000.000</b>	<b>199.301.525.596</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	39.260.305.119	600.000.000	39.860.305.119
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	157.041.220.477	2.400.000.000	159.441.220.477
<b>12100102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>1.249.613.074</b>	-	<b>1.249.613.074</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	249.922.614	-	249.922.614
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	999.690.460	-	999.690.460
<b>12100200 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO</b>	<b>16.323.943.592</b>	-	<b>16.323.943.592</b>
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	16.323.943.592	-	16.323.943.592
<b>12100400 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL</b>	<b>466.175.853</b>	-	<b>466.175.853</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	93.235.171	-	93.235.171
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	372.940.682	-	372.940.682
<b>12100500 - CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AEROMARÍTIMO</b>	<b>145.391.708</b>	-	<b>145.391.708</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	29.078.342	-	29.078.342
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	116.313.366	-	116.313.366
<b>12100600 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO</b>	<b>94.658.271</b>	-	<b>94.658.271</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	18.931.656	-	18.931.656
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	75.726.615	-	75.726.615
<b>12100900 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A ARRECADAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS</b>	<b>95.502</b>	-	<b>95.502</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	19.101	-	19.101
120 - CONTRIBUIÇÕES S/ A ARRECADAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS	76.401	-	76.401
<b>12101500 - CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES</b>	<b>2.704.548.725</b>	-	<b>2.704.548.725</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	540.909.744	-	540.909.744
123 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES	2.163.638.981	-	2.163.638.981
<b>12101700 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS</b>	<b>242.480</b>	-	<b>242.480</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	48.496	-	48.496
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	193.984	-	193.984
<b>12101801 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DA LOTERIA FEDERAL</b>	<b>80.741.981</b>	-	<b>80.741.981</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	16.148.397	-	16.148.397
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	64.593.584	-	64.593.584
<b>12101802 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE LOTERIAS ESPORTIVAS</b>	<b>54.155.432</b>	-	<b>54.155.432</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.831.086	-	10.831.086
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	43.324.346	-	43.324.346
<b>12101804 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE LOTERIAS DE NÚMEROS</b>	<b>3.560.328.759</b>	-	<b>3.560.328.759</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	712.065.752	-	712.065.752
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	2.848.263.007	-	2.848.263.007
<b>12101805 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DA LOTERIA INSTANTÂNEA</b>	<b>67.094.738</b>	-	<b>67.094.738</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.418.947	-	13.418.947
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	53.675.791	-	53.675.791
<b>12101806 - PRÊMIOS PRESCRITOS DA LOTERIA FEDERAL</b>	<b>201.021.892</b>	-	<b>201.021.892</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	40.204.377	-	40.204.377
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	160.817.515	-	160.817.515
<b>12101808 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE CONCURSO DE PROGNÓSTICO ESPECÍFICO DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA DES</b>	<b>25.762.113</b>	-	<b>25.762.113</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.152.423	-	5.152.423
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	20.609.690	-	20.609.690
<b>12101809 - OUTROS PRÊMIOS PRESCRITOS</b>	<b>8.201.085</b>	-	<b>8.201.085</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.640.218	-	1.640.218
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	6.560.867	-	6.560.867
<b>12102901 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO</b>	<b>38.654.948</b>	-	<b>38.654.948</b>
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	38.654.948	-	38.654.948
<b>12102907 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO</b>	<b>8.865.483.545</b>	-	<b>8.865.483.545</b>
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	8.865.483.545	-	8.865.483.545
<b>12102909 - CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR INATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO</b>	<b>1.897.801.229</b>	-	<b>1.897.801.229</b>
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	1.897.801.229	-	1.897.801.229



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>12102911 - CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO</b>	<b>602.417.772</b>	-	<b>602.417.772</b>
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	602.417.772	-	602.417.772
<b>12102917 - RECEITA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL, ORIUNDA DO PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS</b>	<b>115.740.039</b>	-	<b>115.740.039</b>
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	115.740.039	-	115.740.039
<b>12102918 - RECEITA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO CIVIL, ORIUNDA DO PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS</b>	<b>44.791.954</b>	-	<b>44.791.954</b>
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	44.791.954	-	44.791.954
<b>12102919 - RECEITA DE RECOLHIMENTO DE PENSIONISTA CIVIL, ORIUNDA DO PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS</b>	<b>14.909.218</b>	-	<b>14.909.218</b>
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	14.909.218	-	14.909.218
<b>12103001 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL</b>	<b>5.691.781.913</b>	-	<b>5.691.781.913</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.691.781.913	-	5.691.781.913
<b>12103002 - CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO ASSALARIADO</b>	<b>59.346.977.765</b>	<b>887.966.386</b>	<b>60.234.944.151</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	59.346.977.765	887.966.386	60.234.944.151
<b>12103003 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE SEGURADO ASSALARIADO</b>	<b>120.622.611.855</b>	<b>1.802.840.843</b>	<b>122.425.452.698</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	120.622.611.855	1.802.840.843	122.425.452.698
<b>12103004 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES</b>	<b>24.956.381.211</b>	-	<b>24.956.381.211</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	24.956.381.211	-	24.956.381.211
<b>12103005 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO</b>	<b>122.014.229</b>	-	<b>122.014.229</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	122.014.229	-	122.014.229
<b>12103006 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A PRODUÇÃO RURAL</b>	<b>3.590.632.190</b>	-	<b>3.590.632.190</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.590.632.190	-	3.590.632.190
<b>12103007 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS - RGPS</b>	<b>7.238.686.164</b>	-	<b>7.238.686.164</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.238.686.164	-	7.238.686.164
<b>12103008 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO</b>	<b>16.604.153.710</b>	-	<b>16.604.153.710</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	16.604.153.710	-	16.604.153.710
<b>12103009 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA</b>	<b>2.525.252.363</b>	-	<b>2.525.252.363</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.525.252.363	-	2.525.252.363
<b>12103011 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPRESÁRIO</b>	<b>7.588</b>	-	<b>7.588</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.588	-	7.588
<b>12103012 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO FACULTATIVO</b>	<b>1.251.671.869</b>	-	<b>1.251.671.869</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.251.671.869	-	1.251.671.869
<b>12103013 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL</b>	<b>8.757.994</b>	-	<b>8.757.994</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.757.994	-	8.757.994
<b>12103014 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPREGADO DOMÉSTICO</b>	<b>2.876.521.683</b>	-	<b>2.876.521.683</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.876.521.683	-	2.876.521.683
<b>12103015 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO</b>	<b>25.466.771.125</b>	-	<b>25.466.771.125</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	25.466.771.125	-	25.466.771.125
<b>12103016 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS</b>	<b>2.635.462.892</b>	-	<b>2.635.462.892</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.635.462.892	-	2.635.462.892
<b>12103017 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RETENÇÃO SOBRE NOTA FISCAL - SUB-ROGAÇÃO</b>	<b>24.474.870.685</b>	-	<b>24.474.870.685</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	24.474.870.685	-	24.474.870.685
<b>12103018 - ARRECADAÇÃO FIES - CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>476.056.586</b>	-	<b>476.056.586</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	476.056.586	-	476.056.586
<b>12103021 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NA FORMA DE DEPÓSITO JUDICIAL, RECURSAL E CUSTAS JUDICIAIS</b>	<b>1.691.479.859</b>	-	<b>1.691.479.859</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.691.479.859	-	1.691.479.859
<b>12103023 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES E TRABALHADORES PARA A SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>2.016.808.055</b>	-	<b>2.016.808.055</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.016.808.055	-	2.016.808.055



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>12103024 - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE O SEGURADO ASSALARIADO INCIDENTE SOBRE A RECEITA BRUTA</b>	<b>447.767.822</b>	-	<b>447.767.822</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	447.767.822	-	447.767.822
<b>12103099 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>1.074.926</b>	-	<b>1.074.926</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.074.926	-	1.074.926
<b>12103101 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL</b>	<b>14.699.277</b>	-	<b>14.699.277</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.939.856	-	2.939.856
106 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	11.759.421	-	11.759.421
<b>12103102 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAÚDE DOS BOMBEIROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL</b>	<b>9.766.569</b>	-	<b>9.766.569</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.953.313	-	1.953.313
106 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	7.813.256	-	7.813.256
<b>12103201 - CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL RURAL</b>	<b>260.322.182</b>	-	<b>260.322.182</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	52.064.435	-	52.064.435
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	208.257.747	-	208.257.747
<b>12103203 - ADICIONAL À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>1.040.131.262</b>	-	<b>1.040.131.262</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	208.026.252	-	208.026.252
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	832.105.010	-	832.105.010
<b>12103701 - RECEITA DO PRINCIPAL DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP</b>	<b>51.583.573.598</b>	<b>368.016.907</b>	<b>51.951.590.505</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.316.714.719	73.603.381	10.390.318.100
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	41.266.858.879	294.413.526	41.561.272.405
<b>12103702 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP</b>	<b>254.397.877</b>	-	<b>254.397.877</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	50.879.577	-	50.879.577
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	203.518.300	-	203.518.300
<b>12103801 - RECEITA DO PRINCIPAL DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>66.597.082.945</b>	<b>4.150.000.000</b>	<b>70.747.082.945</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.319.416.588	830.000.000	14.149.416.588
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	53.277.666.357	3.320.000.000	56.597.666.357
<b>12103802 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>218.979.037</b>	-	<b>218.979.037</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	43.795.809	-	43.795.809



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	175.183.228	-	175.183.228
<b>12104700 - CONTRIBUIÇÃO RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA</b>	<b>379.129.956</b>	-	<b>379.129.956</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	75.825.991	-	75.825.991
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	303.303.965	-	303.303.965
<b>12104800 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR</b>	<b>2.626.704.109</b>	-	<b>2.626.704.109</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	525.340.821	-	525.340.821
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	2.101.363.288	-	2.101.363.288
<b>12200100 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - PIN</b>	<b>28.654.918</b>	-	<b>28.654.918</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.730.983	-	5.730.983
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	22.923.935	-	22.923.935
<b>12200200 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E DE ESTÍMULO À AGROINDÚSTRIA DO NORTE E DO NORDESTE</b>	<b>19.103.282</b>	-	<b>19.103.282</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.820.658	-	3.820.658
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	15.282.624	-	15.282.624
<b>12200301 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE SELO ESPECIAL DE CONTROLE</b>	<b>483.251.672</b>	-	<b>483.251.672</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	96.650.334	-	96.650.334
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	386.601.338	-	386.601.338
<b>12200302 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE AS LOJAS FRANCAS, ENTREPOSTOS ADUANEIROS E DEPÓSITOS ALFANDEGADOS</b>	<b>217.645.854</b>	-	<b>217.645.854</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	43.529.171	-	43.529.171
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	174.116.683	-	174.116.683
<b>12200500 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE APOSTAS EM COMPETIÇÕES HÍPICAS</b>	<b>857.549</b>	-	<b>857.549</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	171.508	-	171.508
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	686.041	-	686.041
<b>12200601 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL - REMESSAS</b>	<b>1.787.071</b>	-	<b>1.787.071</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	357.415	-	357.415
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL	1.429.656	-	1.429.656
<b>12200602 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL - TÍTULOS</b>	<b>67.959.781</b>	-	<b>67.959.781</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.591.955	-	13.591.955



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	54.367.826	-	54.367.826
<b>12200603 - RECEITA DE DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDOS AUDIOVISUAIS POR PRESTADORES DE SERVIÇO DE ACESSO CONDICIONADO</b>	<b>903.094.389</b>	-	<b>903.094.389</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	180.618.877	-	180.618.877
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	722.475.512	-	722.475.512
<b>12201800 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE</b>	<b>3.180.289.909</b>	-	<b>3.180.289.909</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	636.057.984	-	636.057.984
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	2.544.231.925	-	2.544.231.925
<b>12202400 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>704.493.519</b>	-	<b>704.493.519</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	140.898.702	-	140.898.702
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	563.594.817	-	563.594.817
<b>12202500 - CONTRIBUIÇÃO PELA LICENÇA DE USO, AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA</b>	<b>2.076.763.852</b>	-	<b>2.076.763.852</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	415.352.770	-	415.352.770
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	1.661.411.082	-	1.661.411.082
<b>12202601 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OPERACIONAL BRUTA, DECORRENTE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>1.089.276.913</b>	-	<b>1.089.276.913</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	217.855.383	-	217.855.383
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	871.421.530	-	871.421.530
<b>12202602 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA BRUTA DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>675.945.878</b>	-	<b>675.945.878</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	135.189.175	-	135.189.175
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	540.756.703	-	540.756.703
<b>12204101 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NA AMAZÔNIA - PRINCIPAL</b>	<b>28.467.019</b>	-	<b>28.467.019</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.693.404	-	5.693.404
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	22.773.615	-	22.773.615
<b>12204103 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NA AMAZÔNIA - RESIDUAL</b>	<b>502.470</b>	-	<b>502.470</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	100.495	-	100.495
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	401.975	-	401.975
<b>12204104 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NA AMAZÔNIA - PARCELAMENTO DE DÉBITOS</b>	<b>9.015.751</b>	-	<b>9.015.751</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.803.150	-	1.803.150





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	7.212.601	-	7.212.601
<b>12204201 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NAS DEMAIS REGIÕES - PRINCIPAL</b>	<b>97.392.989</b>	-	<b>97.392.989</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	19.478.598	-	19.478.598
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	77.914.391	-	77.914.391
<b>12204202 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NAS DEMAIS REGIÕES - EXCEDENTE</b>	<b>495.840</b>	-	<b>495.840</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	99.168	-	99.168
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	396.672	-	396.672
<b>12204203 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NAS DEMAIS REGIÕES - RESIDUAL</b>	<b>7.900.670</b>	-	<b>7.900.670</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.580.133	-	1.580.133
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	6.320.537	-	6.320.537
<b>12204204 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NAS DEMAIS REGIÕES - PARCELAMENTO DE D</b>	<b>49.673.086</b>	-	<b>49.673.086</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.934.617	-	9.934.617
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	39.738.469	-	39.738.469
<b>12209901 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS - PRINCIPAL</b>	<b>11.557</b>	-	<b>11.557</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.312	-	2.312
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	9.245	-	9.245
<b>13110000 - ALUGUÉIS</b>	<b>154.506.455</b>	-	<b>154.506.455</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	19.402.671	-	19.402.671
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	8.893.094	-	8.893.094
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	126.210.690	-	126.210.690
<b>13120000 - ARRENDAMENTOS</b>	<b>300.195.506</b>	-	<b>300.195.506</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	98.683.939	-	98.683.939
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	8.680.471	-	8.680.471
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	51.130.688	-	51.130.688
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	141.700.408	-	141.700.408
<b>13130000 - FOROS</b>	<b>88.921.062</b>	-	<b>88.921.062</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	88.921.062	-	88.921.062
<b>13140000 - LAUDÊMIOS</b>	<b>380.196.187</b>	-	<b>380.196.187</b>





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	380.196.187	-	380.196.187
<b>13151000 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE TERRENOS DA UNIÃO</b>	<b>22.604</b>	-	<b>22.604</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	22.604	-	22.604
<b>13152000 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS E PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS</b>	<b>79.868.935</b>	-	<b>79.868.935</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.274.268	-	3.274.268
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	76.594.667	-	76.594.667
<b>13153000 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE OUTROS IMÓVEIS</b>	<b>269.917.523</b>	-	<b>269.917.523</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	177.002.975	-	177.002.975
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.892.484	-	6.892.484
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	86.022.064	-	86.022.064
<b>13190000 - OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS</b>	<b>4.710.645</b>	-	<b>4.710.645</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.701.353	-	4.701.353
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	9.292	-	9.292
<b>13210000 - JUROS DE TÍTULOS DE RENDA</b>	<b>418.506.714</b>	-	<b>418.506.714</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	416.766.988	-	416.766.988
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.739.726	-	1.739.726
<b>13220000 - DIVIDENDOS</b>	<b>26.317.336.694</b>	<b>2.327.650.000</b>	<b>28.644.986.694</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	247.390.981	-	247.390.981
197 - DIVIDENDOS - UNIÃO	26.068.682.300	2.327.650.000	28.396.332.300
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.263.413	-	1.263.413
<b>13250000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS</b>	<b>8.108.547.545</b>	-	<b>8.108.547.545</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	976.035	-	976.035
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	6.104.955.302	-	6.104.955.302
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.811.260.297	-	1.811.260.297
293 - PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO	191.355.911	-	191.355.911
<b>13260000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS</b>	<b>1.675.388.199</b>	-	<b>1.675.388.199</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.675.388.199	-	1.675.388.199
<b>13270000 - REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO DESEMBOLSADOS</b>	<b>165.632.446</b>	-	<b>165.632.446</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	165.632.446	-	165.632.446
<b>13310101 - RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO</b>	<b>29.448.515</b>	-	<b>29.448.515</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	29.448.515	-	29.448.515
<b>13310106 - RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA</b>	<b>1.307.921.631</b>	<b>900.000.000</b>	<b>2.207.921.631</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.307.921.631	900.000.000	2.207.921.631
<b>13310201 - RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>1.466.023.913</b>	<b>369.000.000</b>	<b>1.835.023.913</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.466.023.913	369.000.000	1.835.023.913
<b>13310202 - RECEITA DE OUTORGA DOS SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS</b>	<b>24.467.412</b>	-	<b>24.467.412</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	24.467.412	-	24.467.412
<b>13310203 - RECEITA DE OUTORGA DO DIREITO DE USO DE RÁDIOFREQUÊNCIA</b>	<b>27.257.731</b>	-	<b>27.257.731</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	27.257.731	-	27.257.731
<b>13310204 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DE CONCESSÃO, DE PERMISSÃO OU DE AUTORIZAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES OU DE USO DE RÁDIOFR</b>	<b>282.013</b>	-	<b>282.013</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	282.013	-	282.013
<b>13310205 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DE CONCESSÃO, DE PERMISSÃO OU DE AUTORIZAÇÃO DE RODOVIAS OU DE OBRAS RODOVIÁRIAS FEDE</b>	<b>1.118.305</b>	-	<b>1.118.305</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.118.305	-	1.118.305
<b>13310299 - OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO</b>	<b>11.585.544</b>	-	<b>11.585.544</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	11.585.544	-	11.585.544
<b>13320101 - BÔNUS DE ASSINATURA DE CONTRATO DE CONCESSÃO</b>	<b>0</b>	<b>2.030.000.000</b>	<b>2.030.000.000</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0	2.030.000.000	2.030.000.000
<b>13320102 - PAGAMENTO PELA RETENÇÃO DE ÁREA PARA EXPLORAÇÃO OU PRODUÇÃO</b>	<b>211.157.824</b>	-	<b>211.157.824</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	211.157.824	-	211.157.824
<b>13320200 - RECEITA DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS</b>	<b>77.752.423</b>	-	<b>77.752.423</b>
116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	77.752.423	-	77.752.423



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>13320300 - RECEITA DE OUTORGA DE DIREITOS DE EXPLORAÇÃO E PESQUISA MINERAL</b>	<b>153.316.350</b>	-	<b>153.316.350</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	153.316.350	-	153.316.350
<b>13320401 - RECEITA DE CONCESSÃO DE FLORESTAS NACIONAIS - VALOR MÍNIMO</b>	<b>501.042</b>	-	<b>501.042</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	501.042	-	501.042
<b>13320402 - RECEITA DE CONCESSÃO DE FLORESTAS NACIONAIS - DEMAIS VALORES</b>	<b>1.751.547</b>	-	<b>1.751.547</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.751.547	-	1.751.547
<b>13320405 - RECEITA DE CUSTOS DE EDITAL DE CONCESSÃO FLORESTAL</b>	<b>1.098.750</b>	-	<b>1.098.750</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.098.750	-	1.098.750
<b>13330100 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA</b>	<b>7.229.492</b>	-	<b>7.229.492</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.194.632	-	1.194.632
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.034.860	-	6.034.860
<b>13330400 - RECEITA DA PERMISSÃO DE USO DE ÁREA DA UNIÃO DE CURTA DURAÇÃO</b>	<b>1.600.651</b>	-	<b>1.600.651</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.600.651	-	1.600.651
<b>13330500 - RECEITA DA CESSÃO DE USO DE BENS DA UNIÃO</b>	<b>754.242</b>	-	<b>754.242</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	754.242	-	754.242
<b>13400100 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - ITAIPU</b>	<b>452.808.548</b>	-	<b>452.808.548</b>
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	452.808.548	-	452.808.548
<b>13400200 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - DEMAIS EMPRESAS</b>	<b>1.989.572.449</b>	-	<b>1.989.572.449</b>
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1.768.530.949	-	1.768.530.949
183 - PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	221.041.500	-	221.041.500
<b>13400300 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA COM A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS</b>	<b>1.849.696.113</b>	<b>2.100.000.000</b>	<b>3.949.696.113</b>
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	1.849.696.113	2.100.000.000	3.949.696.113
<b>13400400 - ROYALTIES PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL EM TERRA - CONCESSÃO</b>	<b>964.499.009</b>	-	<b>964.499.009</b>
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	964.499.009	-	964.499.009



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>13400501 - ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL EM PLATAFORMA - CONCESSÃO EM ÁREAS DO PRÉ-SAL E ESTRATÉGICA</b> 142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	<b>7.730.755.776</b> 7.730.755.776	-	<b>7.730.755.776</b> 7.730.755.776
<b>13400502 - ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL EM PLATAFORMA - CONCESSÃO EM ÁREAS DO PRÉ-SAL E ESTRATÉGICA</b>	<b>1.247.669.145</b>	-	<b>1.247.669.145</b>
145 - RECURSOS DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NA CAMADA DO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	1.247.669.145	-	1.247.669.145
<b>13400503 - ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL EM PLATAFORMA - CONCESSÃO EM OUTRAS ÁREAS</b>	<b>666.886.706</b>	-	<b>666.886.706</b>
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	666.886.706	-	666.886.706
<b>13400600 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL EM TERRA - CONCESSÃO</b>	<b>836.350.000</b>	-	<b>836.350.000</b>
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	836.350.000	-	836.350.000
<b>13400701 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL EM PLATAFORMA - CONCESSÃO EM ÁREAS DO PRÉ-SAL E</b>	<b>5.212.976.454</b>	-	<b>5.212.976.454</b>
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	5.212.976.454	-	5.212.976.454
<b>13400702 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL EM PLATAFORMA - CONCESSÃO EM ÁREAS DO PRÉ-SAL E</b>	<b>1.220.965.195</b>	-	<b>1.220.965.195</b>
145 - RECURSOS DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NA CAMADA DO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	1.220.965.195	-	1.220.965.195
<b>13400703 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL EM PLATAFORMA - CONCESSÃO EM OUTRAS ÁREAS</b>	<b>590.000.000</b>	-	<b>590.000.000</b>
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	590.000.000	-	590.000.000
<b>13400801 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL - CONCESSÃO EM ÁREAS DO PRÉ-SAL E ESTRATÉGICAS</b>	<b>19.845.369.140</b>	-	<b>19.845.369.140</b>
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	19.845.369.140	-	19.845.369.140
<b>13400802 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL - CONCESSÃO EM ÁREAS DO PRÉ-SAL E ESTRATÉGICAS</b>	<b>1.905.172.629</b>	-	<b>1.905.172.629</b>
145 - RECURSOS DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NA CAMADA DO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	1.905.172.629	-	1.905.172.629
<b>13400803 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL - CONCESSÃO EM OUTRAS ÁREAS</b>	<b>589.185.519</b>	-	<b>589.185.519</b>
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	589.185.519	-	589.185.519
<b>13610100 - REC CESSÃO DIR OPERIZAÇÃO FOLHA PAG PESS</b>	<b>204.270.566</b>	-	<b>204.270.566</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	110.000.000	-	110.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	94.270.566	-	94.270.566
<b>13610200 - RECEITA DE CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS</b>	<b>104.068.803</b>	-	<b>104.068.803</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	104.068.803	-	104.068.803
<b>13900000 - OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS</b>	<b>306.078.311</b>	-	<b>306.078.311</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	303.072.464	-	303.072.464
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.005.847	-	3.005.847
<b>14100000 - RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL</b>	<b>11.515.806</b>	-	<b>11.515.806</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	345.511	-	345.511
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	11.170.295	-	11.170.295
<b>14200000 - RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS</b>	<b>12.301.888</b>	-	<b>12.301.888</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	350.042	-	350.042
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	11.951.846	-	11.951.846
<b>14900000 - OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS</b>	<b>13.604</b>	-	<b>13.604</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	13.604	-	13.604
<b>15201200 - RECEITA DA INDÚSTRIA MECÂNICA</b>	<b>844.808.633</b>	-	<b>844.808.633</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	844.808.633	-	844.808.633
<b>15202000 - RECEITA DA INDÚSTRIA QUÍMICA</b>	<b>39.038.708</b>	-	<b>39.038.708</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	39.038.708	-	39.038.708
<b>15202101 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS</b>	<b>96.489.233</b>	-	<b>96.489.233</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	96.489.233	-	96.489.233
<b>15202102 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS</b>	<b>31.756</b>	-	<b>31.756</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	31.756	-	31.756
<b>15202200 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS</b>	<b>1.635.896</b>	-	<b>1.635.896</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.635.896	-	1.635.896
<b>15202600 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES</b>	<b>2.641.959</b>	-	<b>2.641.959</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.641.959	-	2.641.959
<b>15202700 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS E DESTILADOS</b>	<b>383.785</b>	-	<b>383.785</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	383.785	-	383.785
<b>15202900 - RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA</b>	<b>65.234.956</b>	-	<b>65.234.956</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	63.586.856	-	63.586.856
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.648.100	-	1.648.100
<b>15203000 - RECEITA DA INDÚSTRIA ELETRÔNICA</b>	<b>1.128.960</b>	-	<b>1.128.960</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.128.960	-	1.128.960
<b>15209900 - OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO</b>	<b>2.980.391</b>	-	<b>2.980.391</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.980.391	-	2.980.391
<b>16000101 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS</b>	<b>4.609.327</b>	-	<b>4.609.327</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.609.327	-	4.609.327
<b>16000102 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAIS ESCOLARES E PUBLICIDADE</b>	<b>17.467.667</b>	-	<b>17.467.667</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	454.504	-	454.504
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	17.013.163	-	17.013.163
<b>16000103 - SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS</b>	<b>399.011</b>	-	<b>399.011</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	399.011	-	399.011
<b>16000106 - SERVIÇO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS, DADOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA</b>	<b>46.604.267</b>	-	<b>46.604.267</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	46.464.804	-	46.464.804
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	139.463	-	139.463
<b>16000110 - RECEITA DE COMERCIALIZAÇÃO DE FARDAMENTOS</b>	<b>6.646.800</b>	-	<b>6.646.800</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.646.800	-	6.646.800
<b>16000201 - SERVIÇOS DE JUROS DE EMPRÉSTIMOS</b>	<b>34.604.893.290</b>	-	<b>34.604.893.290</b>
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	13.933.905.855	-	13.933.905.855
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	183.395.739	-	183.395.739
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	200.720.088	-	200.720.088
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	19.219.214.375	-	19.219.214.375
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.009.713.990	-	1.009.713.990



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	57.943.243	-	57.943.243
<b>16000203 - SERVIÇOS FINANCEIROS DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS</b>	<b>77.112</b>	-	<b>77.112</b>
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	77.112	-	77.112
<b>16000206 - SERVIÇOS DE REMUNERAÇÃO SOBRE REPASSE PARA PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	<b>5.768.759.786</b>	-	<b>5.768.759.786</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	5.768.759.786	-	5.768.759.786
<b>16000299 - OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS</b>	<b>569.331.867</b>	-	<b>569.331.867</b>
148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	560.626.953	-	560.626.953
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	84.263	-	84.263
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	8.620.651	-	8.620.651
<b>16000301 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO</b>	<b>325.169</b>	-	<b>325.169</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	325.169	-	325.169
<b>16000302 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO</b>	<b>219.094.977</b>	-	<b>219.094.977</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	219.094.977	-	219.094.977
<b>16000303 - SERVIÇO DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO</b>	<b>5.787</b>	-	<b>5.787</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.787	-	5.787
<b>16000304 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO</b>	<b>5.581.883</b>	-	<b>5.581.883</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.581.883	-	5.581.883
<b>16000401 - SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL</b>	<b>28.058.912</b>	-	<b>28.058.912</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	28.058.912	-	28.058.912
<b>16000402 - SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO</b>	<b>30.005.323</b>	-	<b>30.005.323</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	30.005.323	-	30.005.323
<b>16000403 - OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO</b>	<b>60.521</b>	-	<b>60.521</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	60.521	-	60.521
<b>16000501 - SERVIÇOS HOSPITALARES</b>	<b>640.707.655</b>	-	<b>640.707.655</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	10.513.248	-	10.513.248
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	630.194.407	-	630.194.407
<b>16000502 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE ANÁLISE E DE CONTROLE DE PRODUTOS SUJEITOS A NORMAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA</b>	<b>2.674</b>	-	<b>2.674</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.674	-	2.674
<b>16000503 - SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS</b>	<b>1.391.034</b>	-	<b>1.391.034</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.391.034	-	1.391.034
<b>16000505 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR DO SERVIDOR CIVIL</b>	<b>55.758.264</b>	-	<b>55.758.264</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	55.758.264	-	55.758.264
<b>16000599 - OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE</b>	<b>191.018</b>	-	<b>191.018</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	191.018	-	191.018
<b>16000600 - SERVIÇOS PORTUÁRIOS</b>	<b>401.602</b>	-	<b>401.602</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	401.602	-	401.602
<b>16000700 - SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM</b>	<b>24.408.702</b>	-	<b>24.408.702</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	65.487	-	65.487
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	24.343.215	-	24.343.215
<b>16000800 - SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS</b>	<b>65.776.790</b>	-	<b>65.776.790</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	26.299.613	-	26.299.613
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	39.477.177	-	39.477.177
<b>16001101 - SERVIÇOS DE METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATÓRIA DELEGADA</b>	<b>430.167.849</b>	-	<b>430.167.849</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	430.167.849	-	430.167.849
<b>16001102 - SERVIÇOS DE METROLOGIA CIENTÍFICA E INDUSTRIAL</b>	<b>2.976.410</b>	-	<b>2.976.410</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.976.410	-	2.976.410
<b>16001103 - SERVIÇOS DE METROLOGIA LEGAL</b>	<b>6.992.462</b>	-	<b>6.992.462</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.992.462	-	6.992.462
<b>16001104 - CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS</b>	<b>28.470.897</b>	-	<b>28.470.897</b>





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.527.276	-	2.527.276
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	25.943.621	-	25.943.621
<b>16001105 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA</b>	<b>121.241</b>	-	<b>121.241</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	121.241	-	121.241
<b>16001200 - SERVIÇOS TECNOLÓGICOS</b>	<b>11.769.426</b>	-	<b>11.769.426</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.323.423	-	1.323.423
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.730.874	-	1.730.874
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	8.715.129	-	8.715.129
<b>16001300 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>1.150.473.604</b>	-	<b>1.150.473.604</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	152.434	-	152.434
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	645.869.091	-	645.869.091
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	638.310	-	638.310
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	503.813.769	-	503.813.769
<b>16001400 - SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>	<b>150.999.247</b>	-	<b>150.999.247</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	150.999.247	-	150.999.247
<b>16001500 - SERVIÇOS DE METEOROLOGIA</b>	<b>337.025</b>	-	<b>337.025</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	272.300	-	272.300
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	64.725	-	64.725
<b>16001600 - SERVIÇOS EDUCACIONAIS</b>	<b>307.192.649</b>	-	<b>307.192.649</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	55.364.126	-	55.364.126
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	251.828.523	-	251.828.523
<b>16001700 - SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS</b>	<b>7.432.400</b>	-	<b>7.432.400</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	7.209.051	-	7.209.051
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	223.349	-	223.349
<b>16001800 - SERVIÇOS DE REPARAÇÃO, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO</b>	<b>7.985.868</b>	-	<b>7.985.868</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	7.985.868	-	7.985.868
<b>16001900 - SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS</b>	<b>44.227.196</b>	-	<b>44.227.196</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	425.964	-	425.964
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	43.801.232	-	43.801.232
<b>16002001 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS - APLICAÇÕES LIVRES</b>	<b>64.090.539</b>	-	<b>64.090.539</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	63.455	-	63.455
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	64.027.084	-	64.027.084
<b>16002002 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS - APLICAÇÕES VINCULADAS A ATIVIDADES DE PES</b>	<b>6.832.367</b>	-	<b>6.832.367</b>
286 - OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	6.832.367	-	6.832.367
<b>16002100 - SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO</b>	<b>50.775.717</b>	-	<b>50.775.717</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	319.887	-	319.887
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	50.455.830	-	50.455.830
<b>16002200 - SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS</b>	<b>106.276.388</b>	-	<b>106.276.388</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	212.174	-	212.174
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	106.064.214	-	106.064.214
<b>16002301 - SERVIÇOS DE PATENTES</b>	<b>142.011.872</b>	-	<b>142.011.872</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	142.011.872	-	142.011.872
<b>16002302 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS</b>	<b>118.333.505</b>	-	<b>118.333.505</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	118.333.505	-	118.333.505
<b>16002303 - SERVIÇOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA</b>	<b>12.647.257</b>	-	<b>12.647.257</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	25.486	-	25.486
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	12.621.771	-	12.621.771
<b>16002304 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS</b>	<b>35.521</b>	-	<b>35.521</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	35.521	-	35.521
<b>16002305 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR</b>	<b>379.115</b>	-	<b>379.115</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	379.115	-	379.115
<b>16002306 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL</b>	<b>358.161</b>	-	<b>358.161</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	358.161	-	358.161



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>16002308 - SERVIÇOS DE REMESSA DE DEPÓSITOS OFICIAIS</b>	<b>73.354</b>	-	<b>73.354</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	73.354	-	73.354
<b>16002399 - OUTROS SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS, DE PATENTES E DE TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA</b>	<b>7.517</b>	-	<b>7.517</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	7.517	-	7.517
<b>16002400 - SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO</b>	<b>45.551.746</b>	-	<b>45.551.746</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	45.551.746	-	45.551.746
<b>16002500 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS</b>	<b>232.614.829</b>	-	<b>232.614.829</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	232.614.829	-	232.614.829
<b>16002600 - SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA</b>	<b>6.447.757</b>	-	<b>6.447.757</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.447.757	-	6.447.757
<b>16002700 - SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS</b>	<b>13.033</b>	-	<b>13.033</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	13.033	-	13.033
<b>16002800 - SERVIÇOS DE GEOPROCESSAMENTO</b>	<b>2.543.473</b>	-	<b>2.543.473</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.543.473	-	2.543.473
<b>16003000 - TARIFA DE UTILIZAÇÃO DE FARÓIS</b>	<b>96.344.171</b>	-	<b>96.344.171</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	96.344.171	-	96.344.171
<b>16003101 - TARIFA AEROPORTUÁRIA</b>	<b>709.092</b>	-	<b>709.092</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	709.092	-	709.092
<b>16003102 - ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUÁRIA</b>	<b>981.749.181</b>	-	<b>981.749.181</b>
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	981.749.181	-	981.749.181
<b>16003103 - PARCELA DE TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL</b>	<b>304.691.868</b>	-	<b>304.691.868</b>
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	304.691.868	-	304.691.868
<b>16003200 - SERVIÇOS DE CADASTRO DA ATIVIDADE MINERAL</b>	<b>19.882.057</b>	-	<b>19.882.057</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	19.882.057	-	19.882.057
<b>16003301 - TARIFAS DE USO DAS COMUNICAÇÕES E DOS AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO AÉREA EM ROTA</b>	<b>1.267.175.312</b>	-	<b>1.267.175.312</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.267.175.312	-	1.267.175.312
<b>16003500 - SERVIÇOS DE COMPENSAÇÕES DE VARIAÇÕES SALARIAIS</b>	<b>158.043.395</b>	-	<b>158.043.395</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	158.043.395	-	158.043.395
<b>16003601 - TARIFA PELO USO DO SISTEMA DO BANCO CENTRAL</b>	<b>158.250.775</b>	-	<b>158.250.775</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	158.250.775	-	158.250.775
<b>16003602 - TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE RESERVA DO BANCO CENTRAL</b>	<b>15.671.998</b>	-	<b>15.671.998</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	15.671.998	-	15.671.998
<b>16003702 - CONCESSÃO DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA</b>	<b>64.000.000</b>	-	<b>64.000.000</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	64.000.000	-	64.000.000
<b>16003705 - RECEITA DE SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO</b>	<b>603.016.000</b>	-	<b>603.016.000</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	603.016.000	-	603.016.000
<b>16003800 - RECEITA DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE VISTORIA</b>	<b>914.292</b>	-	<b>914.292</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	914.292	-	914.292
<b>16003900 - SERVIÇOS VETERINÁRIOS</b>	<b>60.187</b>	-	<b>60.187</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	60.187	-	60.187
<b>16004000 - SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PRODUTOS DE TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>2.001.077</b>	-	<b>2.001.077</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	2.001.077	-	2.001.077
<b>16005000 - TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS</b>	<b>368.895.129</b>	-	<b>368.895.129</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	57.823.507	-	57.823.507
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	311.071.622	-	311.071.622
<b>16005600 - CERTIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA ATIVIDADE MINERAL</b>	<b>3.702.384</b>	-	<b>3.702.384</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.702.384	-	3.702.384



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>16009900 - OUTROS SERVIÇOS</b>	<b>31.637.339</b>	-	<b>31.637.339</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.132.548	-	1.132.548
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	30.504.791	-	30.504.791
<b>17300000 - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS</b>	<b>181.565.269</b>	-	<b>181.565.269</b>
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	720.000	-	720.000
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	52.310.442	-	52.310.442
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	128.534.827	-	128.534.827
<b>17400000 - TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR</b>	<b>36.788.621</b>	-	<b>36.788.621</b>
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	36.788.621	-	36.788.621
<b>17500000 - TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS</b>	<b>612.794</b>	-	<b>612.794</b>
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	41.868	-	41.868
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	570.926	-	570.926
<b>17610000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES</b>	<b>458.115.221</b>	-	<b>458.115.221</b>
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	432.062.257	-	432.062.257
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	26.052.964	-	26.052.964
<b>17620000 - TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES</b>	<b>129.374.555</b>	-	<b>129.374.555</b>
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	34.384.603	-	34.384.603
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	94.989.952	-	94.989.952
<b>17630000 - TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES</b>	<b>77.146.608</b>	-	<b>77.146.608</b>
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	6.000.000	-	6.000.000
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	71.146.608	-	71.146.608
<b>17640000 - TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS</b>	<b>112.113.811</b>	-	<b>112.113.811</b>
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	10.900.000	-	10.900.000
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	101.213.811	-	101.213.811
<b>17720000 - PROVENIENTES DE PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>88.258</b>	-	<b>88.258</b>
194 - DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	88.258	-	88.258
<b>17730000 - PROVENIENTES DE PESSOAS FÍSICAS</b>	<b>26.366</b>	-	<b>26.366</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
194 - DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	26.366	-	26.366
<b>17740000 - PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS</b>	<b>99.016</b>	-	<b>99.016</b>
194 - DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	99.016	-	99.016
<b>19110101 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO</b>	<b>102.989.912</b>	-	<b>102.989.912</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	51.657.434	-	51.657.434
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	18.538.183	-	18.538.183
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	19.282.018	-	19.282.018
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	13.512.277	-	13.512.277
<b>19110102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO</b>	<b>7.330.556</b>	-	<b>7.330.556</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.676.842	-	3.676.842
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.319.499	-	1.319.499
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	1.372.445	-	1.372.445
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	961.770	-	961.770
<b>19110201 - MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS</b>	<b>373.610.608</b>	-	<b>373.610.608</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	63.041.858	-	63.041.858
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	179.333.090	-	179.333.090
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	36.987.451	-	36.987.451
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	47.312.852	-	47.312.852
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	46.935.357	-	46.935.357
<b>19110202 - MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>2.212.304.623</b>	-	<b>2.212.304.623</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	373.297.204	-	373.297.204
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.061.906.216	-	1.061.906.216
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	219.018.159	-	219.018.159
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	280.159.178	-	280.159.178
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	277.923.866	-	277.923.866
<b>19110203 - MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES</b>	<b>616.193.758</b>	-	<b>616.193.758</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	103.974.564	-	103.974.564
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	295.773.000	-	295.773.000
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	61.003.182	-	61.003.182
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	78.032.807	-	78.032.807
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	77.410.205	-	77.410.205
<b>19110204 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>590.707.987</b>	-	<b>590.707.987</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	99.674.178	-	99.674.178
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	283.539.830	-	283.539.830
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	58.480.091	-	58.480.091
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	74.805.370	-	74.805.370
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	74.208.518	-	74.208.518
<b>19110205 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE</b>	<b>93.421.288</b>	-	<b>93.421.288</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	15.763.610	-	15.763.610
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	44.842.216	-	44.842.216
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	9.248.708	-	9.248.708
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	11.830.573	-	11.830.573
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	11.736.181	-	11.736.181
<b>19110206 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOAS FÍSICAS</b>	<b>16.002.680</b>	-	<b>16.002.680</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.700.239	-	2.700.239
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	7.681.288	-	7.681.288
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.584.266	-	1.584.266
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	2.026.528	-	2.026.528
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	2.010.359	-	2.010.359
<b>19110301 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS</b>	<b>267.201.106</b>	-	<b>267.201.106</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	45.290.587	-	45.290.587
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	154.976.639	-	154.976.639
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	21.643.292	-	21.643.292
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	18.913.349	-	18.913.349
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	26.377.239	-	26.377.239
<b>19110302 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS</b>	<b>122.379.533</b>	-	<b>122.379.533</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	20.743.329	-	20.743.329
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	70.980.131	-	70.980.131
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	9.912.743	-	9.912.743
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	8.662.416	-	8.662.416
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	12.080.914	-	12.080.914
<b>19110401 - RECEITA DE MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULO</b>	<b>95.975.940</b>	-	<b>95.975.940</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	15.740.055	-	15.740.055
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	17.275.668	-	17.275.668
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	26.946.971	-	26.946.971
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	36.013.246	-	36.013.246



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>19110402 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RE</b>	<b>11.277.741</b>	-	<b>11.277.741</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.849.549	-	1.849.549
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.029.993	-	2.029.993
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	3.166.428	-	3.166.428
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	4.231.771	-	4.231.771
<b>19110701 - RECEITA DE MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO</b>	<b>323.282</b>	-	<b>323.282</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	162.148	-	162.148
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	58.192	-	58.192
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	60.526	-	60.526
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	42.416	-	42.416
<b>19110702 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTA E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO</b>	<b>321.490</b>	-	<b>321.490</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	161.253	-	161.253
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	57.869	-	57.869
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	60.190	-	60.190
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	42.178	-	42.178
<b>19110801 - MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS</b>	<b>33.264.673</b>	-	<b>33.264.673</b>
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	33.264.673	-	33.264.673
<b>19110802 - MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS</b>	<b>9.167.095</b>	-	<b>9.167.095</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	751.701	-	751.701
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	4.583.546	-	4.583.546
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	825.040	-	825.040
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	1.761.989	-	1.761.989
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.244.819	-	1.244.819
<b>19113100 - MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>1.367.487</b>	-	<b>1.367.487</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.367.487	-	1.367.487
<b>19113200 - MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS CONTROLADOS PELO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO</b>	<b>151.510</b>	-	<b>151.510</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	151.510	-	151.510
<b>19113400 - MULTAS E JUROS DE MORA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, DA CAPITALIZAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA COMPLEME</b>	<b>86.338</b>	-	<b>86.338</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	86.338	-	86.338





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>19113600 - MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR</b>	<b>3.426.367</b>	-	<b>3.426.367</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.426.367	-	3.426.367
<b>19113700 - MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>9.181</b>	-	<b>9.181</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	9.181	-	9.181
<b>19119901 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS</b>	<b>3.615.977</b>	-	<b>3.615.977</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.807.989	-	1.807.989
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	1.084.793	-	1.084.793
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	723.195	-	723.195
<b>19119902 - PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS</b>	<b>69.460.554</b>	-	<b>69.460.554</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	34.730.276	-	34.730.276
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	20.838.167	-	20.838.167
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	13.892.111	-	13.892.111
<b>19120101 - RECEITA DE MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>649.230.791</b>	-	<b>649.230.791</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	129.846.158	-	129.846.158
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	519.384.633	-	519.384.633
<b>19120102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>89.329.504</b>	-	<b>89.329.504</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17.865.901	-	17.865.901
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	71.463.603	-	71.463.603
<b>19120200 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO</b>	<b>384.827</b>	-	<b>384.827</b>
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	384.827	-	384.827
<b>19121000 - MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>6.825.243</b>	-	<b>6.825.243</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.365.049	-	1.365.049
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	5.460.194	-	5.460.194
<b>19122902 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>3.542.203</b>	-	<b>3.542.203</b>
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	3.542.203	-	3.542.203
<b>19123001 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL</b>	<b>37.422.756</b>	-	<b>37.422.756</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	37.422.756	-	37.422.756



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>19123002 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ASSALARIADO</b>	<b>370.943.622</b>	-	<b>370.943.622</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	370.943.622	-	370.943.622
<b>19123003 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE SEGURADO ASSALARIADO</b>	<b>461.740.361</b>	-	<b>461.740.361</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	461.740.361	-	461.740.361
<b>19123004 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES</b>	<b>92.871.128</b>	-	<b>92.871.128</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	92.871.128	-	92.871.128
<b>19123005 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO</b>	<b>244.278</b>	-	<b>244.278</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	244.278	-	244.278
<b>19123006 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PRODUÇÃO RURAL</b>	<b>17.570.506</b>	-	<b>17.570.506</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	17.570.506	-	17.570.506
<b>19123007 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS</b>	<b>119.314.385</b>	-	<b>119.314.385</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	119.314.385	-	119.314.385
<b>19123008 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO</b>	<b>68.850.010</b>	-	<b>68.850.010</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	68.850.010	-	68.850.010
<b>19123009 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA</b>	<b>53.495.976</b>	-	<b>53.495.976</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	53.495.976	-	53.495.976
<b>19123012 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO FACULTATIVO</b>	<b>3.248.895</b>	-	<b>3.248.895</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.248.895	-	3.248.895
<b>19123013 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL</b>	<b>66.122</b>	-	<b>66.122</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	66.122	-	66.122
<b>19123014 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPREGADO DOMÉSTICO</b>	<b>22.793.288</b>	-	<b>22.793.288</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	22.793.288	-	22.793.288
<b>19123015 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO</b>	<b>146.395.028</b>	-	<b>146.395.028</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	146.395.028	-	146.395.028
<b>19123016 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS</b>	<b>22.827.021</b>	-	<b>22.827.021</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	22.827.021	-	22.827.021
<b>19123017 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RETENÇÃO SOBRE NOTA FISCAL - SUB-ROGAÇÃO</b>	<b>193.716.572</b>	-	<b>193.716.572</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	193.716.572	-	193.716.572
<b>19123024 - MULTA E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE O SEGURADO ASSALARIADO INCIDENTE SOBRE A</b>	<b>1.700.989</b>	-	<b>1.700.989</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.700.989	-	1.700.989
<b>19123099 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>1.739.177</b>	-	<b>1.739.177</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.739.177	-	1.739.177
<b>19123101 - RECEITA DE MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PA</b>	<b>225.253.271</b>	-	<b>225.253.271</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	45.050.656	-	45.050.656
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	180.202.615	-	180.202.615
<b>19123102 - RECEITA PARC MJM DAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVI</b>	<b>19.726.574</b>	-	<b>19.726.574</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.945.316	-	3.945.316
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	15.781.258	-	15.781.258
<b>19123201 - RECEITA DE MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>476.764.165</b>	-	<b>476.764.165</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	95.352.832	-	95.352.832
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	381.411.333	-	381.411.333
<b>19123202 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>24.490.276</b>	-	<b>24.490.276</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.898.056	-	4.898.056
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	19.592.220	-	19.592.220
<b>19123400 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DAS CONCESSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>5.401.146</b>	-	<b>5.401.146</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.080.230	-	1.080.230
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	4.320.916	-	4.320.916
<b>19123600 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA DE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS</b>	<b>73.574</b>	-	<b>73.574</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.713	-	14.713



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	58.861	-	58.861
<b>19125300 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA</b>	<b>26.042.829</b>	-	<b>26.042.829</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.208.565	-	5.208.565
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	20.834.264	-	20.834.264
<b>19125400 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR</b>	<b>20.397.088</b>	-	<b>20.397.088</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.079.418	-	4.079.418
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	16.317.670	-	16.317.670
<b>19125501 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>945.856.475</b>	-	<b>945.856.475</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	189.171.295	-	189.171.295
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	756.685.180	-	756.685.180
<b>19125502 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DE PARCELAMENTOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>717.974.264</b>	-	<b>717.974.264</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	143.594.853	-	143.594.853
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	574.379.411	-	574.379.411
<b>19125505 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PA</b>	<b>404.902.811</b>	-	<b>404.902.811</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	80.980.562	-	80.980.562
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	323.922.249	-	323.922.249
<b>19125506 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DE PARC DAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO</b>	<b>176.568.622</b>	-	<b>176.568.622</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	35.313.725	-	35.313.725
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	141.254.897	-	141.254.897
<b>19125507 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>829.996.356</b>	-	<b>829.996.356</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	165.999.270	-	165.999.270
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	663.997.086	-	663.997.086
<b>19125508 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DE PARCELAMENTOS DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>162.016.663</b>	-	<b>162.016.663</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	32.403.332	-	32.403.332
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	129.613.331	-	129.613.331
<b>19125600 - MULTAS E JUROS DE MORA DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>22.880</b>	-	<b>22.880</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	22.880	-	22.880



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>19129901 - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - PRINCIPAL</b>	<b>210.088</b>	-	<b>210.088</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	42.017	-	42.017
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	98.546	-	98.546
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	69.525	-	69.525
<b>19129902 - PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>382.088</b>	-	<b>382.088</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	76.418	-	76.418
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	158.185	-	158.185
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	147.485	-	147.485
<b>19130101 - RECEITA DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO</b>	<b>7.209.543</b>	-	<b>7.209.543</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.616.146	-	3.616.146
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.297.717	-	1.297.717
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	1.349.788	-	1.349.788
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	945.892	-	945.892
<b>19130102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO</b>	<b>6.936.680</b>	-	<b>6.936.680</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.479.283	-	3.479.283
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.248.603	-	1.248.603
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	1.298.701	-	1.298.701
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	910.093	-	910.093
<b>19130201 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS</b>	<b>79.440.909</b>	-	<b>79.440.909</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.027.348	-	13.027.348
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	38.131.637	-	38.131.637
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.864.648	-	7.864.648
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	15.697.569	-	15.697.569
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	4.719.707	-	4.719.707
<b>19130202 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>286.871.377</b>	-	<b>286.871.377</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	47.043.441	-	47.043.441
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	137.698.262	-	137.698.262
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	28.400.266	-	28.400.266
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	56.685.944	-	56.685.944
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	17.043.464	-	17.043.464
<b>19130203 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES</b>	<b>107.740.369</b>	-	<b>107.740.369</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17.668.121	-	17.668.121
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	51.715.374	-	51.715.374
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	10.666.296	-	10.666.296
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	21.289.558	-	21.289.558
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	6.401.020	-	6.401.020
<b>19130204 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>189.848.709</b>	-	<b>189.848.709</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	31.132.893	-	31.132.893
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	91.127.379	-	91.127.379
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	18.795.023	-	18.795.023
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	37.514.212	-	37.514.212
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	11.279.202	-	11.279.202
<b>19130205 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE</b>	<b>10.694.352</b>	-	<b>10.694.352</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.753.742	-	1.753.742
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	5.133.291	-	5.133.291
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.058.741	-	1.058.741
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	2.113.209	-	2.113.209
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	635.369	-	635.369
<b>19130206 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOAS FÍSICAS</b>	<b>8.639.815</b>	-	<b>8.639.815</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.416.824	-	1.416.824
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4.147.112	-	4.147.112
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	855.340	-	855.340
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	1.707.234	-	1.707.234
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	513.305	-	513.305
<b>19130301 - RECEITA DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS</b>	<b>45.529.637</b>	-	<b>45.529.637</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.470.320	-	7.470.320
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	26.407.191	-	26.407.191
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.687.900	-	3.687.900
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	6.087.385	-	6.087.385
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.876.841	-	1.876.841
<b>19130302 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS</b>	<b>58.518.289</b>	-	<b>58.518.289</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.601.448	-	9.601.448
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	33.940.606	-	33.940.606
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	4.739.981	-	4.739.981
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	7.823.989	-	7.823.989



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	2.412.265	-	2.412.265
<b>19130401 - RECEITA DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO OU RE</b>	<b>1.832.840</b>	-	<b>1.832.840</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	300.586	-	300.586
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	329.911	-	329.911
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	514.603	-	514.603
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	687.740	-	687.740
<b>19130402 - RECEITA DE PARC - MJM DA DA DO IOF OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>41.606</b>	-	<b>41.606</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.824	-	6.824
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.489	-	7.489
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	11.685	-	11.685
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	15.608	-	15.608
<b>19130701 - RECEITA DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO</b>	<b>88.326</b>	-	<b>88.326</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	44.303	-	44.303
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	15.899	-	15.899
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	16.537	-	16.537
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	11.587	-	11.587
<b>19130702 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO</b>	<b>213.689</b>	-	<b>213.689</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	107.184	-	107.184
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	38.463	-	38.463
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	40.006	-	40.006
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	28.036	-	28.036
<b>19130801 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIAD</b>	<b>17.612.579</b>	-	<b>17.612.579</b>
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	17.612.579	-	17.612.579
<b>19130802 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVE</b>	<b>4.853.683</b>	-	<b>4.853.683</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	398.004	-	398.004
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	2.426.836	-	2.426.836
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	436.833	-	436.833
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	932.917	-	932.917
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	659.093	-	659.093
<b>19130900 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>12.254</b>	-	<b>12.254</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	12.254	-	12.254





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>19139900 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS</b>	<b>60.392.038</b>	-	<b>60.392.038</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.750.540	-	11.750.540
127 - CUSTAS JUDICIAIS	7.473	-	7.473
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	39.098.729	-	39.098.729
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	7.264.182	-	7.264.182
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.271.114	-	2.271.114
<b>19140101 - RECEITA DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>60.368.410</b>	-	<b>60.368.410</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.073.682	-	12.073.682
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	48.294.728	-	48.294.728
<b>19140102 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>20.227.873</b>	-	<b>20.227.873</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.045.574	-	4.045.574
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	16.182.299	-	16.182.299
<b>19140401 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - CONTRIBUINTE I</b>	<b>446.257</b>	-	<b>446.257</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	446.257	-	446.257
<b>19140402 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ASSALARIADO</b>	<b>31.932.420</b>	-	<b>31.932.420</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	31.932.420	-	31.932.420
<b>19140403 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE O SEGURADO ASSALARIADO</b>	<b>70.258.589</b>	-	<b>70.258.589</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	70.258.589	-	70.258.589
<b>19140404 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES</b>	<b>2.743.375</b>	-	<b>2.743.375</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.743.375	-	2.743.375
<b>19140405 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO</b>	<b>2.140.952</b>	-	<b>2.140.952</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.140.952	-	2.140.952
<b>19140407 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS</b>	<b>13.830</b>	-	<b>13.830</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	13.830	-	13.830
<b>19140408 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO</b>	<b>13.903.031</b>	-	<b>13.903.031</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	13.903.031	-	13.903.031





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>19140411 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPRESÁRIO</b>	<b>50.009</b>	-	<b>50.009</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	50.009	-	50.009
<b>19140413 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL</b>	<b>43.712</b>	-	<b>43.712</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	43.712	-	43.712
<b>19140414 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPREGADO DOMÉ</b>	<b>52.575</b>	-	<b>52.575</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	52.575	-	52.575
<b>19140415 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO</b>	<b>17.540.664</b>	-	<b>17.540.664</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	17.540.664	-	17.540.664
<b>19140499 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>693.105</b>	-	<b>693.105</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	693.105	-	693.105
<b>19140501 - RECEITA DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP</b>	<b>18.557.320</b>	-	<b>18.557.320</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.711.465	-	3.711.465
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	14.845.855	-	14.845.855
<b>19140502 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP</b>	<b>5.411.906</b>	-	<b>5.411.906</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.082.381	-	1.082.381
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	4.329.525	-	4.329.525
<b>19140601 - RECEITA DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>25.469.794</b>	-	<b>25.469.794</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.093.959	-	5.093.959
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	20.375.835	-	20.375.835
<b>19140602 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PES</b>	<b>5.132.703</b>	-	<b>5.132.703</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.026.539	-	1.026.539
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	4.106.164	-	4.106.164
<b>19141000 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE</b>	<b>1.601.074</b>	-	<b>1.601.074</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	320.215	-	320.215
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	1.280.859	-	1.280.859
<b>19141201 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>253.422.083</b>	-	<b>253.422.083</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	50.684.417	-	50.684.417
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	202.737.666	-	202.737.666
<b>19141202 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DE PARCELAMENTOS DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEG</b>	<b>218.663.590</b>	-	<b>218.663.590</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	43.732.717	-	43.732.717
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	174.930.873	-	174.930.873
<b>19141205 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA DA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO</b>	<b>85.634.046</b>	-	<b>85.634.046</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17.126.809	-	17.126.809
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	68.507.237	-	68.507.237
<b>19141206 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DE PARC DA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FOR</b>	<b>61.435.075</b>	-	<b>61.435.075</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.287.015	-	12.287.015
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	49.148.060	-	49.148.060
<b>19141207 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>139.188.685</b>	-	<b>139.188.685</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	27.837.738	-	27.837.738
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	111.350.947	-	111.350.947
<b>19141208 - JUROS DE MORA DO FUNDAF - RECEITA DE PARCELAMENTOS DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PE</b>	<b>65.659.456</b>	-	<b>65.659.456</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.131.890	-	13.131.890
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	52.527.566	-	52.527.566
<b>19149901 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - PRINCIPAL</b>	<b>19.417.336</b>	-	<b>19.417.336</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.883.469	-	3.883.469
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	13.902.812	-	13.902.812
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.631.055	-	1.631.055
<b>19149902 - PARCELAMENTOS - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>15.027.953</b>	-	<b>15.027.953</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.005.591	-	3.005.591
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	10.760.014	-	10.760.014
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.262.348	-	1.262.348
<b>19150100 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS POR INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA</b>	<b>2.227.771</b>	-	<b>2.227.771</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.227.771	-	2.227.771
<b>19150200 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA RECEITA DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS</b>	<b>1.891</b>	-	<b>1.891</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	1.891	-	1.891
<b>19150400 - MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MINERÁRIA</b>	<b>7.243</b>	-	<b>7.243</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	7.243	-	7.243
<b>19150800 - MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA MULTA PREVISTA NO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA</b>	<b>93.487</b>	-	<b>93.487</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	93.487	-	93.487
<b>19151800 - MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE LUBRIFICANTES E CO</b>	<b>2.010.380</b>	-	<b>2.010.380</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.010.380	-	2.010.380
<b>19159901 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL</b>	<b>305.284.622</b>	-	<b>305.284.622</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	298.540.750	-	298.540.750
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	6.508.671	-	6.508.671
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	169.329	-	169.329
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	65.872	-	65.872
<b>19159902 - PARCELAMENTOS - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS</b>	<b>3.817.936</b>	-	<b>3.817.936</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.686.904	-	3.686.904
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	87.938	-	87.938
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	43.094	-	43.094
<b>19180100 - MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUEL</b>	<b>363.180</b>	-	<b>363.180</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	22.952	-	22.952
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.331	-	1.331
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	338.897	-	338.897
<b>19180200 - MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS</b>	<b>455.261</b>	-	<b>455.261</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	101.506	-	101.506
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	98.676	-	98.676
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	255.079	-	255.079
<b>19180300 - MULTAS E JUROS DE MORA DE LAUDÊMIOS</b>	<b>1.918.718</b>	-	<b>1.918.718</b>
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	1.918.718	-	1.918.718
<b>19180401 - MULTA DE MORA DA ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE DOMÍNIO DA UNIÃO - DOMÍNIO PLENO, ÚTIL E DIRETO</b>	<b>110.135</b>	-	<b>110.135</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	110.135	-	110.135
<b>19180500 - MULTAS E JUROS DE MORA DA ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS</b>	<b>14.129</b>	-	<b>14.129</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	14.129	-	14.129
<b>19180700 - MULTAS E JUROS DE MORA DE FOROS</b>	<b>6.881.970</b>	-	<b>6.881.970</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.881.970	-	6.881.970
<b>19180800 - MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE OCUPAÇÃO</b>	<b>13.947.796</b>	-	<b>13.947.796</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.664.685	-	4.664.685
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	9.261.754	-	9.261.754
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	21.357	-	21.357
<b>19181100 - MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DOS DIREITOS "ANTIDUMPING" E DOS DIREITOS COMPENSATÓRIOS</b>	<b>895.829</b>	-	<b>895.829</b>
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	895.829	-	895.829
<b>19181200 - MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DECORRENTE DE BENS APREENDIDOS</b>	<b>3.048</b>	-	<b>3.048</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.048	-	3.048
<b>19181400 - MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS</b>	<b>7.759</b>	-	<b>7.759</b>
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	7.759	-	7.759
<b>19181500 - MULTAS E JUROS DE MORA DA RECEITA DE OUTORGA DE DIREITOS DE EXPLORAÇÃO E PESQUISA MINERAL</b>	<b>1.650</b>	-	<b>1.650</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.650	-	1.650
<b>19181900 - MULTAS E JUROS DE MORA DO AUTO DE INFRAÇÃO NO ÂMBITO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA</b>	<b>4.224</b>	-	<b>4.224</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.224	-	4.224
<b>19182100 - MULTAS E JUROS DE MORA DO RESSARCIMENTO DECORRENTE DE AÇÕES REGRESSIVAS ORIUNDAS DA RELAÇÃO DE TRABALHO</b>	<b>15.296</b>	-	<b>15.296</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	15.296	-	15.296
<b>19189900 - OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA</b>	<b>239.846.751</b>	-	<b>239.846.751</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.366.862	-	7.366.862
116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	97.505	-	97.505
127 - CUSTAS JUDICIAIS	346.736	-	346.736
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.379.554	-	1.379.554



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	16.409.439	-	16.409.439
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	162.596	-	162.596
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	11.945.625	-	11.945.625
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	12.434.054	-	12.434.054
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	7.253	-	7.253
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	185.392.440	-	185.392.440
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	1.254.412	-	1.254.412
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.050.275	-	3.050.275
<b>19190100 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE METROLOGIA</b>	<b>161.219.784</b>	<b>-</b>	<b>161.219.784</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	161.219.784	-	161.219.784
<b>19190200 - MULTAS DO REGULAMENTO PARA O TRÁFEGO MARÍTIMO</b>	<b>5.267.952</b>	<b>-</b>	<b>5.267.952</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.267.952	-	5.267.952
<b>19190300 - MULTA DE POLUIÇÃO DE ÁGUAS</b>	<b>53.010</b>	<b>-</b>	<b>53.010</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	53.010	-	53.010
<b>19190600 - MULTAS DO CÓDIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS</b>	<b>24.871.028</b>	<b>-</b>	<b>24.871.028</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	24.871.028	-	24.871.028
<b>19190800 - MULTAS PREVISTAS NA LEI DO SERVIÇO MILITAR</b>	<b>4.374.243</b>	<b>-</b>	<b>4.374.243</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.374.243	-	4.374.243
<b>19190900 - MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES</b>	<b>69.359.992</b>	<b>-</b>	<b>69.359.992</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	69.359.992	-	69.359.992
<b>19191000 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA</b>	<b>42.888.113</b>	<b>-</b>	<b>42.888.113</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	42.888.113	-	42.888.113
<b>19191300 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS</b>	<b>50.631.374</b>	<b>-</b>	<b>50.631.374</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	50.631.374	-	50.631.374
<b>19191400 - MULTAS POR INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA</b>	<b>213.523.503</b>	<b>-</b>	<b>213.523.503</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	213.523.503	-	213.523.503
<b>19191500 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO</b>	<b>695.958.116</b>	<b>-</b>	<b>695.958.116</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	695.958.116	-	695.958.116
<b>19191600 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO E ABONO SALARIAL</b>	<b>37.412.048</b>	-	<b>37.412.048</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	37.412.048	-	37.412.048
<b>19191800 - MULTAS SOBRE A FISCALIZAÇÃO DA REDE DE PRODUÇÃO ORGÂNICA</b>	<b>336.000</b>	-	<b>336.000</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	336.000	-	336.000
<b>19192601 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS TRABALHISTAS</b>	<b>187.939</b>	-	<b>187.939</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	187.939	-	187.939
<b>19192602 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - OUTROS</b>	<b>60.825.481</b>	-	<b>60.825.481</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	60.825.481	-	60.825.481
<b>19192700 - MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS</b>	<b>27.092.326</b>	-	<b>27.092.326</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	459.249	-	459.249
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.739.139	-	4.739.139
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	21.893.938	-	21.893.938
<b>19192800 - MULTAS DECORRENTES DA OPERAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS E CARGAS</b>	<b>53.258.104</b>	-	<b>53.258.104</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	53.258.104	-	53.258.104
<b>19193000 - MULTAS PREVISTAS NO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA</b>	<b>9.605.937</b>	-	<b>9.605.937</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	9.605.937	-	9.605.937
<b>19193100 - MULTA DE TARIFA PEDÁGIO</b>	<b>2.853.626</b>	-	<b>2.853.626</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.853.626	-	2.853.626
<b>19193210 - MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS PENAIS CONDENATÓRIAS</b>	<b>6.143.463</b>	-	<b>6.143.463</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	6.143.463	-	6.143.463
<b>19193300 - MULTA DE QUEBRA DE FIANÇA</b>	<b>999.183</b>	-	<b>999.183</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	999.183	-	999.183
<b>19193510 - MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS</b>	<b>102.702.278</b>	-	<b>102.702.278</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	102.702.278	-	102.702.278
<b>19193600 - MULTA DE SEGURANÇA PRIVADA</b>	<b>6.586.431</b>	-	<b>6.586.431</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	6.586.431	-	6.586.431
<b>19193700 - MULTA POR ATO ATENTATÓRIO AO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO</b>	<b>511.524</b>	-	<b>511.524</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	511.524	-	511.524
<b>19194100 - MULTAS POR INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO CINEMATOGRAFICA</b>	<b>447.630</b>	-	<b>447.630</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	447.630	-	447.630
<b>19194800 - MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS</b>	<b>4.909.852</b>	-	<b>4.909.852</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.909.852	-	4.909.852
<b>19194900 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR</b>	<b>356.884</b>	-	<b>356.884</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	356.884	-	356.884
<b>19195000 - MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO</b>	<b>82.327.252</b>	-	<b>82.327.252</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	24.528.192	-	24.528.192
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	55.919.726	-	55.919.726
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.879.334	-	1.879.334
<b>19195100 - MULTA POR FALTA OU ATRASO NA APRESENTAÇÃO DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO E D</b>	<b>4.835.683</b>	-	<b>4.835.683</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.835.683	-	4.835.683
<b>19195200 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MINERÁRIA</b>	<b>16.073.979</b>	-	<b>16.073.979</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	16.073.979	-	16.073.979
<b>19195300 - MULTAS DECORRENTES DE SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO</b>	<b>5.063.960</b>	-	<b>5.063.960</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.063.960	-	5.063.960
<b>19199900 - OUTRAS MULTAS</b>	<b>6.445.628.134</b>	<b>3.184.638.008</b>	<b>9.630.266.142</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.473.517.320	3.184.638.008	8.658.155.328
127 - CUSTAS JUDICIAIS	9.418	-	9.418
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	27.445	-	27.445



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1.679	-	1.679
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	25.246.259	-	25.246.259
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	825.846.611	-	825.846.611
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.037.851	-	5.037.851
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	1.616	-	1.616
183 - PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	210	-	210
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	115.939.725	-	115.939.725
<b>19210600 - INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO</b>	<b>3.007.765</b>	-	<b>3.007.765</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	330.909	-	330.909
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.676.856	-	2.676.856
<b>19210700 - INDENIZAÇÃO POR POSSE OU OCUPAÇÃO ILÍCITA DE BENS DA UNIÃO</b>	<b>395.733</b>	-	<b>395.733</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	395.733	-	395.733
<b>19219900 - OUTRAS INDENIZAÇÕES</b>	<b>92.855.848</b>	-	<b>92.855.848</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	69.430.105	-	69.430.105
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	115.995	-	115.995
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	23.309.748	-	23.309.748
<b>19220100 - RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS</b>	<b>208.800.351</b>	-	<b>208.800.351</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.715.363	-	11.715.363
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	23.868.327	-	23.868.327
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	32.221.863	-	32.221.863
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	9.563.651	-	9.563.651
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	105.010.564	-	105.010.564
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	350.000	-	350.000
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	23.158.421	-	23.158.421
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	1.811.836	-	1.811.836
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.100.326	-	1.100.326
<b>19220200 - RESTITUIÇÕES DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS</b>	<b>1.729.530.486</b>	-	<b>1.729.530.486</b>
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	494.022.332	-	494.022.332
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.221.000.000	-	1.221.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	14.508.154	-	14.508.154
<b>19220400 - RESTITUIÇÕES NÃO RECLAMADAS DAS CONDENAÇÕES JUDICIAIS</b>	<b>50.000.000</b>	-	<b>50.000.000</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	50.000.000	-	50.000.000





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>19220500 - RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	<b>44.994.546</b>	-	<b>44.994.546</b>
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	44.994.546	-	44.994.546
<b>19220600 - RESSARCIMENTO DO CUSTO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS</b>	<b>85.168.491</b>	-	<b>85.168.491</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	85.168.491	-	85.168.491
<b>19220700 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>352.258.071</b>	-	<b>352.258.071</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	252.000.000	-	252.000.000
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	71.302.245	-	71.302.245
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	28.955.826	-	28.955.826
<b>19220800 - RESSARCIMENTO DE PAGAMENTOS DE HONORÁRIOS TÉCNICO-PERICIAIS</b>	<b>22.999.414</b>	-	<b>22.999.414</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	22.999.414	-	22.999.414
<b>19220900 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DO PORTE DE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS</b>	<b>13.783.532</b>	-	<b>13.783.532</b>
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	13.783.532	-	13.783.532
<b>19221001 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - PRINCIPAL</b>	<b>3.816.098</b>	-	<b>3.816.098</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.816.098	-	3.816.098
<b>19221100 - RESTITUIÇÃO DE PARCELAS DO SEGURO DESEMPREGO RECEBIDAS INDEVIDAMENTE</b>	<b>137.315</b>	-	<b>137.315</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	27.463	-	27.463
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	109.852	-	109.852
<b>19222000 - RECUPERAÇÃO DE SINISTROS</b>	<b>39.700.000</b>	-	<b>39.700.000</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	39.700.000	-	39.700.000
<b>19222100 - RESSARCIMENTO DE PAGAMENTOS DE DESPESAS PELA DEPORTAÇÃO</b>	<b>23.172</b>	-	<b>23.172</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	23.172	-	23.172
<b>19222200 - RESSARCIMENTO DECORRENTE DE AÇÕES REGRESSIVAS ORIUNDAS DA RELAÇÃO DE TRABALHO</b>	<b>1.336.996</b>	-	<b>1.336.996</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.336.996	-	1.336.996
<b>19222300 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE FOMENTO</b>	<b>3.402.509</b>	-	<b>3.402.509</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.402.509	-	3.402.509



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>19229900 - OUTRAS RESTITUIÇÕES</b>	<b>1.016.659.037</b>	-	<b>1.016.659.037</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	769.763.332	-	769.763.332
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	82.352.868	-	82.352.868
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	164.542.837	-	164.542.837
<b>19310101 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS</b>	<b>244.124.932</b>	-	<b>244.124.932</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	102.776.597	-	102.776.597
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	117.179.966	-	117.179.966
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	24.168.369	-	24.168.369
<b>19310102 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>281.184.525</b>	-	<b>281.184.525</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	118.378.684	-	118.378.684
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	134.968.573	-	134.968.573
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	27.837.268	-	27.837.268
<b>19310103 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES</b>	<b>111.146.799</b>	-	<b>111.146.799</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	46.792.805	-	46.792.805
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	53.350.461	-	53.350.461
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11.003.533	-	11.003.533
<b>19310104 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>86.656.013</b>	-	<b>86.656.013</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	36.482.183	-	36.482.183
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	41.594.884	-	41.594.884
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	8.578.946	-	8.578.946
<b>19310105 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE</b>	<b>4.415.691</b>	-	<b>4.415.691</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.859.006	-	1.859.006
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2.119.530	-	2.119.530
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	437.155	-	437.155
<b>19310106 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS</b>	<b>8.725.023</b>	-	<b>8.725.023</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.673.236	-	3.673.236
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4.188.009	-	4.188.009
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	863.778	-	863.778
<b>19310201 - RECEITA DO PRINCIPAL DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS</b>	<b>61.312.104</b>	-	<b>61.312.104</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	20.784.803	-	20.784.803



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	35.561.021	-	35.561.021
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	4.966.280	-	4.966.280
<b>19310202 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS</b>	<b>51.048.806</b>	-	<b>51.048.806</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17.305.546	-	17.305.546
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	29.608.305	-	29.608.305
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	4.134.955	-	4.134.955
<b>19310301 - RECEITA DO PRINCIPAL DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍ</b>	<b>925.056</b>	-	<b>925.056</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	758.545	-	758.545
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	166.511	-	166.511
<b>19310302 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A</b>	<b>129.052</b>	-	<b>129.052</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	105.823	-	105.823
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	23.229	-	23.229
<b>19310401 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS</b>	<b>19.687.586</b>	-	<b>19.687.586</b>
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	19.687.586	-	19.687.586
<b>19310402 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS</b>	<b>5.425.515</b>	-	<b>5.425.515</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.224.459	-	2.224.459
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	2.712.759	-	2.712.759
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	488.297	-	488.297
<b>19310501 - RECEITA DO PRINCIPAL DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO</b>	<b>4.063.252</b>	-	<b>4.063.252</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.331.867	-	3.331.867
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	731.385	-	731.385
<b>19310502 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO</b>	<b>4.039.970</b>	-	<b>4.039.970</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.312.776	-	3.312.776
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	727.194	-	727.194
<b>19310601 - RECEITA DO PRINCIPAL DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO</b>	<b>259.064</b>	-	<b>259.064</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	212.432	-	212.432
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	46.632	-	46.632
<b>19310602 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO</b>	<b>171.369</b>	-	<b>171.369</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	140.521	-	140.521
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	30.848	-	30.848
<b>19319901 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL</b>	<b>3.951.488.093</b>	-	<b>3.951.488.093</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.943.536.473	-	3.943.536.473
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	7.951.620	-	7.951.620
<b>19319902 - PARC - RECEITA DÍVIDA ATIVA OUTROS TRIBUTOS</b>	<b>646</b>	-	<b>646</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	646	-	646
<b>19320101 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL</b>	<b>236.145</b>	-	<b>236.145</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	236.145	-	236.145
<b>19320102 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ASSALARIADO</b>	<b>205.361.999</b>	-	<b>205.361.999</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	205.361.999	-	205.361.999
<b>19320103 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA SOBRE O SEGURADO ASSALARIADO</b>	<b>415.658.095</b>	-	<b>415.658.095</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	415.658.095	-	415.658.095
<b>19320104 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES</b>	<b>1.840.364</b>	-	<b>1.840.364</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.840.364	-	1.840.364
<b>19320105 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE ESPETÁCULO DESPORTIVO</b>	<b>1.038.155</b>	-	<b>1.038.155</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.038.155	-	1.038.155
<b>19320107 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REGIME DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS</b>	<b>783.823.933</b>	-	<b>783.823.933</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	783.823.933	-	783.823.933
<b>19320108 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO</b>	<b>54.494.060</b>	-	<b>54.494.060</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	54.494.060	-	54.494.060
<b>19320111 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPRESÁRIO</b>	<b>17.132</b>	-	<b>17.132</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	17.132	-	17.132
<b>19320113 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO ESPECIAL</b>	<b>14.587</b>	-	<b>14.587</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	14.587	-	14.587
<b>19320114 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO OBRIGATÓRIO - EMPREGADO DOMÉSTICO</b>	<b>36.565</b>	-	<b>36.565</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	36.565	-	36.565
<b>19320115 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO</b>	<b>14.867.573</b>	-	<b>14.867.573</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	14.867.573	-	14.867.573
<b>19320121 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NA FORMA DE DEPÓSITO JUDICIAL, RECURSAL E CUSTAS JUDICI</b>	<b>34.359.258</b>	-	<b>34.359.258</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	34.359.258	-	34.359.258
<b>19320122 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - PARCELAMENTOS</b>	<b>2.074.950.646</b>	-	<b>2.074.950.646</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.074.950.646	-	2.074.950.646
<b>19320201 - RECEITA DO PRINCIPAL DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>520.397.613</b>	-	<b>520.397.613</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	104.079.523	-	104.079.523
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	416.318.090	-	416.318.090
<b>19320202 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>249.116.007</b>	-	<b>249.116.007</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	49.823.201	-	49.823.201
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	199.292.806	-	199.292.806
<b>19320501 - RECEITA DO PRINCIPAL DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP</b>	<b>447.247.943</b>	-	<b>447.247.943</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	89.449.589	-	89.449.589
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	357.798.354	-	357.798.354
<b>19320502 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP</b>	<b>65.948.792</b>	-	<b>65.948.792</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.189.758	-	13.189.758
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	52.759.034	-	52.759.034
<b>19320601 - RECEITA DO PRINCIPAL DA DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>174.458.635</b>	-	<b>174.458.635</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	34.891.727	-	34.891.727
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	139.566.908	-	139.566.908
<b>19320602 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS</b>	<b>50.824.633</b>	-	<b>50.824.633</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.164.926	-	10.164.926



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	40.659.707	-	40.659.707
<b>19320800 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS DO CÓDIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS</b>	<b>32.662.803</b>	-	<b>32.662.803</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	32.662.803	-	32.662.803
<b>19320900 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE</b>	<b>2.584.429</b>	-	<b>2.584.429</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	516.887	-	516.887
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	2.067.542	-	2.067.542
<b>19321601 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - PRINCIPAL</b>	<b>9.671.875</b>	-	<b>9.671.875</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.671.875	-	9.671.875
<b>19321602 - REC PARC - DÍVIDA ATIVA OUTRAS CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>1.755.107</b>	-	<b>1.755.107</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.755.107	-	1.755.107
<b>19321700 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS POR INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA</b>	<b>226.487.722</b>	-	<b>226.487.722</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	226.487.722	-	226.487.722
<b>19322101 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS</b>	<b>3.402.135</b>	-	<b>3.402.135</b>
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	3.402.135	-	3.402.135
<b>19322102 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA OUTORGA DE DIREITOS DE EXPLORAÇÃO E PESQUISA MINERAL</b>	<b>3.440.926</b>	-	<b>3.440.926</b>
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	3.440.926	-	3.440.926
<b>19322104 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MINERÁRIA</b>	<b>4.266.447</b>	-	<b>4.266.447</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.266.447	-	4.266.447
<b>19322105 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERAL</b>	<b>62.479</b>	-	<b>62.479</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	62.479	-	62.479
<b>19322400 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA MULTA PREVISTA NO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA</b>	<b>3.479.826</b>	-	<b>3.479.826</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.479.826	-	3.479.826
<b>19323400 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS</b>	<b>11.551.669</b>	-	<b>11.551.669</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	11.551.669	-	11.551.669



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>19323500 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>7.293</b>	-	<b>7.293</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.293	-	7.293
<b>19324720 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS</b>	<b>31.646</b>	-	<b>31.646</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	31.646	-	31.646
<b>19329901 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL</b>	<b>280.895.272</b>	-	<b>280.895.272</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	244.469.052	-	244.469.052
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.571.858	-	4.571.858
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	552.289	-	552.289
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	31.302.073	-	31.302.073
<b>19329902 - PARCELAMENTOS - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS</b>	<b>1.300.894</b>	-	<b>1.300.894</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.300.894	-	1.300.894
<b>19500000 - RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS PARA COMPENSAÇÕES AO RGPS</b>	<b>5.221.000.000</b>	-	<b>5.221.000.000</b>
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.221.000.000	-	5.221.000.000
<b>19900100 - RECEITA DE PARCELAMENTOS - OUTRAS RECEITAS</b>	<b>35.607.300</b>	-	<b>35.607.300</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	35.607.300	-	35.607.300
<b>19900201 - RECEITA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS</b>	<b>673.319.745</b>	-	<b>673.319.745</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	48.179.205	-	48.179.205
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	616.636.002	-	616.636.002
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	8.504.538	-	8.504.538
<b>19900202 - RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA</b>	<b>151.106.903</b>	-	<b>151.106.903</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	61.773.381	-	61.773.381
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	88.965.996	-	88.965.996
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	367.526	-	367.526
<b>19900301 - RECEITA DE LEILÕES DE MERCADORIAS APREENDIDAS</b>	<b>98.815.967</b>	-	<b>98.815.967</b>
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	59.289.581	-	59.289.581
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	39.526.386	-	39.526.386
<b>19900302 - RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS</b>	<b>9.968.339</b>	-	<b>9.968.339</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	9.749.321	-	9.749.321
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	219.018	-	219.018
<b>19900304 - RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS ASSOCIADOS AO TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DROGAS AFINS</b>	<b>2.192.718</b>	-	<b>2.192.718</b>
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	2.192.718	-	2.192.718
<b>19900400 - PRODUTOS DE DEPÓSITOS ABANDONADOS (DINHEIRO OU OBJETOS DE VALOR)</b>	<b>679.550</b>	-	<b>679.550</b>
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	3.846	-	3.846
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	673.137	-	673.137
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.567	-	2.567
<b>19900510 - RECEITA DE BENS E VALORES ALIENADOS EM FAVOR DA UNIÃO</b>	<b>679.099</b>	-	<b>679.099</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	679.099	-	679.099
<b>19900600 - RECEITA DECORRENTE DA NÃO APLICAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS EM PROJETOS CULTURAIS E PELA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFI</b>	<b>1.149.806</b>	-	<b>1.149.806</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.149.806	-	1.149.806
<b>19900700 - RECEITA DE DIREITOS "ANTIDUMPING" E DOS DIREITOS COMPENSATÓRIOS</b>	<b>315.548.185</b>	-	<b>315.548.185</b>
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	315.548.185	-	315.548.185
<b>19901000 - RECEITA DECORRENTE DE MEDIDAS DE SUSPENSÃO DE CONCESSÕES DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL</b>	<b>8.795</b>	-	<b>8.795</b>
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	8.795	-	8.795
<b>19901600 - RECEITA DE PARTICIPAÇÃO DO SEGURO - DPVAT - SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO</b>	<b>3.786.857.102</b>	-	<b>3.786.857.102</b>
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	3.786.857.102	-	3.786.857.102
<b>19901800 - RECEITA DE RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO</b>	<b>69.592.735</b>	-	<b>69.592.735</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	69.592.735	-	69.592.735
<b>19901900 - RECOLHIMENTO DO BENEFICIÁRIO AO FUNDO DE SAÚDE MILITAR</b>	<b>984.870.232</b>	-	<b>984.870.232</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	984.870.232	-	984.870.232
<b>19902000 - CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA - MONTEPIO CIVIL</b>	<b>2.263.732</b>	-	<b>2.263.732</b>
117 - MONTEPIOS	2.263.732	-	2.263.732
<b>19902100 - RECEITA DE SEGUROS DECORRENTE DA INDENIZAÇÃO POR SINISTRO</b>	<b>361.647</b>	-	<b>361.647</b>





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	28.122	-	28.122
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	333.525	-	333.525
<b>19902500 - RECOLHIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS</b>	<b>831.880.609</b>	-	<b>831.880.609</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	831.880.609	-	831.880.609
<b>19902601 - RECURSOS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA ELEITORAL - FONTES VEDADAS</b>	<b>30.372</b>	-	<b>30.372</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	30.372	-	30.372
<b>19902602 - RECURSOS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA ELEITORAL - FONTES NÃO IDENTIFICADAS</b>	<b>29.163</b>	-	<b>29.163</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	29.163	-	29.163
<b>19909600 - RECEITA DE VARIAÇÃO CAMBIAL</b>	<b>383.484.458</b>	-	<b>383.484.458</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	383.484.458	-	383.484.458
<b>19909800 - OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS</b>	<b>224.125.987</b>	-	<b>224.125.987</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	210.732.974	-	210.732.974
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	13.214.482	-	13.214.482
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	178.531	-	178.531
<b>19909900 - OUTRAS RECEITAS</b>	<b>6.130.727.087</b>	-	<b>6.130.727.087</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.966.685.152	-	5.966.685.152
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	72.982.668	-	72.982.668
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	91.059.267	-	91.059.267
<b>21110100 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA</b>	<b>610.065.700.590</b>	-	<b>610.065.700.590</b>
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	610.065.700.590	-	610.065.700.590
<b>21110200 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - TDA</b>	<b>594.400.000</b>	-	<b>594.400.000</b>
164 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	594.400.000	-	594.400.000
<b>21110300 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO - OUTRAS APLICAÇÕES</b>	<b>123.658.830.151</b>	-	<b>123.658.830.151</b>
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	123.658.830.151	-	123.658.830.151
<b>21140000 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS</b>	<b>6.000.000</b>	-	<b>6.000.000</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	6.000.000	-	6.000.000
<b>21230000 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS</b>	<b>788.284.639</b>	-	<b>788.284.639</b>
148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	62.052.330	-	62.052.330
149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	726.232.309	-	726.232.309
<b>21290000 - OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS</b>	<b>417.500.000</b>	-	<b>417.500.000</b>
149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	417.500.000	-	417.500.000
<b>22120101 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES REGULADORES - PGPM</b>	<b>846.000.000</b>	-	<b>846.000.000</b>
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	846.000.000	-	846.000.000
<b>22120102 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES ESTRATÉGICOS - PGPM</b>	<b>900.000.000</b>	-	<b>900.000.000</b>
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	900.000.000	-	900.000.000
<b>22120103 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DESTINADOS A VENDAS EM BALCÃO - PGPM</b>	<b>54.000.000</b>	-	<b>54.000.000</b>
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	54.000.000	-	54.000.000
<b>22120702 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES ADQUIRIDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR</b>	<b>37.726.795</b>	-	<b>37.726.795</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	37.726.795	-	37.726.795
<b>22120902 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES PRÓPRIOS DO FUNCAFÉ</b>	<b>48.105.000</b>	-	<b>48.105.000</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	48.105.000	-	48.105.000
<b>22140000 - ALIENAÇÃO DE ANIMAIS REPRODUTORES E MATRIZES</b>	<b>3.224.680</b>	-	<b>3.224.680</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.224.680	-	3.224.680
<b>22150000 - ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS</b>	<b>16.387.291</b>	-	<b>16.387.291</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	368.451	-	368.451
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	16.018.840	-	16.018.840
<b>22160000 - ALIENAÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS</b>	<b>1.525.898</b>	-	<b>1.525.898</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	93.988	-	93.988
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.431.910	-	1.431.910
<b>22170000 - ALIENAÇÃO DE EQUIPAMENTOS</b>	<b>2.411.002</b>	-	<b>2.411.002</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	359.853	-	359.853
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	43.068	-	43.068
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.008.081	-	2.008.081
<b>22190000 - ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS</b>	<b>12.210.833</b>	-	<b>12.210.833</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	86.567	-	86.567
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	359.956	-	359.956
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	11.764.310	-	11.764.310
<b>22210000 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA</b>	<b>31.766.359</b>	-	<b>31.766.359</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	31.766.359	-	31.766.359
<b>22220100 - ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE DOMÍNIO DA UNIÃO - DOMÍNIO PLENO</b>	<b>3.965.597.309</b>	-	<b>3.965.597.309</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.965.597.309	-	3.965.597.309
<b>22220200 - ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE DOMÍNIO DA UNIÃO - DOMÍNIO ÚTIL</b>	<b>16.396.799</b>	-	<b>16.396.799</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	16.396.799	-	16.396.799
<b>22220300 - ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DA UNIÃO - DOMÍNIO DIRETO (17%)</b>	<b>5.892</b>	-	<b>5.892</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.892	-	5.892
<b>22230000 - ALIENAÇÃO DE EMBARCAÇÕES</b>	<b>40.156</b>	-	<b>40.156</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	40.156	-	40.156
<b>22240000 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS</b>	<b>2.280.212</b>	-	<b>2.280.212</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.280.212	-	2.280.212
<b>22250000 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS</b>	<b>145.024.031</b>	-	<b>145.024.031</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	132.498.856	-	132.498.856
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	12.525.175	-	12.525.175
<b>22290000 - ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS</b>	<b>18.027.771</b>	-	<b>18.027.771</b>
162 - REFORMA PATRIMONIAL - ALIENAÇÃO DE BENS	18.000.000	-	18.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	27.771	-	27.771
<b>23001000 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - BEA/BIB</b>	<b>13.021.534</b>	-	<b>13.021.534</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	13.021.534	-	13.021.534
<b>23003000 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>24.424.313.549</b>	-	<b>24.424.313.549</b>
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	5.116.473.747	-	5.116.473.747
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	19.307.839.802	-	19.307.839.802
<b>23004000 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - REFINANCIAMENTO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>284.387.996</b>	-	<b>284.387.996</b>
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	284.387.996	-	284.387.996
<b>23005000 - AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS - POOC</b>	<b>1.321.705.463</b>	-	<b>1.321.705.463</b>
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	37.997.000	-	37.997.000
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	1.283.708.463	-	1.283.708.463
<b>23007002 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - EM CONTRATOS</b>	<b>2.857.860.909</b>	-	<b>2.857.860.909</b>
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	2.639.712	-	2.639.712
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	2.855.218.000	-	2.855.218.000
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	3.197	-	3.197
<b>23008001 - AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE BENS</b>	<b>1.095.072.186</b>	-	<b>1.095.072.186</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.094.085.701	-	1.094.085.701
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	986.485	-	986.485
<b>23008002 - AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE PROJETOS</b>	<b>191.133.455</b>	-	<b>191.133.455</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	83.994.265	-	83.994.265
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	107.139.190	-	107.139.190
<b>23008003 - AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR - FIES</b>	<b>25.125.411</b>	-	<b>25.125.411</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	25.125.411	-	25.125.411
<b>23009900 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS</b>	<b>5.111.779.267</b>	-	<b>5.111.779.267</b>
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	4.967.223.657	-	4.967.223.657
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	8.102.839	-	8.102.839
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	136.452.771	-	136.452.771
<b>24400000 - TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR</b>	<b>403.603</b>	-	<b>403.603</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	403.603	-	403.603
<b>24600000 - TRANSFERÊNCIA DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS</b>	<b>5.345.359</b>	-	<b>5.345.359</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.345.359	-	5.345.359
<b>24710000 - TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES</b>	<b>68.700.848</b>	-	<b>68.700.848</b>
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	1.462.031	-	1.462.031
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	67.238.817	-	67.238.817
<b>24720000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES</b>	<b>8.377.275</b>	-	<b>8.377.275</b>
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	4.263.000	-	4.263.000
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	4.114.275	-	4.114.275
<b>24730000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES</b>	<b>5.214.059</b>	-	<b>5.214.059</b>
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	5.214.059	-	5.214.059
<b>24740000 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS</b>	<b>11.072.910</b>	-	<b>11.072.910</b>
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	10.000.000	-	10.000.000
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	1.072.910	-	1.072.910
<b>25302000 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL - DEMAIS OPERAÇÕES</b>	<b>27.378.000.000</b>	-	<b>27.378.000.000</b>
152 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL	27.378.000.000	-	27.378.000.000
<b>25400000 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOIRO NACIONAL</b>	<b>40.270.650.227</b>	-	<b>40.270.650.227</b>
188 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOIRO NACIONAL	40.270.650.227	-	40.270.650.227
<b>25500000 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA PROVENIENTE DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>361.417</b>	-	<b>361.417</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	361.417	-	361.417
<b>25600000 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DE CAFÉ - FUNCAFÉ</b>	<b>300.000</b>	-	<b>300.000</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	300.000	-	300.000
<b>25700000 - RECEITA AUFERIDA POR DETENTORES DE TÍTULOS DO TESOIRO NACIONAL RESGATADOS</b>	<b>603.200.888</b>	-	<b>603.200.888</b>
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	560.104.000	-	560.104.000
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	43.096.888	-	43.096.888



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>71210201 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÃO - INSTALAÇÃO</b>	<b>16.627</b>	-	<b>16.627</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	16.627	-	16.627
<b>71210202 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - FUNCIONAMENTO</b>	<b>81.334</b>	-	<b>81.334</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	81.334	-	81.334
<b>71210402 - TAXA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL SISTEMA NACIONAL DE ARMAS - OI</b>	<b>1.124</b>	-	<b>1.124</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1.124	-	1.124
<b>71211300 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS CONTROLADOS PELO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO</b>	<b>33.876</b>	-	<b>33.876</b>
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	33.876	-	33.876
<b>71220800 - EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>248.816</b>	-	<b>248.816</b>
127 - CUSTAS JUDICIAIS	248.816	-	248.816
<b>72102901 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA - CPSS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>17.813.572.579</b>	-	<b>17.813.572.579</b>
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	17.813.572.579	-	17.813.572.579
<b>72102916 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS</b>	<b>130.364.497</b>	-	<b>130.364.497</b>
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	130.364.497	-	130.364.497
<b>72200603 - RECEITA DE DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAIS POR PRESTADORES DE ACESSO CONDICIONADO - OPERAÇÕES INTRA-ORÇA</b>	<b>5.500</b>	-	<b>5.500</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.100	-	1.100
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	4.400	-	4.400
<b>73110000 - ALUGUÉIS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>870.801</b>	-	<b>870.801</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	870.801	-	870.801
<b>73120000 - ARRENDAMENTOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>70.847</b>	-	<b>70.847</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	70.847	-	70.847
<b>73153000 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE OUTROS IMÓVEIS</b>	<b>1.949.833</b>	-	<b>1.949.833</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.930.422	-	1.930.422
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	19.411	-	19.411
<b>73220000 - DIVIDENDOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>150.339</b>	-	<b>150.339</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	150.339	-	150.339
<b>73310203 - RECEITA DE OUTORGA DO DIREITO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIA - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>51.434</b>	-	<b>51.434</b>
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	51.434	-	51.434
<b>73330100 - RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>156.695</b>	-	<b>156.695</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	156.695	-	156.695
<b>75201200 - RECEITA DA INDÚSTRIA MECÂNICA - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>50.132.736</b>	-	<b>50.132.736</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	50.132.736	-	50.132.736
<b>75202101 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>4.893.564</b>	-	<b>4.893.564</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.893.564	-	4.893.564
<b>75202200 - RECEITA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>5.030</b>	-	<b>5.030</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.030	-	5.030
<b>75202900 - RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>121.949.569</b>	-	<b>121.949.569</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	121.939.273	-	121.939.273
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	10.296	-	10.296
<b>75209900 - OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>4.450.000</b>	-	<b>4.450.000</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.450.000	-	4.450.000
<b>76000102 - SERVIÇO DE COM. DE LIVROS, PERIÓDICOS, MATERIAIS ESCOLARES E PUBLICIDADE - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>42.391</b>	-	<b>42.391</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	17.391	-	17.391
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	25.000	-	25.000
<b>76000402 - SERVIÇOS DE RÁDIOFUSÃO - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>70.000.000</b>	-	<b>70.000.000</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	70.000.000	-	70.000.000
<b>76000501 - SERVIÇOS HOSPITALARES - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>29.861.717</b>	-	<b>29.861.717</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	26.673.040	-	26.673.040
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.188.677	-	3.188.677



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>76000700 - SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>309.542</b>	-	<b>309.542</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	309.542	-	309.542
<b>76000800 - SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>40.074</b>	-	<b>40.074</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	40.074	-	40.074
<b>76001101 - METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATÓRIA DELEGADA - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>288.734</b>	-	<b>288.734</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	288.734	-	288.734
<b>76001102 - METROLOGIA CIENTÍFICA E INDUSTRIAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>245.739</b>	-	<b>245.739</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	245.739	-	245.739
<b>76001104 - CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>37.998</b>	-	<b>37.998</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	37.998	-	37.998
<b>76001200 - SERVIÇOS TECNOLÓGICOS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>396.768</b>	-	<b>396.768</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.154	-	2.154
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	394.614	-	394.614
<b>76001300 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.823.748</b>	-	<b>2.823.748</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.713	-	5.713
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.818.035	-	2.818.035
<b>76001400 - SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>7.758</b>	-	<b>7.758</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	7.758	-	7.758
<b>76001600 - SERVIÇOS EDUCACIONAIS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>7.671.386</b>	-	<b>7.671.386</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.002.803	-	2.002.803
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.668.583	-	5.668.583
<b>76001700 - SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>225.324</b>	-	<b>225.324</b>
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	225.324	-	225.324
<b>76002100 - SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>137.214</b>	-	<b>137.214</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	137.214	-	137.214





# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00			
NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
<b>76002200 - SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.225.780</b>	-	<b>3.225.780</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.225.780	-	3.225.780
<b>76002301 - SERVIÇOS DE PATENTES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>379.530</b>	-	<b>379.530</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	379.530	-	379.530
<b>76002302 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>43.452</b>	-	<b>43.452</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	43.452	-	43.452
<b>76002305 - SERVIÇOS DE REGISTRO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.626</b>	-	<b>2.626</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.626	-	2.626
<b>76005000 - TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTARIAS</b>	<b>2.445.702</b>	-	<b>2.445.702</b>
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.445.702	-	2.445.702
<b>79122901 - MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>469.124</b>	-	<b>469.124</b>
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	469.124	-	469.124
<b>79220100 - RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>511.790</b>	-	<b>511.790</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	495.486	-	495.486
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	16.304	-	16.304
<b>79220700 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.446.053</b>	-	<b>1.446.053</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.446.053	-	1.446.053
<b>79229900 - OUTRAS RESTITUIÇÕES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>981.806</b>	-	<b>981.806</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	611.143	-	611.143
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	370.663	-	370.663
<b>79909900 - OUTRAS RECEITAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>463.007</b>	-	<b>463.007</b>
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	189.416	-	189.416
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	273.591	-	273.591
<b>Total</b>	<b>2.140.255.749.070</b>	<b>23.853.268.469</b>	<b>2.164.109.017.539</b>



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

## ANEXO III

### DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS REESTIMADAS POR FONTE DE RECURSOS

	R\$ 1,00		
Fonte de Recursos	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	287.029.971.956	6.929.429.576	293.959.401.532
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	171.215.035.810	-	171.215.035.810
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	646.210.800	-	646.210.800
106 - CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	19.572.677	-	19.572.677
112 - RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	45.220.393.044	491.968.138	45.712.361.182
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	16.324.328.419	-	16.324.328.419
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	38.206.559	-	38.206.559
116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	77.849.928	-	77.849.928
117 - MONTEPIOS	2.263.732	-	2.263.732
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	3.198.097.645	-	3.198.097.645
119 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO	7.703.482	-	7.703.482
120 - CONTRIBUIÇÕES S/ A ARRECADADAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS REGIONAIS	76.401	-	76.401
123 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES	2.163.638.981	-	2.163.638.981
127 - CUSTAS JUDICIAIS	531.278.944	-	531.278.944
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.711.163.539	2.930.000.000	4.641.163.539
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL	778.277.394	-	778.277.394
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	560.727.266	-	560.727.266
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINISTRADA PELO MF	4.062.374.180	-	4.062.374.180
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	34.395.331	-	34.395.331
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	2.221.341.176	-	2.221.341.176
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	2.547.742.922	-	2.547.742.922
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	61.486.145	-	61.486.145
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	42.622.447.867	294.413.526	42.916.861.393
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	1.853.107.898	2.100.000.000	3.953.107.898
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL	36.436.022.604	-	36.436.022.604
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	610.065.700.590	-	610.065.700.590
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	123.658.830.151	-	123.658.830.151
145 - RECURSOS DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL NA CAMADA DO PRÉ-SAL OU EM ÁREAS ESTRATÉGICAS	4.373.806.969	-	4.373.806.969
148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	622.679.283	-	622.679.283
149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	1.143.732.309	-	1.143.732.309
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.844.783.825	-	2.844.783.825
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	54.163.572.316	3.320.000.000	57.483.572.316
152 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL	27.378.000.000	-	27.378.000.000
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	159.311.847.096	2.400.000.000	161.711.847.096
154 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	313.839.233.875	2.690.807.229	316.530.041.104
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	11.544.685.960	-	11.544.685.960



# CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO  
Relatório da Receita PLOA 2013 – PL nº 24/2012 - CN

R\$ 1,00

Fonte de Recursos	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	705.601.998	-	705.601.998
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE RECEITAS ADMINISTRADAS PELO MF	1.483.637.325	-	1.483.637.325
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	24.058.239.971	-	24.058.239.971
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	3.275.207.041	-	3.275.207.041
162 - REFORMA PATRIMONIAL - ALIENAÇÃO DE BENS	18.000.000	-	18.000.000
164 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	594.400.000	-	594.400.000
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	17.983.061.148	-	17.983.061.148
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	498.129.618	-	498.129.618
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	3.802.508.089	-	3.802.508.089
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	38.527.054.177	-	38.527.054.177
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	4.590.198.608	-	4.590.198.608
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	831.673.946	-	831.673.946
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.644.941.898	-	1.644.941.898
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	7.275.567.032	369.000.000	7.644.567.032
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	19.918.233.163	-	19.918.233.163
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	522.230.312	-	522.230.312
183 - PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	221.041.710	-	221.041.710
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA A DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	2.441.819.187	-	2.441.819.187
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	5.487.130.606	-	5.487.130.606
188 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOUREO NACIONAL	40.270.650.227	-	40.270.650.227
194 - DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	213.640	-	213.640
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	37.912.224	-	37.912.224
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	54.164.146	-	54.164.146
197 - DIVIDENDOS - UNIÃO	26.068.682.300	2.327.650.000	28.396.332.300
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	6.000.000	-	6.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	8.763.206.643	-	8.763.206.643
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	2.167.319.560	-	2.167.319.560
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	371.043.396	-	371.043.396
286 - OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	6.832.367	-	6.832.367
293 - PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO	191.355.911	-	191.355.911
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTITUIÇÕES PRIVADAS NACIONAIS	129.105.753	-	129.105.753
<b>Total</b>	<b>2.140.255.749.070</b>	<b>23.853.268.469</b>	<b>2.164.109.017.539</b>

## **2. PARECERES ÀS EMENDAS**

## **2.1 EMENDAS À RECEITA**

## **2.1.1 EMENDAS À RECEITA POR AUTOR**

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2013

Pareceres às Emendas à Receita por Autor

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
80990001	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	26101 - M. da Educação	11130309	Demais Operações	A	1	112	491.968.138	
	98000 - Rec. Tesouro	11130309	Demais Operações	A	1	100	2.241.188.187	
<b>Total :</b>							2.733.156.325	

80990002	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	98000 - Rec. Tesouro	12100101	Principal Contr Finan Segurida	A	1	100	600.000.000	
	98000 - Rec. Tesouro	12100101	Principal Contr Finan Segurida	A	2	153	2.400.000.000	
<b>Total :</b>							3.000.000.000	

80990003	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	33904 - F. Regime Geral Prev. Social	12103002	Contr Previdenciária do Segura	A	2	154	887.966.386	
<b>Total :</b>							887.966.386	

80990004	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	33904 - F. Regime Geral Prev. Social	12103003	Contr Prev da Empresa Segurado	A	2	154	1.802.840.843	
<b>Total :</b>							1.802.840.843	

80990005	<i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>
	38901 - FAT	12103701	Receitas Principais Contribuiç	A	1	140	117.765.410	
	38901 - FAT	12103701	Receitas Principais Contribuiç	A	2	140	176.648.116	
	98000 - Rec. Tesouro	12103701	Receitas Principais Contribuiç	A	1	100	73.603.381	
<b>Total :</b>							368.016.907	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2013

Pareceres às Emendas à Receita por Autor

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
80990006 Relator de Receita							<i>Pela Aprovação</i>	
	98000 - Rec. Tesouro	12103801	Receita Principal CSLL	A	1	100	830.000.000	
	98000 - Rec. Tesouro	12103801	Receita Principal CSLL	A	2	151	3.320.000.000	
							<b>Total :</b>	4.150.000.000
80990007 Relator de Receita							<i>Pela Aprovação</i>	
	98000 - Rec. Tesouro	13220000	Dividendos	A	1	197	2.327.650.000	
							<b>Total :</b>	2.327.650.000
80990008 Relator de Receita							<i>Pela Aprovação</i>	
	62901 - Fundo Nac de Av Civil - FNAC	13310106	Outorga Infraestrutur a Aeropor	A	1	129	900.000.000	
							<b>Total :</b>	900.000.000
80990009 Relator de Receita							<i>Pela Aprovação</i>	
	41231 - ANATEL	13310201	Rec Outorga dos Serviços de Te	A	1	178	166.050.000	
	41902 - FUST	13310201	Rec Outorga dos Serviços de Te	A	1	178	184.500.000	
	42902 - Fundo Nacional de Cultura	13310201	Rec Outorga dos Serviços de Te	A	1	178	18.450.000	
							<b>Total :</b>	369.000.000



CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2013

Pareceres às Emendas à Receita por Autor

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
<i>80990010 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	24901 - F. Desenv.Cient. e Tecnológico	13400300	Exploração de Recursos Minerai	A	1	141	42.000.001	
	32263 - DNPM	13400300	Exploração de Recursos Minerai	A	1	141	205.800.000	
	44201 - Ibama	13400300	Exploração de Recursos Minerai	A	1	141	4.199.999	
	73104 - Transf.Superv.M.E nergia	13400300	Exploração de Recursos Minerai	A	1	141	1.848.000.000	
							<b>Total :</b>	2.100.000.000
<i>80990011 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	98000 - Rec. Tesouro	19199900	Outras Multas	A	1	100	3.184.638.008	
							<b>Total :</b>	3.184.638.008
<i>80990012 Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	25101 - M. da Fazenda	13320101	Bônus de Assinatura de Contrat	A	1	129	2.030.000.000	
							<b>Total :</b>	2.030.000.000

**2.1.2 EMENDAS À RECEITA  
APROVADAS OU APROVADAS  
PARCIALMENTE**

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2013

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
80990001 Relator de Receita							<i>Pela Aprovação</i>	
	26101 - M. da Educação	11130309	Demais Operações	A	1	112	491.968.138	
	98000 - Rec. Tesouro	11130309	Demais Operações	A	1	100	2.241.188.187	
							<b>Total :</b>	2.733.156.325
80990002 Relator de Receita							<i>Pela Aprovação</i>	
	98000 - Rec. Tesouro	12100101	Principal Contr Finan Segurida	A	1	100	600.000.000	
	98000 - Rec. Tesouro	12100101	Principal Contr Finan Segurida	A	2	153	2.400.000.000	
							<b>Total :</b>	3.000.000.000
80990003 Relator de Receita							<i>Pela Aprovação</i>	
	33904 - F. Regime Geral Prev. Social	12103002	Contr Previdenciária do Segura	A	2	154	887.966.386	
							<b>Total :</b>	887.966.386
80990004 Relator de Receita							<i>Pela Aprovação</i>	
	33904 - F. Regime Geral Prev. Social	12103003	Contr Prev da Empresa Segurado	A	2	154	1.802.840.843	
							<b>Total :</b>	1.802.840.843
80990005 Relator de Receita							<i>Pela Aprovação</i>	
	38901 - FAT	12103701	Receitas Principais Contribuiç	A	1	140	117.765.410	
	98000 - Rec. Tesouro	12103701	Receitas Principais Contribuiç	A	1	100	73.603.381	
	38901 - FAT	12103701	Receitas Principais Contribuiç	A	2	140	176.648.116	
							<b>Total :</b>	368.016.907
80990006 Relator de Receita							<i>Pela Aprovação</i>	
	98000 - Rec. Tesouro	12103801	Receita Principal CSLL	A	1	100	830.000.000	
	98000 - Rec. Tesouro	12103801	Receita Principal CSLL	A	2	151	3.320.000.000	
							<b>Total :</b>	4.150.000.000

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2013

Pareceres às Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
80990007 <i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	98000 - Rec. Tesouro	13220000	Dividendos	A	1	197	2.327.650.000	
							<b>Total :</b>	2.327.650.000
80990008 <i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	62901 - Fundo Nac de Av Civil - FNAC	13310106	Outorga Infraestrutura Aeropor	A	1	129	900.000.000	
							<b>Total :</b>	900.000.000
80990009 <i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	41231 - ANATEL	13310201	Rec Outorga dos Serviços de Te	A	1	178	166.050.000	
	41902 - FUST	13310201	Rec Outorga dos Serviços de Te	A	1	178	184.500.000	
	42902 - Fundo Nacional de Cultura	13310201	Rec Outorga dos Serviços de Te	A	1	178	18.450.000	
							<b>Total :</b>	369.000.000
80990010 <i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	24901 - F. Desenv.Cient. e Tecnológico	13400300	Exploração de Recursos Minerai	A	1	141	42.000.001	
	32263 - DNPM	13400300	Exploração de Recursos Minerai	A	1	141	205.800.000	
	44201 - Ibama	13400300	Exploração de Recursos Minerai	A	1	141	4.199.999	
	73104 - Transf.Superv.M. Energia	13400300	Exploração de Recursos Minerai	A	1	141	1.848.000.000	
							<b>Total :</b>	2.100.000.000
80990011 <i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	98000 - Rec. Tesouro	19199900	Outras Multas	A	1	100	3.184.638.008	
							<b>Total :</b>	3.184.638.008
80990012 <i>Relator de Receita</i>							<i>Pela Aprovação</i>	
	25101 - M. da Fazenda	13320101	Bônus de Assinatura de Contrat	A	1	129	2.030.000.000	
							<b>Total :</b>	2.030.000.000

## **2.2 EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA**

## **2.2.1 EMENDAS DE RENÚNCIA DE RECEITA POR AUTOR**

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2013

Pareceres às Emendas de Renúncia de Receita por Autor

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
25270001	Guilherme Campos							<i>Pela Rejeição</i>
	26101 - M. da Educação	11120421	Pessoa Jurídica - Líquida de I	P			-987.680.874	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11120421	Pessoa Jurídica - Líquida de I	P			-85.241.891	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11120421	Pessoa Jurídica - Líquida de I	P			-59.859.447	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11120421	Pessoa Jurídica - Líquida de I	P			-59.859.447	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11120421	Pessoa Jurídica - Líquida de I	P			-179.578.341	
	98000 - Rec. Tesouro	12103801	Receita Principal CSLL	P			-920.700.000	
							<b>Total :</b>	-2.292.920.000

25270002	Guilherme Campos							<i>Pela Rejeição</i>
	26101 - M. da Educação	11130103	Automóveis	P			-56.786.283	
	73108 - Transf. Const - M.Fazenda	11130103	Automóveis	P			-56.786.283	
	74913 - Rec. Sup. do F. C. FNO	11130103	Automóveis	P			-619.487	
	74914 - Rec. Sup. do F. C. FCO	11130103	Automóveis	P			-619.487	
	74915 - Rec. Sup. do F. C. FNE	11130103	Automóveis	P			-1.858.460	
							<b>Total :</b>	-116.670.000

**2.2.2 EMENDAS DE RENÚNCIA  
DE RECEITA INADMITIDAS,  
REJEITADAS, RETIRADAS E  
PREJUDICADAS**



CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Relatoria de Receita - Proposta Orçamentária da União para 2013

Pareceres às Emendas de Renúncia de Receita Inadmitidas, Rejeitadas, Retiradas e Prejudicadas

Emendas de Renúncia de Receita pela Rejeição

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>UO</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tipo</i>	<i>Esf.</i>	<i>Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
25270001	Guilherme Campos							<i>Pela Rejeição</i>
26101	- M. da Educação	11120421	Pessoa Jurídica - Líquida de I	P			-987.680.874	
73108	- Transf. Const - M.Fazenda	11120421	Pessoa Jurídica - Líquida de I	P			-85.241.891	
74913	- Rec. Sup. do F. C. FNO	11120421	Pessoa Jurídica - Líquida de I	P			-59.859.447	
74914	- Rec. Sup. do F. C. FCO	11120421	Pessoa Jurídica - Líquida de I	P			-59.859.447	
74915	- Rec. Sup. do F. C. FNE	11120421	Pessoa Jurídica - Líquida de I	P			-179.578.341	
98000	- Rec. Tesouro	12103801	Receita Principal CSLL	P			-920.700.000	
Total :							-2.292.920.000	
25270002	Guilherme Campos							<i>Pela Rejeição</i>
26101	- M. da Educação	11130103	Automóveis	P			-56.786.283	
73108	- Transf. Const - M.Fazenda	11130103	Automóveis	P			-56.786.283	
74913	- Rec. Sup. do F. C. FNO	11130103	Automóveis	P			-619.487	
74914	- Rec. Sup. do F. C. FCO	11130103	Automóveis	P			-619.487	
74915	- Rec. Sup. do F. C. FNE	11130103	Automóveis	P			-1.858.460	
Total :							-116.670.000	

### **3. ESPELHOS DAS EMENDAS DE RELATOR À RECEITA**



Espelho de Emendas de Relator à Receita

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990001

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação	11130309 Demais Operações	491.968.138
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11130309 Demais Operações	2.241.188.187

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita, com vistas a corrigir erro ou omissão.

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990002

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	12100101 Principal Contr Finan Seguric	600.000.000
2 Orçamento da Seguridade Social	98000 Receita do Tesouro da União	12100101 Principal Contr Finan Seguric	2.400.000.000

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita, com vistas a corrigir erro ou omissão.

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990003

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
2 Orçamento da Seguridade Social	33904 Fundo do Regime Geral de Previdência Social	12103002 Contr Previdenciária do Segu	887.966.386

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita, com vistas a corrigir erro ou omissão.

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990004

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
2 Orçamento da Seguridade Social	33904 Fundo do Regime Geral de Previdência Social	12103003 Contr Prev da Empresa Segur	1.802.840.843

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita, com vistas a corrigir erro ou omissão.



Espelho de Emendas de Relator à Receita

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990005

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador	12103701 Receitas Principais Contribui	117.765.410
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	12103701 Receitas Principais Contribui	73.603.381
2 Orçamento da Seguridade Social	38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador	12103701 Receitas Principais Contribui	176.648.116

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita, com vistas a corrigir erro ou omissão.

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990006

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	12103801 Receita Principal CSLL	830.000.000
2 Orçamento da Seguridade Social	98000 Receita do Tesouro da União	12103801 Receita Principal CSLL	3.320.000.000

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita, com vistas a corrigir erro ou omissão.

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990007

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	13220000 Dividendos	2.327.650.000

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita, com vistas a corrigir erro ou omissão.



Espelho de Emendas de Relator à Receita

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990008

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	62901 Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	13310106 Outorga Infraestrutura Aeroç	900.000.000

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita, com vistas a corrigir erro ou omissão.

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990009

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	41231 Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	13310201 Rec Outorga dos Serviços de T	166.050.000
1 Orçamento Fiscal	41902 Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	13310201 Rec Outorga dos Serviços de T	184.500.000
1 Orçamento Fiscal	42902 Fundo Nacional de Cultura	13310201 Rec Outorga dos Serviços de T	18.450.000

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita, com vistas a corrigir erro ou omissão.

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990010

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	24901 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	13400300 Exploração de Recursos Mine	42.000.001
1 Orçamento Fiscal	32263 Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	13400300 Exploração de Recursos Mine	205.800.000
1 Orçamento Fiscal	44201 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	13400300 Exploração de Recursos Mine	4.199.999
1 Orçamento Fiscal	73104 Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia	13400300 Exploração de Recursos Mine	1.848.000.000

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita, com vistas a corrigir erro ou omissão.



**Espelho de Emendas de Relator à Receita**

**AUTOR DA EMENDA**

**8099 - Relator de Receita**

**EMENDA**

**80990011**

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	19199900 Outras Multas	3.184.638.008

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita, com vistas a corrigir erro ou omissão.

**AUTOR DA EMENDA**

**8099 - Relator de Receita**

**EMENDA**

**80990012**

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	25101 Ministério da Fazenda	13320101 Bônus de Assinatura de Contr	2.030.000.000

JUSTIFICATIVA

Reestimativa de receita, com vistas a corrigir erro ou omissão.



**CONGRESSO NACIONAL**

*Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

## CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO, na Décima Reunião Extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2012, **APROVOU**, contra o voto do Deputado Giovanni Queiroz, o Relatório Final do Relator-Geral, Senador ROMERO JUCÁ, ao **Projeto de Lei nº 24/2012-CN** (PLOA 2013), nos termos do Substitutivo apresentado, com as alterações decorrentes da aprovação do **Adendo/Errata, Adendo/Errata 2 e Adendo/Errata 3**. Foram apresentados 199 (cento e noventa e nove) destaques, **REJEITADOS**, contra o voto do Deputado Giovanni Queiroz. Ao Projeto foram apresentadas 8.393 (oito mil, trezentos e noventa e três) emendas.

Compareceram os Deputados Paulo Pimenta, Presidente, Antonio Balhmann, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Assis Carvalho, Átila Lins, Augusto Coutinho, Carlos Alberto Leréia, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, Hugo Motta, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Leonardo Monteiro, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Luiz Carlos Setim, Luiz Pitiman, Manoel Salviano, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Osmar Serraglio, Paulo Foletto, Paulo Magalhães, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renato Molling, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro, Vander Loubet, Vanderlei Siraque, Waldenor Pereira, Waldir Maranhão, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu e os Senadores João Costa, Terceiro Vice-Presidente, Ana Rita, Angela Portela, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Souza e Wellington Dias.

Sala de Reuniões, em 20 de dezembro de 2012.

  
Deputado PAULO PIMENTA  
Presidente

Senador ROMERO JUCÁ  
Relator-Geral

